



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

GESSICA FERNANDA DO CARMO

**OS SOLDADOS DE TERNO? RUPTURA, CRISE E REESTRUTURAÇÃO DA
DIPLOMACIA BRASILEIRA (1964-1969)**

CAMPINAS-SP

2018

GESSICA FERNANDA DO CARMO

OS SOLDADOS DE TERNO? RUPTURA, CRISE E REESTRUTURAÇÃO DA
DIPLOMACIA BRASILEIRA (1964-1969)

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais, na área de “Instituições, Processos e Atores”.

Orientador: Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELA ALUNA GESSICA
FERNANDA DO CARMO, E ORIENTADA
PELO PROFESSOR DOUTOR
SHIGUENOLI MIYAMOTO.

CAMPINAS-SP

2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES, .
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3033-606>

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

C213s Carmo, Gessica Fernanda do, 1992-
Os soldados de terno? Ruptura, crise e reestruturação da Diplomacia Brasileira (1964-1969) / Gessica Fernanda do Carmo. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Shiguenoli Miyamoto.
Coorientador: Marcelo Passini Mariano.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Em regime interinstitucional com: UNESP e PUC-SP.

1. Brasil. Ministério das Relações Exteriores. 2. Política externa - Brasil. 3. Serviço diplomático e consular. 4. Processo decisório. I. Miyamoto, Shiguenoli, 1948-. II. Mariano, Marcelo Passini. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Soldiers in suits? Rupture, crisis and restructuring of Brazilian Diplomacy (1964-1969)

Palavras-chave em inglês:

Brazil. Ministry of Foreign Affairs

Foreign policy

Diplomatic and consular service

Decision making process

Área de concentração: Instituições, Processos e Atores

Titulação: Mestra em Relações Internacionais

Banca examinadora:

Shiguenoli Miyamoto [Orientador]

Rogério de Souza Farias

Flávia de Campos Mello

Data de defesa: 22-03-2018

Programa de Pós-Graduação: Relações Internacionais



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 22 de março de 2018, considerou a candidata Gessica Fernanda do Carmo aprovada.

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto (Universidade Estadual de Campinas) – Orientador

Prof. Dr. Rogério de Souza Farias (Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG)

Profa. Dra. Flávia de Campos Mello (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

Aos meus pais, Fernando e Geni,
Ao Rogério de Souza Farias,
A todos que perderam suas vidas durante a ditadura militar brasileira. Suas lutas serão sempre
lembradas.

AGRADECIMENTOS

Esta é, sem dúvidas, a parte mais gratificante deste trabalho. Por dois anos me dediquei inteiramente a questões e atividades ligadas ao mestrado. Certamente não foram momentos fáceis, entretanto, o apoio, o suporte, a confiança e o amor de algumas pessoas fizeram com que esta jornada fosse muito mais feliz.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Rogério de Souza Farias por ter tornado possível esta pesquisa. Desde os tempos da graduação, Rogério deposita apoio irrestrito em mim. Mesmo quando tudo parece extremamente difícil, sua confiança e apoio me sustentam. Com toda certeza, não teria feito o mestrado se ele não tivesse me apresentado um “mundo novo” nas Relações Internacionais. Suas lições de profissionalismo, dedicação e generosidade seguirão comigo para toda vida. Ao Rogério, serei sempre grata por toda sensibilidade para ajudar nas questões difíceis; pela paciência e força nos momentos de insegurança e incerteza; por sempre me incentivar e engajar em projetos e atividades, pelo exemplo de trabalho e comprometimento. Meus mais sinceros agradecimentos por ter me feito uma pesquisadora melhor.

O mestrado reservou ainda uma grande alegria: a orientação do Prof. Shiguenoli Miyamoto. Ter como orientador um pesquisador que tanto admiro e respeito foi, além de tudo, muito gratificante. Agradeço as palavras sempre tão sábias e o consolo que sempre vinham nos momentos mais intensos.

Aos professores Rogério de Souza Farias e Flávia Campos de Mello, pelas presenças nas bancas de qualificação e defesa. Os comentários, críticas construtivas e conselhos recebidos foram essenciais para a conclusão deste trabalho.

A toda equipe do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas Unesp, Unicamp e PUC-SP, nosso querido Dantas: professores, pelas aulas e atenção prestada aos alunos; a Isabela e Giovana pela atenção, carinho, compreensão, sensibilidade, prestatividade e zelo de sempre; a Graziela, por ser sempre tão gentil e, mais do que auxiliar em nossas buscas, ter sempre uma palavra de apoio; aos demais servidores da copa, limpeza, portaria e segurança, sempre tão amáveis e com um sorriso no rosto.

Ao Núcleo de Estudos e Análises Internacionais (NEAI), ligado ao IPPRI/Unesp e aos amigos conhecidos lá, especialmente ao Daniel Rei Coronato por nossas conversas sempre tão frutíferas, pela sensibilidade, pelo apoio e pela confiança depositados em mim.

Agradeço ainda o querido Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira, coordenador do Núcleo, por sempre me instigar a ser melhor e confiar em meu trabalho.

Aos meus queridos colegas do Programa, especialmente Roberto Teles e Willian Moraes por terem tornado tudo mais alegre. À Milagro Mengana, Jéssica Horing, Helena Salim, Rodrigo Amaral (e família) e Ilária Rocha. Agradeço pelas longas conversas, cafés, viagens, leituras e, principalmente, pela amizade.

Ao Gustavo Oliveira, por cada palavra, cada gesto e cada abraço que me estimularam durante esta jornada, principalmente nos meses finais. Sua ternura, confiança e amor, mais do que aconchego, me deram forças pra seguir em frente.

Aos meus amigos que, mesmo distantes, me apoiam incondicionalmente: Rayane Pires, Andrêza Benevides, Isabela Pires, Mayara Drummond, Gustavo Minella e Ronney Almeida. Agradeço o amor de vocês todos os dias de minha vida.

À minha família, em especial meus pais Fernando e Geni que, mesmo sem entender exatamente o que faço, nunca deixaram de me apoiar e incentivar a sempre querer mais. Toda força e dedicação que tenho, sem dúvida alguma, veio destas pessoas, que admiro com toda força do mundo.

A CAPES, pela bolsa de pesquisa que tornou possível o melhor desenvolvimento desta pesquisa e, principalmente, ao povo brasileiro por ter financiado este trabalho e ser indiretamente responsável pela realização do mesmo.

Finalmente, expresso minha gratidão a Deus, por ser minha fortaleza, meu amparo, meu sustento. Sou extremamente grata pelo dom da vida!

E que o passado abra os presentes pro futuro.
Taiguara (1973)

RESUMO

Este trabalho aborda o papel do Ministério das Relações Exteriores (MRE-Itamaraty) após o golpe de Estado de março de 1964, especificamente durante as gestões Castelo Branco (1964-1967) e Costa e Silva (1967-1969). Sustentamos que o órgão não é uma burocracia insulada, mas sim um órgão que pode, como qualquer outra instituição, assimilar interesses políticos e ideológicos dos governantes do momento e atuar em função destes. Argumentamos que isso vale também para seu comportamento nos anos de institucionalização do regime ditatorial no Brasil. Procuramos compreender como o Ministério se comportou analisando três processos principais: o expurgo realizado no órgão, a formulação da política externa do novo regime e o esforço de legitimação internacional do mesmo por meio da diplomacia. Para avaliar nossa hipótese, utilizamos a literatura especializada, os principais documentos oficiais do período e duas bases de dados exclusivas: a primeira, dos diplomatas brasileiros (1889 a 2010) e, a segunda, de eventos de política exterior (1930 a 1985). Com isso, a dissertação nos ajudará a compreender como o Itamaraty reagiu frente a mudanças do regime governamental e as consequências disso para a própria organização diplomática.

Palavras-chave: Brasil. Ministério das Relações Exteriores; Política Externa – Brasil; Serviço Diplomático e Consular; Processo Decisório.

ABSTRACT

This dissertation examines the role of the Brazilian Ministry of Foreign Affairs (MRE-Itamaraty) after the March 1964 *coup d'État*, specifically during the administrations of Castelo Branco (1964-1967) and Costa e Silva (1967-1969). We argue that the Ministry is not an insulated bureaucracy, but rather an organ that can, as any other government agency, assimilate the political and ideological interests of the ruling groups and act based on them. We argue that this holds true for its behavior during the institutionalization of the dictatorial regime in Brazil. We tried to understand how the MRE behaved through the analysis of three main processes: the purge carried out in the institution, the foreign policy formulation of the new regime, and its effort to gain international legitimacy through diplomacy. In order to evaluate our hypothesis, we used the specialized literature on the subject, the main official documents of the period, and two exclusive databases: the first, a database on Brazilian diplomats (from 1889 to 2010); the second, a database on foreign policy events (from 1930 to 1985). By doing so, this dissertation will help us understand how Itamaraty responded to regime changes and the consequences for the diplomatic organization itself.

Keywords: Brazil. Ministry of Foreign Affairs; Foreign Policy – Brazil; Diplomatic and Consular Service; Decision-Making Process.

RESUMEN

Este trabajo aborda el papel del Ministerio de las Relaciones Exteriores (MRE-Itamaraty) con posterioridad al golpe de Estado de marzo de 1964, específicamente durante las gestiones Castelo Branco (1964-1967) y Costa e Silva (1967-1969). Sustentamos que el órgano no es una burocracia aislada, mas que puede, como cualquier otra institución, asimilar intereses políticos e ideológicos de los gobernantes del momento y actuar en función de este. Argumentamos que eso vale también para su comportamiento en los años de institucionalización del régimen dictatorial en Brasil. Procuramos comprender como el Ministerio se comportó analizando tres procesos principales: la expurgación realizada en el órgano, la formulación de la política externa del nuevo régimen y el esfuerzo de legitimación internacional do mismo por medio de la diplomacia. Para evaluar nuestra hipótesis, utilizamos la literatura especializada, los principales documentos oficiales del período y dos bases de datos exclusivas: la primera, de los diplomáticos brasileros (1889 a 2010) y, la segunda, de eventos de política exterior (1930 a 1985). Con eso, la disertación nos ayudará a comprender como Itamaraty reaccionó frente a las mudanzas del régimen gubernamental y las consecuencias de esto para la propia organización diplomática.

Palabras-clave: Brasil. Ministerio de Relaciones Exteriores; Política Exterior - Brasil; Servicio Diplomático y Consular; Proceso Decisorio.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Desligamentos por ano dos investigados	82
Gráfico 2 – Forma de entrada dos investigados no Itamaraty	83
Gráfico 3 – Anos de carreira dos diplomatas afastados pela CIS64 e CIS69	85
Gráfico 4 – Comparação entre idade na posse e no desligamento dos diplomatas desligados	87
Gráfico 5 – Relação de desligados que chegaram a Ministros de Primeira Classe	93
Gráfico 6 – Número de investigados que atuaram em postos multilaterais	94
Gráfico 7 - Porcentagem geral de diplomatas que se formaram nos Cursos Superior de Guerra e de Altos Estudos da ESG entre 1950 e 1988	97
Gráfico 8 – Quantidade de diplomatas formados no Curso Superior de Guerra e no Curso de Altos Estudos da ESG entre os anos 1950 e 1988	98
Gráfico 9 – Número de investigados que cursaram a Escola Superior de Guerra.....	99
Gráfico 10 – Diplomatas desligados que cursaram a ESG	100
Gráfico 11 - Eventos por ano	120
Gráfico 12 – Locais de realização de eventos de política externa	121
Gráfico 13 – Participação de diplomatas nas delegações Brasileiras	122
Gráfico 14 – Participação de diplomatas em eventos de política externa brasileira	123
Gráfico 15 – Proporção de militares participantes por ano	124
Gráfico 16 - Participação dos militares por período	125
Gráfico 17 – Proporção de militares por evento	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Média geral de anos de carreira dos diplomatas desligados	84
Tabela 2 – Média geral de idade na posse dos diplomatas desligados	85
Tabela 3 – Média geral de idade no desligamento dos diplomatas desligados.....	86
Tabela 4 – Anos para progressão funcional dos investigados pelo Regime Militar	89
Tabela 5 – Anos para progressão funcional dos não investigados pelo Regime Militar	91

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 – Classes da carreira diplomática	88
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Aa	ao ano
AI	Ato Institucional
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CACEX	Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil
CACO	Centro Acadêmico Candido de Oliveira
CAD	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas
CAE	Curso de Altos Estudos
CECLA	Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana
CIEX	Centro de Informações do Exterior
CF	Constituição Federal
CGI	Comissão Geral de Investigações
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIS	Comissão de Investigação Sumária
CPCD	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CSR	Comando Supremo da Revolução
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DCInf	Departamento Cultural e de Informações
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social

DSN	Doutrina de Segurança de Nacional
EC	Escritório Comercial
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIP	Força Interamericana de Paz
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
Grupo dos 77	Coalizão de nações em desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRBr	Instituto Rio Branco
Jango	João Goulart
JK	Juscelino Kubitscheck
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MRE	Ministério das Relações Exteriores – Itamaraty
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PE	Política Externa
PEB	Política Externa Brasileira

PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento
PEI	Política Externa Independente
POP	Procedimentos Operacionais Padrões
SEB	Serviço Exterior Brasileiro
SEPRO	Serviço de Propaganda e Expansão Comercial
SERE	Secretaria de Estado
SI	Sistema Internacional
SNI	Sistema Nacional de Informações
STF	Supremo Tribunal Federal
TNP	Tratado de Não proliferação de Armas Nucleares
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Apresentação do tema de pesquisa	17
1.2 Materiais e Métodos	24
2 O ITAMARATY E AS CONJUNTURAS INTERNA E EXTERNA ANTERIORES E POSTERIORES AO GOLPE DE 1964	27
2.1 Panoramas nacional e internacional pré-golpe de 1964	28
2.2 Panoramas nacional e internacional pós-golpe de 1964.....	33
2.3 O Itamaraty	38
2.3.1 O Itamaraty antes do golpe civil-militar de 1964.....	41
2.3.2 Vasco Tristão Leitão da Cunha, Juracy Magalhães e Magalhães Pinto: os primeiros chanceleres do período militar.....	44
2.3.2.1 Vasco Tristão Leitão da Cunha: o “protetor” do Itamaraty	44
2.3.2.2 Juracy Magalhães: “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”	46
2.3.2.3 Magalhães Pinto: “Diplomacia da Prosperidade”	48
2.4 O golpe de 1964 e o Itamaraty: Efeitos gerais do golpe na organização diplomática e na Política Externa Brasileira durante o governo Castelo Branco	48
2.5 O golpe de 1964 e o Itamaraty: impactos na organização diplomática e na Política Externa Brasileira durante o governo Costa e Silva	54
3 “CAÇA ÀS BRUXAS” NO ITAMARATY: REPRESSÃO POLÍTICA, IDEOLÓGICA E PESSOAL	58
3.1 A Comissão de Investigação Sumária de 1964.....	59
3.2 A Comissão de Investigação Sumária de 1969.....	69
3.3 Perfil dos diplomatas investigados pelas Comissões de Investigação Sumária de 1964 e 1969	80

3.3.1 Aspectos gerais da carreira dos servidores perseguidos pelo regime militar brasileiro ..	81
3.3.2 Os diplomatas e a Escola Superior de Guerra	95

4 PROCESSO DECISÓRIO E DE LEGITIMAÇÃO INTERNACIONAL DO NOVO REGIME NOS DOIS PRIMEIROS GOVERNOS MILITARES (1964-1969)..... 101

4.1 Breves apontamentos sobre a natureza da Política Externa	102
4.2 Indicações sobre o Processo Decisório em Política Externa	106
4.2.1 O Itamaraty e a formulação da Política Externa Brasileira	106
4.2.2 Instrumentais metodológicos de análise do processo decisório	109
4.3 Processo decisório durante os governos Castelo Branco e Costa e Silva.....	114
4.4 Composição das comissões brasileiras nos “eventos” de política externa: formuladores de decisão	118
4.5 Processo de legitimação internacional do novo regime.....	127

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 141

REFERÊNCIAS 146

APÊNDICE E ANEXOS..... 157

APÊNDICE - ANOS DE PROGRESSÃO NA CARREIRA DOS SERVIDORES INVESTIGADOS	158
---	-----

ANEXO A – DIPLOMATAS CUJA PRESENÇA NO ITAMARATY ERA CONSIDERADA INCOMPATÍVEL.....	160
---	-----

ANEXO B – APOSENTADORIAS - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES 1969 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO)	165
--	-----

1 INTRODUÇÃO

Acender as velas
 Já é profissão
 Quando não tem samba
 Tem desilusão
 É mais um coração
 Que deixa de bater
 Um anjo vai pro céu
 Deus me perdoe
 Mas vou dizer
 O doutor chegou tarde demais
 Porque no morro
 Não tem automóvel pra subir
 Não tem telefone pra chamar
 E não tem beleza pra se ver
 E a gente morre sem querer morrer

Acender as Velas
 Zé Ketí (1965)

1.1 Apresentação do tema de pesquisa

Esta dissertação aborda o Ministério das Relações Exteriores (MRE), comumente Itamaraty, pós-golpe de Estado de 1964, especificamente durante as gestões Castelo Branco (1964-1967) e Costa e Silva (1967-1969). Visamos compreender como o Ministério se comportou pós o movimento que marcou o início do regime militar no Brasil. Analisaremos o corpo diplomático, em especial o grupo de diplomatas perseguidos pelas comissões de investigação instaladas no Itamaraty; o processo de tomada de decisão do Ministério no período e o processo de legitimação internacional do novo regime.

Nosso questionamento sobre como se comportou o MRE pós-golpe e instalação do regime militar no Brasil se deu, basicamente, pela ausência de trabalhos que abordem especificamente o papel do Itamaraty nos anos iniciais do regime militar, para além de detalhar a política externa do período, por consequência, pela necessidade de compreensão daquele órgão em um momento de instabilidade nacional. A motivação para esta pesquisa, portanto, partiu de um interesse particular em compreender melhor o Itamaraty e as questões que o envolvem, principalmente durante o regime militar brasileiro.

O golpe, consumado no dia 31 de março de 1964, marcou uma ruptura institucional que repercutiu na política, na economia e na sociedade brasileira por 21 anos, de 1964 a 1985. O movimento orquestrado por setores da organização militar com apoio de parte

da sociedade civil, nacional e internacional, foi justificado como necessário para o estabelecimento da ordem interna e como forma de deter a “ameaça comunista” que, de acordo com esses setores, pairava sobre o Brasil.

Naquele período, a instável conjuntura interna adicionada à também delicada situação externa contribuíram para a efetivação do golpe no Brasil. Após a sublevação e a posse do general Humberto de Alencar Castelo Branco, foi nomeado como Ministro das Relações Exteriores o diplomata Vasco Tristão Leitão da Cunha (1964-1966). O novo chanceler acreditava no caráter restaurador do golpe, considerando-o uma “revolução”. Acreditava ainda que tal movimento repercutiria positivamente no exterior, devido às “excentricidades” do presidente anterior, João Goulart.

O primeiro grande ato após a instalação do regime militar foi o decreto do Ato Institucional (AI), em 09 de abril de 1964. Este Ato previa que todos os servidores que supostamente tivessem atentado “contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública” poderiam ser, via investigações sumárias, demitidos, aposentados e/ou colocados em disponibilidade. Em outras palavras, o AI suspendeu a estabilidade no serviço público e as garantias constitucionais por seis meses (ATO INSTITUCIONAL..., 1964).

No mesmo ano, em 27 de abril, foi promulgado um complemento ao AI, o Decreto Nº 53.897. Por meio desse, foi criada uma Comissão Geral de Investigações (CGI) indicando que, no âmbito dos ministérios, poder-se-ia promover investigações que julgassem convenientes e encaminhá-las diretamente ao Presidente da República. Caso os ministérios não criassem suas próprias comissões de investigação, as mesmas seriam conduzidas por comissões criadas pelo governo militar nacional.

No livro de memórias de Leitão da Cunha, “Diplomacia em Alto-Mar” (2003), publicado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Vasco Leitão salientou que não teve escolhas quanto às instruções governamentais e instituiu a Comissão de Investigação Sumária – (CIS¹), em 5 de maio de 1964, no Itamaraty. Ao contrário do que sustentou o diplomata, observaremos, na terceira seção deste trabalho, que foi uma opção do ministro do exterior controlar o processo, devido principalmente a seu interesse particular em remover do Ministério servidores que não fossem da carreira

¹ As comissões de investigação estavam previstas no AII e, apesar de ter existido uma comissão em 1952, as seguintes (de 1964 e 1969) foram mais rígidas. Devido à ruptura da ordem constitucional, “havia desaparecido vários dos obstáculos legais com os quais se defrontara a comissão anterior [1952], para combater suposta infiltração comunista no MRE” (BRASIL, 2014, p. 197).

diplomática², além daqueles, obviamente, que fossem simpatizantes de ideologias contrárias ao regime daquele momento.

Sendo assim, quando nomeado chanceler, teve mais poder para afastar do Ministério essas pessoas. Além disso, assim que a comissão foi criada, o Ministro tratou de solicitar a todos os servidores que enviassem denúncias ou informações sobre fatos que fossem suspeitos quanto aos servidores³, tomando a frente, portanto, das investigações da CIS64, responsável por desligar da carreira servidores contrários ao novo regime. Logo, conforme relato do próprio Leitão da Cunha, não foram os militares que o pressionaram para realizar uma devassa no Itamaraty, mas sim, seus próprios interesses de deixar o Itamaraty livre de agentes externos e contrários ao regime.

Considerando as duas comissões instituídas no órgão, pelo menos 97 diplomatas foram investigados e 20 foram exonerados. Além disso, a organização ainda colaborou com o regime espionando exilados brasileiros. Nas palavras do pesquisador Pio Penna Filho (2009), derrubou-se

o mito de que o Itamaraty não colaborou ou colaborou pouco com o lado mais sombrio da ditadura militar brasileira. Por muitos anos, gerações de diplomatas afirmaram que a tradição e a autonomia desfrutada pelo Ministério das Relações Exteriores no âmbito do serviço público teria lhes permitido evitar uma associação com a repressão generalizada que se instalou no país após o Golpe de Estado de 1964. Tal, de fato, não ocorreu. Houve a colaboração em diversos níveis, seja participando ativamente do processo de “depuração” interna promovida pelos inquéritos ideológicos no período inicial da ditadura, seja montando um aparato de espionagem que atuava preferencialmente nos países onde havia maior número de exilados brasileiros. Sua colaboração foi estreita com as principais agências responsáveis pela repressão no Brasil, como o temido SNI, com o Exército, com a Marinha e com a Aeronáutica, por meio de suas respectivas agências especializadas, a saber: o CIE, o Cenimar e o CISA. (PENNA FILHO, 2009, p. 44).

Neste trabalho, analisaremos o Itamaraty apenas pós-golpe de 1964, apesar de esta ruptura institucional ser apenas uma entre vários momentos de forte instabilidade⁴ pelos quais o Brasil passou. Esses momentos se deveram, em maior ou menor intensidade, tanto a condicionantes de natureza interna quanto àqueles de natureza externa e foram importantes não só para a condução da Política Externa Brasileira (PEB) mas também para a determinação do perfil dos diplomatas brasileiros, já que esses, como grupo profissional, têm-se fortalecido

² A primeira providência da Comissão de Investigação Sumária de 1964 foi focar nas pessoas de fora da carreira (que atuavam, de algum modo, no Itamaraty). Nesse sentido, um dos objetivos principais era fortalecer a carreira. De Renato Ribeiro para Azeredo da Silveira. Pedido de documentação. Confidencial. CI/1. 13 de maio de 1964. Memorandos secretos 1961-1964. Caixa 1. AHI-BSB.

³ A. Camillo de Oliveira. MRE/CI/107/2. Memorandos secretos. 1961/64. Caixa 1.

⁴ Entre eles, podemos citar a Proclamação da República; Estado Novo; Golpe de 1964 e a instalação do Regime Militar; o impeachment de Fernando Collor de Mello (BUENO, 1995; CERVO e BUENO, 2002) e, mais recentemente, o impeachment de Dilma Rousseff (2016).

ao longo da história do Brasil. O processo de evolução do Estado nacional brasileiro e outros fatores relacionados à evolução tanto da diplomacia brasileira, quanto do MRE⁵ enquanto instituição, contribuíram para o processo de fortalecimento da carreira (CHEIBUB, 1985; 1989).

Apesar dos momentos de ruptura depreende-se das leituras de Cheibub (1989), Lima (2000), Vieira (2001), Cervo e Bueno (2002) e Puntigliano (2008) que o Itamaraty, enquanto órgão especializado do Estado brasileiro encarregado da diplomacia nacional, é uma instituição com alto grau de estabilidade. Isso nos leva a alguns questionamentos no que tange ao período proposto para análise: como é possível a diplomacia brasileira ser considerada de alto grau de estabilidade em um país que passou por tantos momentos de instabilidade? Em que medida esses impactos podem nos revelar a capacidade da corporação de se manter estável? Como esses impactos afetaram a instituição? Mais importante, como o MRE se comportou pós-golpe de Estado? Quais foram suas principais ações? Quais eram os principais atores?

Sustentamos, de antemão, que o Itamaraty não é uma instituição apenas preocupada com a burocracia, mas que pode, como qualquer outra instituição, atender a interesses políticos e ideológicos dos governantes do momento. Acreditamos que isso marcou o comportamento do Ministério no período que será analisado. Para avaliar esta hipótese, examinaremos especificamente os governos de Castelo Branco (1964-1967) e Costa e Silva (1967-1969), por se tratarem, basicamente, dos anos de institucionalização do regime ditatorial no Brasil. Em outras palavras, neste período o regime buscou sua legitimação internacional e internamente, contando com os esforços do MRE. Além disso, nesse período, houve uma mudança na condução da política exterior, também tendo o Ministério como ator principal e, igualmente importante, por terem sido instauradas as comissões de investigação no órgão nos anos de 1964 e 1969.

Diante do exposto, analisaremos basicamente as três variáveis mencionadas para avaliar nossa hipótese, quais sejam, a perseguição aos diplomatas brasileiros; a legitimação do novo regime principalmente no âmbito internacional, e o processo decisório do Ministério no período em questão. Nosso objetivo, assim, é mostrar como o Golpe de 1964 influenciou a diplomacia brasileira tanto no conteúdo de sua ação (processo decisório e inserção internacional) quanto como as novas forças (militares no governo) daquele momento

5 Conforme Lima (2000), o Itamaraty é uma agência especializada com forte componente institucional na formação da política externa.

conceberam o papel profissional e o perfil do diplomata.

Após o golpe, o novo regime necessitava também de diplomatas (servidores, de modo geral) que cumprissem a nova agenda sem hesitar. Tendo esse objetivo em mente, foram criadas as comissões de investigação de 1964 e 1969, que foram responsáveis por investigar e afastar os diplomatas considerados não aptos, aos olhos do novo regime, para representar o Estado brasileiro. Com amparo da legislação vigente naquele período, foi construído um aparato repressivo que cassou servidores supostamente contrários ao regime militar e simpatizantes do governo anterior. No caso, aproveitou-se também a ocasião para eliminar outros desafetos. Considerando a importância dessas comissões e dos reflexos no corpo diplomático, analisaremos suas ações e possíveis impactos no corpo diplomático no segundo capítulo desta pesquisa.

Além disso, como é de conhecimento geral, mudanças de regime ou instabilidade política acabam tendo uma repercussão internacional, sendo assim, uma das primeiras tarefas da diplomacia é tentar legitimar o novo governo no plano internacional. Após a instalação do regime militar no Brasil uma das principais funções do Itamaraty foi, portanto, de legitimação internacional do novo regime. No terceiro capítulo deste trabalho, veremos com mais intensidade as ações da diplomacia brasileira nesse sentido.

Dadas as questões acima, são dois os elementos essenciais nessa pesquisa: como a nova elite política no governo utilizou esse momento para repensar o papel do diplomata, seu perfil adequado à nova situação e como ele deveria se portar e, como o novo governo se apresentou ao mundo como distinto do período anterior em termos de visão do país, o que era o Brasil, as prioridades e temas relevantes da agenda.

Acerca da política exterior brasileira há uma ampla produção, como os trabalhos de Cervo e Bueno (2002); Pinheiro (2004) e Oliveira (2005) que nos indicam os principais acontecimentos a respeito da temática; bem como trabalhos que abordam a história diplomática brasileira e a organização diplomática, como Cheibub (1985; 1989); Lima (2000), Bueno (2002) e Castro (2009), examinando inclusive as reformas ocorridas no órgão, como é o caso das obras de Barroso (1968) e de Castro (2009).

Além disso, há ampla literatura que trata o regime militar brasileiro, como os trabalhos de Martins (1975); Gonçalves e Miyamoto (1993); Vizentini (1998), Fico (2004) e Silva (2004) que trabalham tanto períodos específicos do regime militar, como Silva (2004) que aborda somente o governo Castelo Branco; ou todo o período, a exemplo Gonçalves e

Miyamoto (1993), que fazem uma análise geral sobre a política externa de 1964 a 1985. Há também, em menor escala, trabalhos que nos ajudam a compreender o papel da mulher na diplomacia brasileira, como dos diplomatas Balbino (2009; 2011); Maia e Alvarenga (2010); Friaça (2012) e Delamonica (2014).

A contribuição pretendida por esse trabalho, por conseguinte, distancia-se em alguma medida da literatura já existente, uma vez que busca demonstrar como o Itamaraty se comportou frente ao golpe de 1964 e durante os anos iniciais do regime militar, isto é, ao abordar a posição relativa do MRE e as mudanças ocorridas no órgão.

A perspectiva de Análise de Política Externa (APE, ou FPA, sigla em inglês) nos ajudará a compreender os fatores que envolveram o processo de tomada de decisão durante os anos iniciais do regime militar no Brasil. Essa discussão nos será bastante útil em nossas análises sobre o processo de tomada de decisão durante os governos Castelo Branco e Costa e Silva. Essa linha, iniciada pelo importante trabalho de Snyder, Bruck e Sapin (1954), considera como variáveis centrais diversos atores, entre eles as burocracias, a agência e os indivíduos que influenciam no processo decisório.

No que concerne às referências conceituais, é importante apresentarmos algumas definições que serão frequentes ao longo do texto, que se referem principalmente aos assuntos de política externa. Julgamos pertinente, nesse primeiro momento, apresentar a definição de política externa.

De acordo com Mônica Salomón e Letícia Pinheiro (2013), política externa é uma política pública, embora com uma especificidade: o fato de ser implementada fora das fronteiras estatais. Isso pode levar a uma distância considerável entre objetivos e resultados (embora implementada fundamentalmente fora das fronteiras do Estado, a política exterior resulta e promove arranjos institucionais – burocráticos domésticos diversos, bem como articulações políticas internas de variadas dimensões). As autoras ressaltam que entender política externa como política pública leva a considerar seu processo de elaboração no qual se chocam, como em qualquer outra política pública, as demandas e os conflitos de variados grupos domésticos.

Pinheiro (2004) argumenta que a política externa, dessa forma,

pode ser definida como o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos – tais como organizações internacionais, corporações multinacionais ou atores transnacionais – formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional. Neste sentido, trata-se da conjugação dos interesses e ideias dos representantes de um Estado sobre sua inserção no sistema

internacional tal como este se apresenta ou em direção à sua reestruturação, balizados por seus recursos de poder. (PINHEIRO, 2004, p.7).

Julgamos apropriado também esclarecer o que consideramos por processo decisório. Snyder, Bruck e Sapin (1954) consideram que a decisão é definida como um processo no qual os atores são afetados por um conjunto de influências relacionadas com o seu meio ambiente institucional. Hudson (2005) chama atenção para análise das condições internas de Estados, tais como ministérios, cultura, entre outros, para entender o processo decisório. Merece destaque a abordagem de Hill (2003). Para ele, o processo decisório em política externa é um complexo jogo de interação entre diferentes atores permeados por uma imensa gama de estruturas, seja do sistema internacional, seja do doméstico, envolvidos em um processo dinâmico de interação. O processo decisório, por conseguinte, se refere ao momento anterior à decisão, ou seja, um conjunto de fatores que influenciam as deliberações dos atores, que são os decisores.

Avaliamos ainda ser pertinente apresentarmos o que consideramos por mudança, nesse caso, em política externa, visto que, em alguma medida, apresentaremos e discutiremos as mudanças acontecidas no período que compreende esta pesquisa. Sposito (2011) sustenta que a mudança aparece em oposição à continuidade, ou seja, é um momento que há ruptura dos procedimentos operacionais padrões (POP)⁶, que é um conjunto de rotinas rígidas baseadas em procedimentos operacionais tradicionais, e de uma linha de política externa já institucionalizada no país e na organização administrativa de política externa.

Hermann (1990), por sua vez, considera que uma mudança na política externa ocorre não como uma simples resposta (reação) ao sistema internacional, mas como uma escolha dos atores. Ele considera quatro níveis graduais de mudança, do mais fraco ao mais forte. O modelo de Hermann ainda é composto por quatro causas de mudança.

A primeira causa é referente aos líderes, ou seja, há uma mudança na condução da política externa quando há uma modificação de direcionamento proposto pelo então líder. Essa mudança só ocorre porque diferentes líderes têm diferentes visões de Estado (causado pela experiência de vida, crenças, ideologias, etc.). A segunda causa de mudança advém da rede de burocratas, em outras palavras, das organizações que vão tentar (e conseguir) influenciar os líderes/tomadores de decisão. Por exemplo, sindicatos de indústrias que influenciam os líderes a determinado direcionamento de política externa. A reestruturação doméstica, que ocorre devido à troca de governo também é motivadora de uma mudança na

⁶ Do inglês: *standard operating procedures* (SOP).

política externa. Por fim, os choques externos, que ocorrem devido a eventos internacionais dramáticos (que não passam ser serem notados) também influenciam mudanças na condução da política externa.

1.2 Materiais e Métodos

A metodologia para analisarmos como o Itamaraty se comportou nos primeiros anos do regime militar, ou seja, seu papel nesse período da história brasileira, foi organizada em quatro partes com intuito de melhor estruturarmos nosso argumento. Na primeira parte, realizamos um levantamento da literatura especializada em temas como Itamaraty; a política externa; o regime militar; atuação internacional de Castelo Branco e Costa e Silva e o processo decisório nesses governos. Esta fase foi realizada com base na leitura de artigos, teses, dissertações e livros em que fizemos uma busca das principais questões e temas no pré e pós-golpe de Estado no Brasil e no mundo. Ademais, a revisão da literatura nos auxiliou a melhor estruturar os próximos capítulos.

A segunda parte aborda a análise dos principais documentos oficiais os quais tivemos acesso, são eles: ofícios, anuários, relatórios, memorandos, atas, além dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Com isso, buscamos dados que puderam direcionar as questões ainda não trabalhadas com tanta intensidade, no que se refere ao MRE, como as Comissões de Investigação Sumária, implantadas durante os governos de Castelo Branco e Costa e Silva.

Analizamos também os discursos dos presidentes e de seus chanceleres com intuito de melhor apreender o conteúdo de sua ação. Sendo assim, a pesquisa propõe uma análise qualitativa em descrição histórica, sendo fundamentada principalmente em documentos do período, além da bibliografia especializada. Com menor intensidade, utilizamos jornais da época para observar como a mídia abordava o golpe e o Itamaraty. Nosso intuito foi utilizar diversas fontes e indicadores a fim de construirmos o argumento do trabalho. Tais documentos foram colhidos nos arquivos do Itamaraty no Rio de Janeiro e em Brasília-DF, no Diário Oficial da União (DOU), além dos arquivos disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

A terceira parte da metodologia completa a utilização de uma base de dados da

diplomacia brasileira⁷ que abrange mais de 3000 trajetórias profissionais. A base reúne servidores que ingressaram no órgão de 1889 a 2010. Em sua construção, foram utilizadas diversas fontes, como o DOU e os Relatórios do MRE. Ela contém várias categorias de informações, como aquelas relacionadas ao nascimento, escolaridade, entrada no órgão e progressão na carreira, até o desligamento definitivo do Ministério. Tal base nos ajudou a identificar a trajetória profissional dos diplomatas que estavam e ingressaram na organização diplomática do Brasil de 1964 a 1969. Utilizamos também uma segunda base de dados que reúne os eventos de política exterior realizados entre os anos de 1930 e 1985. Em sua construção, nossas fontes de dados principais foram a literatura secundária e os Relatórios do MRE. Neste trabalho, utilizamos a versão 5 (V5) da base de eventos de política exterior.

Por fim, a análise dos resultados se dará da seguinte forma: agrupamos os resultados da bibliografia especializada com os da pesquisa/análise documental e, a partir daí, com o auxílio do *Software Tableau*⁸ (apresentação e análise gráfica e de tabelas), fizemos uma interpretação dos dados disponíveis na base de dados, especificamente sobre os diplomatas investigados e desligados pelas comissões de investigação.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, abordamos as conjunturas interna e externa, anteriores e posteriores ao golpe civil-militar de 1964 por acreditarmos na importância de contextualizar tais momentos que, diretamente, influenciaram a organização do Ministério das Relações Exteriores e, mais diretamente, sua política exterior. Para melhor compreendermos o que veio após o golpe, é necessário entender também o momento anterior o golpe. Para isso, fizemos uso da literatura existente sobre o período, abordando as principais questões relacionadas ao Itamaraty.

O segundo capítulo é dedicado à análise das Comissões de Investigação Sumária de 1964 e de 1969. Além de diplomatas, é importante ressaltar que diversos outros servidores do Ministério também foram afastados; entretanto, devido a natureza deste trabalho, nos concentraremos apenas nos diplomatas. Apresentamos os alvos dessas comissões e, por intermédio de gráficos e tabelas, traçamos um perfil com as principais características desse grupo de servidores.

No capítulo seguinte, analisamos especificamente a forma como o golpe civil-

⁷ A base de dados da diplomacia brasileira foi criada por Rogério de Souza Farias, com assistência de Gessica Fernanda do Carmo. Neste trabalho, foram utilizadas as versões 114 e 115 da base, que se encontra em fase final de construção.

⁸ Software de apresentação e demonstração de dados.

militar de 1964 impactou a organização diplomática brasileira no conteúdo de sua ação, ou seja, o seu processo decisório, identificando a arena e os principais atores. Analisamos também como se deu o processo de legitimação internacional do novo regime, isto é, como a diplomacia brasileira trabalhou com intuito de garantir a boa imagem do Brasil no exterior, a chamada diplomacia cultural. Para alcançarmos os objetivos do terceiro capítulo, utilizamos a bibliografia especializada e documentos do período, disponíveis na hemeroteca digital da biblioteca nacional e nos arquivos do Itamaraty do Rio de Janeiro e Brasília-DF.

Nas considerações finais, retomamos a repercussão do golpe na diplomacia brasileira, observando não somente a mudança de orientação da política externa, mas também no que se refere especificamente à própria organização e administração de tal Ministério. Pretendemos demonstrar, por fim, como a “caça às bruxas” se relacionou com a própria organização do MRE, seu processo decisório e a inserção internacional do país.

Por fim, cabe ainda uma observação quanto ao título proposto para este trabalho: “Os Soldados de Terno? Ruptura, crise e reestruturação da Diplomacia Brasileira (1964-1969)”. O título questiona se durante o regime militar no Brasil, principalmente nos dois primeiros governos, os militares estiveram presentes, ou seja, se atuaram ativamente em instâncias comumente de responsabilidade dos diplomatas. O objetivo deste trabalho é observar como o Itamaraty se comportou nesse período. Portanto, é essencial observamos o papel dos militares em atividades correntemente atribuídas aos diplomatas. A segunda parte do título, “ruptura, crise e reestruturação”, representa os acontecimentos do período que serão narrados e analisados neste trabalho.

2 O ITAMARATY E AS CONJUNTURAS INTERNA E EXTERNA ANTERIORES E POSTERIORES AO GOLPE DE 1964

[...] Carcará
 Pega, mata e come
 Carcará é malvado, é valentão
 É a águia de lá do meu sertão
 Os burrego novinho num pode andá
 Ele puxa o umbigo inté matá
 Carcará
 Pega, mata e come [...]

Carcará
 Chico Buarque (1965)

O golpe civil-militar de março de 1964 marcou profundamente a sociedade brasileira. O movimento e a subsequente instalação do regime militar tiveram impactos em todos os setores, principalmente na política, na economia e na população civil, em especial aqueles que eram contrários ao regime implementado. Esses últimos, principalmente após o decreto dos AIs, foram vítimas de perseguição pelo governo. Foram vários os casos de tortura, mortes e desaparecimentos.

Como veremos neste trabalho, o governo instalado alegava ter tomado o poder para garantir a segurança nacional e estabelecer a ordem, que se encontrava comprometida. Nos dois primeiros governos militares, objetos desse trabalho, ou seja, período de consolidação da ditadura (MARTINS FILHO, 1995), os presidentes e suas equipes governamentais buscaram consolidar e legitimar seus governos, tanto internamente, ou seja, frente à população, quanto internacionalmente.

Para que possamos melhor compreender o que vem após o golpe civil-militar de 1964, especificamente com relação ao MRE, é necessário apresentar a conjuntura anterior ao golpe tanto internamente quanto externamente. Este capítulo tem como objetivo situar o leitor à conjuntura imediatamente anterior à tomada do poder no Brasil para que se compreenda de que maneira os condicionantes internos e externos contribuíram para a deflagração do golpe e, posteriormente, manutenção do novo regime. Portanto, abordaremos também o que a literatura fala sobre o momento em que já se encontrava instalada a ditadura militar. Como estava a economia e a política antes do golpe? Como esses fatores contribuíram para a deflagração do golpe de Estado? Como a conjuntura internacional influenciou o

desencadeamento desse processo? Em seguida, como aqueles fatores que contribuíram para o golpe influenciaram e auxiliaram em sua manutenção? Tentaremos responder a estas perguntas realizando uma revisão da literatura sobre o período.

2.1 Panoramas nacional e internacional pré-golpe de 1964

Em março de 1964, o Brasil sofreu uma forte ruptura institucional que abalou profundamente a história nacional. A conjuntura nacional já no início da década de 1960 não era favorável, visto que uma série de dificuldades marcaram os governos de Jânio Quadros (1961-1961) e João Goulart (1961-1964). Tais dificuldades, tanto de natureza interna quanto externa, geraram grande instabilidade nacional e tiveram grande influência na condução da diplomacia brasileira.

No âmbito interno, a economia nacional se encontrava abalada devido à inflação crescente, déficit fiscal e problemas no balanço de pagamentos, além de uma produção em baixa, o que levou à insatisfação dos trabalhadores. Já no âmbito externo, são notórios os efeitos da Guerra Fria, conflito protagonizado pelos Estados Unidos da América (EUA) e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que durou de 1945 a 1991, quando se desfez o regime socialista (ALMEIDA, 2009). Naquele período, o mundo estava dividido em basicamente duas zonas de influência: capitalista, liderada pelos EUA e, socialista, liderada pela URSS.

Naquele tempo, a preocupação ocidental, notadamente dos EUA, era com a expansão do comunismo. Nesse caso, os vizinhos do norte se atentavam precisamente com os rumos que o Brasil estava seguindo, principalmente no que se refere às ações de Jânio e Jango. Ações essas de origem internas e também com relação a outros países, em outras palavras, às políticas implementadas e a aproximação com países ditos comunistas. Os EUA, até então, viam o Brasil como parceiro importante na manutenção de sua influência na América Latina, logo, se preocupavam com a possibilidade de o Brasil se tornar um foco dispersor do comunismo na região, ao lado de Cuba.

Com relação à conjuntura interna, vale a pena voltarmos um pouco antes do golpe, precisamente em 1955, quando Juscelino Kubitschek (JK) venceu as eleições presidenciais e assumiu o governo brasileiro, visto ser este o período que a economia começou a dar sinais de fragilidade. À época, o setor agropecuário possuía grande participação no PIB e JK acreditava que, para diversificar a economia, algumas medidas

deveriam ser tomadas. Lançou então o Plano de Metas com objetivo de estabelecer essencialmente as bases de uma economia industrial madura no país, principalmente aprofundando o setor de bens de consumo duráveis (GREMAUD et ali, 2009). Como resultado, o Plano de Metas promoveu o crescimento da economia brasileira. Trouxe, também, grande inflação, déficit público elevado e deterioração das contas externas.

Em 1961, Jânio Quadros assumiu a presidência do Brasil, mas não permaneceu por muito tempo. Naquele mesmo ano, no dia 25 de agosto, em um quadro de instabilidade econômica e política nacional, apresentou sua renúncia alegando ser vítima de “forças terríveis” que o difamavam. No momento em que a renúncia foi apresentada, o vice-presidente, João Goulart (Jango) se encontrava em missão na China, sendo assim, o presidente da Câmara Paschoal Ranieri Mazzilli, assumiu a presidência interina. Entretanto, quem assumiu efetivamente o poder foram os ministros militares brigadeiro Moss, ministro da Aeronáutica; general Odílio Denys, ministro da Guerra e o almirante Sílvio Heck, ministro da Marinha, que se opunham à posse de Goulart, considerando seu retorno ao Brasil como inadmissível “por motivos de segurança nacional” (SKIDMORE, 1982).

Iniciou-se, naquele momento, a luta de parte dos militares para assumir o poder no Brasil. Nesse primeiro momento, a disputa era entre aqueles que apoiavam a posse de Jango, respeitando a Constituição Federal (CF), e aqueles que eram contra. Em outras palavras, os militares não eram um grupo homogêneo. Skidmore (1982, p. 259) sustenta que “unidas, as forças armadas poderiam ter imposto uma solução política impopular. Divididas, nunca poderiam vencer” e continua afirmando que “se os militares estivessem unidos contra a ascensão de Jango, é provável que [ele] nunca tivesse assumido a presidência” (p. 261). Além disso, Jango também contava com o apoio de parte da opinião pública, que o elegeu como vice-presidente.

Foi criada no Congresso uma comissão para estudar a questão da posse do vice-presidente. O veto à posse foi negado, entretanto, a comissão recomendou a criação de um sistema parlamentar que limitava os poderes da Presidência. Em 1961, um grupo de políticos brasileiros publicou um manifesto que acusava Jango de ser

um notório agitador dos meios operários e de ter entregue a ‘agentes do comunismo internacional’ posições-chave nos sindicatos, assim como de ter enaltecido o sucesso das comunas populares durante sua recente visita à China comunista. O manifesto terminava ressaltando que a presidência de Jango poderia favorecer a subversão nas forças armadas, transformando-as assim em ‘simples milícias comunistas’. (SKIDMORE, 1982, p. 257).

No início de seu governo, Goulart acentuou os princípios anticomunistas e sua devoção ao processo democrático, em visita aos EUA, em que declarou oposição ao regime de Fidel Castro. Ao mesmo tempo, o presidente se mostrava cada vez mais atraído pela campanha das “reformas de base” na economia brasileira (SKIDMORE, 1982).

O Brasil viveu um bom momento entre 1956 e 1962, com crescimento em torno de 8% ao ano (a.a.). Isso se deu principalmente pelo investimento na indústria de base e de bens de capital. Contudo, no ano de 1962, o Brasil já caminhava para uma crise político-econômica que se deu, da mesma maneira, pela conclusão dos investimentos do plano de metas, que resultou em fortes restrições estruturais a qualquer plano que viesse a ser desenvolvido (BASTOS, 2011; GIAMBIAGI, 2011).

Com intuito de solucionar a crise econômica, Goulart, acusado de negligenciar os problemas econômicos e sociais, convocou o economista Celso Furtado que, em conjunto com San Tiago Dantas, desenvolveu um Plano Trienal para o desenvolvimento econômico. O plano propunha uma reforma tributária, a renegociação da dívida externa, uma reforma administrativa, a diversificação das exportações, a reforma agrária e a orientação de investimentos industriais (BASTOS, 2011).

Em consequência dos problemas estruturais e políticos, o Plano Trienal não foi adiante (BASTOS, 2011). Conforme Skidmore (1982, p. 305) “em fins de maio [1963], não havia nenhum grupo político que apoiasse com força as medidas antiinflacionárias”. Além disso, “os projetos do Plano Trienal já se haviam tornado obsoletos pela inflação acelerada, que alcançou 25% nos primeiros cinco meses de 1963 – o nível estabelecido por Celso Furtado para todo o ano” (p. 307).

Entre setembro e outubro de 1963, houve uma revolta dos sargentos, fuzileiros e soldados da aeronáutica e marinha em Brasília; que tentavam assumir o controle do governo, levando a uma inquietação generalizada. A conspiração militar se fortaleceu ainda mais devido a uma série de medidas presidenciais.

Então, em outubro de 1963, um grande número de oficiais mais antigos começou a organizar uma conspiração que eles consideravam ‘defensiva’. Não estavam preparados para levar a efeito uma ação contra o presidente, mas estavam decididos a ‘deter’ e ‘resistir’ a possíveis atentados contra a Constituição, como o fechamento do Congresso. Seu líder era o chefe do Estado-Maior do Exército, nomeado havia pouco (setembro de 1963), general Castelo Branco – um representante da maioria moderada, contrário aos motivos de Jango, mas sem querer intervir no jogo democrático enquanto o presidente não fizesse uma tentativa clara de mudar as regras. (SKIDMORE, 1982, p. 321).

As acusações levantadas contra Jango, principalmente no que se refere ao seu posicionamento mais à esquerda, tal como contra seu cunhado, Leonel Brizola, começaram a ganhar ainda mais força dentro do exército. O comício do dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro, destacou seu posicionamento ao atacar o princípio da propriedade privada tanto no setor industrial quanto na zona rural. Somado a isso, os credores estrangeiros mostravam-se cada vez mais preocupados com os rumos do governo Goulart.

O fracasso do Plano Trienal aliado ao aprofundamento da crise político-econômica abriu espaço para que o golpe de Estado, após diversas tentativas, ocorresse. Skidmore (1982, p. 356) colocou que os conspiradores entre os militares se voltaram, naquele momento, “para questões de detalhes: o momento oportuno para o golpe, o índice exato de adesão nos comandos do Exército, o problema do abastecimento no caso de uma guerra civil, o grau de confiança nos políticos civis contrários a Jango”.

Segundo levantamento de Lucilia Delgado (2010), alguns autores interpretaram o golpe civil-militar como o resultado de uma ação conspiratória levada adiante pela aliança entre diversos grupos sociais, dentre os quais os setores anticomunistas das Forças Armadas (FA), principalmente se considerarmos a influência da ideologia esguiana⁹, parte expressiva do empresariado nacional, latifundiários, segmentos conservadores da Igreja Católica, o grande capital internacional com interesses no Brasil, partidos políticos e segmentos da imprensa nacional. Ainda conforme Delgado (2010), os conspiradores contaram com o apoio da Agência Central de Inteligência dos EUA, a CIA.

Ao contrário da interpretação de Delgado (2010), Carlos Fico (2008) argumenta que não houve atuação de forças conspiratórias para depor Goulart, mas sim uma desestabilização de seu governo, estando os militares na linha de frente dessa deposição e que, em tempos de Guerra Fria, o governo estadunidense estava bastante preocupado com os desdobramentos políticos no Brasil. Moniz Bandeira (2001, p. 21-22), por conseguinte, defende que o golpe de Estado de 31 de março de 1964 foi “um episódio da luta de classes”, no qual o “empresariado, sobretudo seu setor estrangeiro, tratou de conter e reprimir a ascensão dos trabalhadores”.

Como podemos observar, foram vários os fatores que justificaram, do ponto de

⁹ A Escola Superior de Guerra teve papel essencial no processo de disseminação de ideias não apenas em lideranças das FA, mas também de diplomatas e setores da sociedade civil. Como veremos a frente, a ideologia anticomunista da ESG, caracterizada principalmente pela luta a favor da segurança nacional que estava diretamente relacionada à identificação e afastamento do inimigo (comunista), disseminou a Doutrina da Segurança Nacional (DSN). Essa doutrina, que já era conhecida na ESG, serviu também como direcionamento do governo de Castelo Branco, de modo a justificar também a tomada do poder e permanência no mesmo.

vista dos golpistas, o golpe. Souza (1989) aponta que, no âmbito interno, os motivos da ruptura eram a falta de harmonia e coesão do governo de Jango; além do receio da classe média mais conservadora de que o governo seguisse um viés socialista; da crise econômica entre outros. Por fim, ao visarem uma postura mais independente no cenário internacional, setores nacionais e internacionais defendiam uma intervenção com vistas a afastar o comunismo da região e manter a influência no país, principalmente dos EUA, dando força ao movimento que levou ao golpe de Estado.

No que concerne à conjuntura internacional, que também teve sua contribuição no processo que deflagrou o golpe de Estado brasileiro, é importante destacarmos que a Guerra Fria aumentou a tensão entre os países. Os EUA temiam, à época, perder o Brasil como parceiro. Acreditavam que, caso isso acontecesse, o vizinho do sul poderia se tornar um foco dispersor do comunismo na região e que a influência e liderança estadunidense na região estariam totalmente comprometidas. Acreditamos que os governantes dos EUA, instigados por esse receio, apoiaram ativamente o golpe de Estado no Brasil.

Vários documentos disponibilizados no aniversário de 40 anos do golpe civil-militar no Brasil, em 2004, pelo *National Security Archive*. Esses documentos revelaram as deliberações relacionadas à deposição do presidente João Goulart, contendo gravações que mostram as conversas do presidente dos EUA, Lyndon Baines Johnson, com o embaixador Lincoln Gordon e outros personagens do governo estadunidense. Em um desses arquivos, em conversa com o secretário de Estado George Ball e com o secretário-assistente para a América Latina, Thomas Mann, o presidente Johnson dá “sinal verde” para apoiar ativamente o golpe, caso os Estados Unidos julgassem necessária a intervenção, afirmando que os EUA deveriam “tomar todas as medidas que pudermos e estar preparados para fazer tudo o que nós precisamos fazer” e, em aparente referência a João Goulart, Johnson afirma que “não se pode contar com ele” (WHITE HOUSE AUDIO TAPE...,1964).

Nesse contexto, de grande instabilidade política e econômica, e com apoio de setores da sociedade nacional e internacional, é deflagrado o golpe civil-militar de março de 1964, que depôs o então presidente João Goulart e deu início ao regime militar brasileiro, que permaneceu por 21 anos. Acreditamos, portanto, que o golpe não foi um fenômeno exclusivamente brasileiro, mas sim uma junção de variáveis, como os problemas econômicos, políticos e sociais, além da influência direta de agentes internacionais que temiam perder influência na região.

2.2 Panoramas nacional e internacional pós-golpe de 1964

Em 31 de março de 1964, foi deflagrado o golpe civil-militar no Brasil. No dia 15 de abril daquele ano, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco foi empossado como presidente da República. O novo bloco de poder era composto por oficiais ligados à ESG, que influenciaram as diretrizes da política exterior, principalmente pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), por setores conservadores da classe média, da elite política e dos militares (SILVA, 2004).

No discurso de posse, proferido em 15 de abril de 1964, o então presidente Castelo Branco se dirigiu ao povo com os seguintes dizeres:

Farei o quanto em minhas mãos estiver para que se consolidem os ideais do movimento cívico da Nação brasileira nestes dias memoráveis de abril, quando se levantou unida, esplêndida de coragem e decisão, para restaurar a democracia e libertá-la de quantas fraudes e distorções que a tornavam irreconhecível. Não através de um golpe de Estado, mas como uma Revolução que, nascida nos lares, ampliada na opinião pública e nas instituições e, decisivamente, apoiada nas Forças Armadas, traduziu a firmeza das nossas convicções e profundidade das nossas concepções de vida, convicções e concepções que nos vêm do passado e que deveremos transmitir, aprimoradas, às gerações futuras. Foi uma Revolução a assegurar o progresso, sem renegar o passado. Vimos, assim, a Nação, de pé, a reivindicar a sua liberdade e a sua vontade que, afinal, e nos termos previstos pela Constituição, se afirmou através do Congresso, legítimo representante dos ideais e aspirações do nosso povo. (PERANTE O CONGRESSO NACIONAL..., 1964, p. 13).

Ao sustentar a legalidade do golpe como necessário para o restabelecimento da ordem nacional, o então presidente ressaltou a participação de parcela da sociedade e das FA nesse processo como a principal motivadora do mesmo. O golpe, chamado por ele de “Revolução”, só foi possível graças ao amplo apoio advindo de diversos setores que questionavam a democracia e as distorções no Brasil.

Na saudação ao povo brasileiro, proferida no dia 11 de abril de 1964, após ter sido eleito presidente da República pelo Congresso Nacional, Castelo Branco já havia sublinhado que o povo e as FA estiveram unidos no “Movimento” de março daquele ano objetivando restaurar a legalidade, além de revigorar a democracia, e restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça. Os discursos iniciais do presidente nos mostram, portanto, esforços no sentido de “justificar” e legitimar a tomada do poder como necessária para a ordem interna. Os setores que apoiaram o golpe já estavam convencidos, logo, o governo precisava, naquele momento, que a população, de modo geral, também compreendesse. Possivelmente as propagandas contra o “perigo comunista” aliadas à forte campanha a favor da segurança nacional contribuíram naquele momento.

A preocupação com o desenvolvimento econômico, como em outros governos, era certa durante o governo Castelo Branco, entretanto, a principal preocupação desse governo era com a segurança nacional. Para o presidente e sua equipe, a segurança na frente externa estava comprometida na frente interna (MARTINS, 1975; GONÇALVES e MIYAMOTO, 1993). Devido a isso, Castelo Branco dividiu as áreas de interesse de seu governo de acordo com círculos concêntricos, quais sejam: América do Sul; continente americano e mundo-além-mar (SOUZA, 1989; GONÇALVES e MIYAMOTO, 1993; SIMÕES, 2010), que serão tratados mais a frente. O presidente agia visando garantir inicialmente a segurança e, com isso, o desenvolvimento econômico que, conforme seu entendimento, estavam diretamente relacionados.

No âmbito interno, imediatamente após o golpe foi estabelecido o Comando Supremo da Revolução (CSR), uma espécie de estado-maior, que tinha o general Artur da Costa e Silva à frente¹⁰. O CSR era ainda composto pelo brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, da Aeronáutica, e o vice-almirante Augusto Rademaker, da Marinha. O Comando tinha por objetivo principal “consolidar a vitória da revolução de maneira a assegurar a realização dos seus objetivos e garantir ao País um governo capaz de atender aos anseios do povo brasileiro” (ATO INSTITUCIONAL, 1964).

O primeiro ato do CSR foi a promulgação do Ato Institucional (conhecido como AI-1), que deu poderes excepcionais aos militares para perseguir aqueles que se mostrassem contrários ao novo governo, demitindo, aposentando, reformando ou expulsando qualquer pessoa que se opusesse ao governo; além de ter convocado o Congresso Nacional a se reunir para eleger um novo presidente para concluir o mandato do ex-presidente Jango (idem; A DITADURA, 2014).

Além da “operação limpeza”, foi criado também o Sistema Nacional de Informações (SNI) que se responsabilizava por “supervisionar e coordenar as atividades de informação e contrainformação dentro do Brasil e também no exterior” (ALMEIDA, 2013, p. 482). As investigações no exterior eram conduzidas pelo Centro de Informações no Exterior (CIEX), vinculado ao SNI. Conforme Penna Filho (2009, p. 43), o CIEX “foi encarregado de espionar políticos e militantes contrários ao regime militar brasileiro que se exilaram nos países vizinhos”.

Em outubro de 1965, o presidente Castelo Branco promulgou o AI-2, que

¹⁰ O general se autoneoou comandante-em-chefe, cargo habitualmente do Presidente da República

extinguiu os partidos políticos. Após alguns meses, foi criado o sistema bipartidário, passando a existir apenas a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que apoiava o regime e, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que seria a oposição (SILVA, 2004; ALMEIDA, 2013). O sistema bipartidário durou doze (12) anos, de 1966 a 1979.

No início do ano seguinte, 1966, foi promulgado o AI-3, que versou sobre as eleições de governadores e vice-governadores, que passaram a ser indiretas e os prefeitos das capitais a serem indicados. Além das medidas autoritárias, em janeiro de 1967, promulgou-se uma nova Constituição, a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, esta última baseada nos princípios da ESG (SILVA, 2004). Em 1966, entrou em vigor o AI-4, que teve por objetivo legitimar as medidas de exceção elaboradas, com vistas a discutir uma nova CF.

Durante o primeiro governo militar, como já mencionado, a equipe governamental tentou promover uma boa imagem do governo perante a sociedade. Uma das estratégias foi fortalecer o sistema de telecomunicações, com especial ênfase na televisão, modernizando e popularizando tais meios de comunicação. Almeida (2013) sustenta que, uma vez que o governo garantia a expansão desses meios, esperava, em troca, poder controlá-los. Sustenta ainda que foi nessa época que a Rede Globo foi criada e se tornou a principal emissora do país, tornando-se também uma difusora da ideologia do regime militar.

Estariam assim consolidados os chamados “pilares básicos” de uma ditadura, uma vez que a polícia política e a espionagem já existiam; instituíam-se agora a formulação de um aparelho propagandístico e de censura. A mídia seria fundamental também para aferir a legitimação do regime através da divulgação de suas benfeitorias e/ou ocultação de fatos ou índices que manchariam a imagem do governo. (ALMEIDA, 2013, p. 485).

O Brasil ainda enfrentava dificuldades financeiras no plano econômico após o golpe; as fontes de financiamento externas encontravam-se barradas devido à desconfiança externa quanto, principalmente, à capacidade de pagamento do Brasil. É evidente, portanto, que as necessidades internas influenciavam as ações externas, sendo necessário alavancar a economia brasileira para recuperar e aumentar a credibilidade do país no cenário internacional. Como mencionado anteriormente, já durante a gestão Jango, San Tiago Dantas e Celso Furtado apresentaram ao presidente um plano de estabilização da economia, que não foi adiante.

No decurso do governo do Marechal Castelo Branco, a nova equipe econômica colocou em prática o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Pensado para o triênio 1964-66, o PAEG visava a retomada do desenvolvimento e a correção de distorções do sistema, apostando no combate gradualista da inflação. Os resultados almejados não foram

alcançados imediatamente, mas foi deixada uma herança positiva para o milagre econômico brasileiro, entre 1969 e 1973, quando o Brasil atingiu taxas de crescimento sem precedentes (SILVA, 2004).

Após ser eleito Presidente da República pelo Congresso Nacional, em 1966, o general Artur da Costa e Silva assumiu a presidência em março de 1967; cargo que almejava desde a posse de Castelo Branco. No discurso de posse, proferido em 15 de março de 1967, o presidente recém-empossado se dirigiu à população se referindo ao cenário nacional e internacional, marcado por protestos e crises. Em sua fala, o presidente destacou que não se iludiria com as provações e tropeços que o esperavam¹¹, demonstrando, dessa maneira, que estava disposto a enfrentar tudo que viria a acontecer em seu governo.

Com o decreto do AI-5 o endurecimento do regime foi institucionalizado. O Congresso foi fechado por tempo indeterminado e o governo ainda passou a ter direito de intervir nos estados e municípios, alegando ser tudo em nome da segurança nacional. O Governo “[...] poderia promover a suspensão de direitos políticos por dez anos e a cassação de mandatos daqueles que ameaçassem o regime [...]” (ALMEIDA, 2013, p. 487). Vale destacar ainda que, nesse período, a repressão a setores de oposição da população aumentou consideravelmente.

No que se refere à economia, durante o milagre econômico, que compreendeu o final do governo Costa e Silva, a economia brasileira alcançou níveis consideráveis de crescimento (média de 11,2% aa) aliado a um considerável recuo da inflação (em média 18%). O alicerce do milagre foi basicamente a percepção da ineficácia da política anterior e consequente lançamento, durante o governo Costa e Silva, do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), em 1968, quando as pastas da Fazenda e do Planejamento eram representadas respectivamente por Delfim Neto e Hélio Beltrão.

Nesse período, a estratégia brasileira passou a considerar com maior intensidade sua participação no comércio internacional. Em outras palavras, abriu-se para o exterior e, consequentemente, houve um aumento não só nas exportações, mas também nas importações (SINGER, 1978). Esse dado pode ser associado também à estratégia de política externa do período, que veremos mais a frente.

¹¹“Não me iludo com as provações e tropeços que me esperam, os fluxos e refluxos da opinião pública, a desconexão dos esforços, os emperramentos da máquina administrativa, as incertezas políticas, os choques de ambições, os desacordos, as divergências e as discórdias que caracterizam a vida pública”. (DISCURSO DE POSSE COMO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, 1967, p. 175).

No que concerne ao plano externo, ao falar sobre os rumos do relacionamento com os demais países do sistema internacional no discurso de posse, Costa e Silva salientou que o governo brasileiro seria aliado das nações democráticas e livres e que apoiaria todos os povos que quisessem ser livres pela democracia representativa. Ressaltou também que não aceitaria interferências, por menores que fossem, em questões internas, já que o Brasil respeitava a independência dos demais países.

A Guerra Fria continuou a ser um determinante na condução da política interna e seus efeitos podiam ser notados em toda região, onde aconteceram diversos golpes de Estado seguidos de implementação de ditaduras militares. Logo, os efeitos do conflito, marcadamente a intensificação do conflito político interno, marcaram uma tendência no Brasil, mas também na região, como um todo.

O binômio segurança-desenvolvimento definiu a política interna e externa (PINHEIRO, 2004) durante a administração de Castelo Branco. Já durante o governo Costa e Silva as diretrizes eram outras. A prioridade do governo passou da segurança para o desenvolvimento; o presidente acreditava que o desenvolvimento seria um processo endógeno, ou seja, aconteceria de dentro para fora.

O Brasil tendeu a se aproximar mais dos EUA durante o primeiro governo militar e, tal aproximação se deu também porque o país esperava algumas contrapartidas, como alteração dos termos de intercâmbio e abertura do mercado americano (MARTINS, 1975). Sato (1998, p. 16), coloca que a maior aproximação com aquele país era coerente com o perfil ideológico do novo regime “que havia sido constituído a partir de um movimento de reação à influência comunista”.

Silva (2004) destaca que havia muita desconfiança por parte de investidores estrangeiros com relação ao Brasil, principalmente devido à frágil situação em que se encontrava o país, além do fato de ter sofrido uma forte ruptura institucional, que deteriorou ainda mais a imagem do país. Ao romper relações com a ilha de Cuba, em maio de 1964, o Brasil voltou a receber capital dos EUA e de seus programas governamentais.

Por sua vez, ao contrário da administração anterior, durante a administração Costa e Silva, como veremos adiante, houve uma ênfase nas relações multilaterais e aproximação aos países do chamado Terceiro Mundo. O Brasil começou, assim, a questionar os EUA e atuar mais conjuntamente aos países menos favorecidos do sistema.

Além das consequências da Guerra Fria, é importante salientar que o sistema

internacional, como um todo, vivia momento de forte turbulência. Destaca-se a Primavera de Praga de 1968 e o Movimento de maio do mesmo ano na França, que tiveram impacto direto no Brasil, uma vez que levou a ditadura militar a endurecer ainda mais a repressão nacional, além de buscar um desenvolvimento econômico mais acelerado.

Em 1969, o presidente Costa e Silva ficou impossibilitado de continuar no poder devido a uma trombose cerebral. Sucessor natural, o vice Pedro Aleixo, foi impedido de tomar posse. O governo ficou sob controle de uma junta militar composta pelo general Aurélio de Lira Tavares (ministro do Exército), pelo almirante Augusto Rademaker (ministro da Marinha) e pelo brigadeiro Márcio de Sousa e Melo (ministro da Aeronáutica).

2.3 O Itamaraty

A história do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, remonta a vários anos e personagens. O primeiro a receber o título de Barão do Itamaraty foi o português Francisco José da Rocha Leão, que veio ao Brasil, em data não precisa, provavelmente pelo mesmo motivo da Corte Lusa. O futuro Barão do Itamaraty viveu no Rio de Janeiro, onde enriqueceu e tornou-se figura eminente na sociedade. Seu filho, Francisco José da Rocha¹², foi o segundo Barão do Itamaraty. Francisco José da Rocha Leão foi titulado Barão do Itamaraty pelo decreto de 13 de maio de 1844.

Após sua morte, em 1953, seu filho foi igualmente titulado pelo decreto de 25 de março de 1954, sendo, mais tarde, Visconde e Conde do Itamaraty. Este construiu o Palácio que deu nome não somente ao prédio, mas também ao serviço exterior brasileiro. No entanto, foi somente por ato de 08 de junho de 1897 que o Palácio foi cedido pela Presidência da República, que o havia comprado em 1889, ao Ministério das Relações Exteriores. A Secretaria de Estados das Relações Exteriores (SERE) se vinculou de tal forma ao Palácio Itamaraty, em que foi situada pelo governo, que o nome desta passou a ser sinônimo daquele (SOUSA-LEÃO FILHO, 1936; BARROSO, 1968).

O Itamaraty, instituição responsável pela organização diplomática e condução da política exterior brasileira, teve, entretanto, sua origem ainda no século XIX, especificamente no ano de 1808, com o decreto de 11 de março daquele ano, que instituiu a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A vinda da corte real naquele mesmo ano

¹² Também conhecido por Francisco José da Rocha Filho e Francisco José da Silva Rocha.

propiciou o surgimento da atividade diplomática no país. D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, foi nomeado para o primeiro Ministério criado no Brasil (BARROSO, 1968; CHEIBUB, 1985; CASTRO, 2009). Nesse primeiro momento, a Secretaria criada não tratava exclusivamente de Negócios Estrangeiros, visto que também era composta pela da Guerra. Este fato pode explicar o relacionamento normalmente cordial entre militares e diplomatas.

Em 1821, com o decreto de 22 de abril, houve o desmembramento entre a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Apesar disso, do ponto de vista burocrático, a Secretaria de Negócios Estrangeiros ainda esteve ligada à Secretaria da Guerra. Foi somente com o decreto de 2 de maio do mesmo ano que houve a confirmação da separação entre as duas secretarias associando a primeira à Secretaria de Negócios do Reino. Logo após a independência do Brasil, que aconteceu em 1822, a Secretaria dos Negócios Estrangeiros, então vinculada aos do Reino, desvinculou-se no ano seguinte, 1823, devido à projeção da soberania do Brasil no exterior, por decreto de 13 de novembro daquele ano (CASTRO, 2009).

Após o desmembramento da Secretaria dos Negócios Estrangeiros dos do Reino, iniciou-se no Itamaraty um aparelhamento com vistas a organizar as atividades de responsabilidade do Ministério. Inicialmente, o Ministério foi organizado, pela Portaria de 6 de agosto de 1828, em seis (6) seções: Correspondência (pelo critério geográfico), Passaportes, Patentes, Decretos, Certidões e Cartas a Príncipes. A partir daí, o órgão passou por uma série de reformas até chegar à estrutura atual. A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros apenas tornou-se das Relações Exteriores pelo decreto n.º 1.120, de 5 de dezembro de 1890 (BARROSO, 1968).

Logo após esse processo de surgimento e consolidação do órgão diplomático brasileiro, considera-se que a fundação do Itamaraty moderno se deu com a administração do Barão do Rio Branco¹³, Ministro das Relações Exteriores de 1902 a 1912, ano de sua morte. A figura do Barão, patrono da diplomacia brasileira, merece destaque visto sua contribuição para o órgão diplomático nacional. Rio Branco foi uma figura carismática e uma de suas maiores contribuições foi a demarcação das fronteiras nacionais. Ainda assim, o mais importante ao se referir ao Barão do Rio Branco diz respeito a ele próprio e as figuras a ele atribuídas, que constituíram a fonte simbólica do *sprit de corps* do Itamaraty (BARROSO,

¹³ José Maria da Silva Paranhos Júnior.

1968; CHEIBUB, 1985; BARROS, 1986). O papel do Barão no Ministério foi tão significativo que ele é considerado, nos dois de hoje, o patrono da diplomacia brasileira.

Mesmo com toda importância e a grandiosidade da imagem do Barão do Rio Branco, alguns autores sustentam que, durante sua gestão, o corpo diplomático do Brasil não era profissional. Os servidores eram selecionados entre os membros das famílias mais ligadas aos negócios do Estado, sendo inseridos como amanuenses para irem se adaptando ao serviço. Esses jovens eram basicamente os mais preparados intelectualmente, pois tinham conhecimentos de línguas e eram bem educados, além de serem de famílias tradicionais da sociedade brasileira. Se analisarmos profundamente a diplomacia atual, a mesma ainda preserva características pontuais daquele período.

Apenas durante a primeira gestão do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945), a forma de seleção dos servidores foi alterada. Barros (1986) destacou que Vargas, a fim de modernizar e racionalizar a administração pública brasileira, criou o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que foi o órgão responsável pelo recrutamento, seleção, admissão, promoção, rebaixamento e aposentadoria dos servidores públicos civis.

Com a criação do DASP, o Itamaraty deveria ser um órgão mais aberto a todos os setores da sociedade nacional, ou seja, possibilitaria uma maior heterogeneidade no Ministério. Contudo, apesar da existência do DASP, o MRE criou, em 1945, em comemoração ao centenário do Barão do Rio Branco, o Instituto Rio Branco (IRBr), que constituiu-se uma academia que basicamente teria por objetivo a seleção, treinamento e aperfeiçoamento dos aprovados no processo de seleção. A criação do IRBr obviamente teve por objetivo maior deixar os ingressantes num mesmo patamar, em outras palavras, formar a elite de representação brasileira.

Ao criar o IRBr, o Itamaraty voltou a ter o controle do recrutamento dos servidores. Apesar de aberto a todos os setores da sociedade, o grau de dificuldade e as exigências do concurso limitavam a participação da sociedade brasileira de modo geral. Além do perfil educacional dos candidatos ser parecido, outro fator importante é a região de onde essas pessoas vinham. Em outras palavras, grande parte dos diplomatas vinham da mesma localidade, em grande medida, do Rio de Janeiro e, no mais, das grandes capitais. Isso foi mudando aos poucos, apesar das aprovações continuarem concentradas, por muito tempo, em determinadas regiões.

Os cursos do IRBr tinham por intuito maior formar a elite nacional, nesse sentido,

destacamos o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), que era realizado dois anos antes da nomeação; Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e Curso de Altos Estudos (CAE). Cheibub (1985, p. 129) sustentou que estes lembravam o treinamento dos militares e que, através deles, o Itamaraty “consegue neutralizar a heterogeneização crescente dos seus quadros e manter um alto grau de coesão e um *sprit de corps* bem desenvolvido entre seus membros”.

Desde a Monarquia, o serviço exterior brasileiro contava com três categorias de funcionários: diplomáticos, consulares e Secretaria de Estado. Essa última contava com os funcionários que serviam apenas na Secretaria de Estado. Em 1931, iniciou-se o processo de fusão dessas carreiras com vistas a promover uma maior elasticidade e mobilidade entre os serviços. Pelo Decreto n.º 19.592, de 15 de janeiro de 1931, o Itamaraty passou a contar com duas carreiras: diplomática e consular, tendo os servidores que trabalhar também na Secretaria de Estado (SERE), por rotatividade. Somente em 1938, com a reforma promovida por Osvaldo Aranha, pelo decreto n.º 791, de 14 de agosto de 1938, que as carreiras foram completamente fundidas. A partir de então, há apenas a carreira diplomática no serviço exterior brasileiro (BARROSO, 1968).

Atualmente, o Itamaraty conta com uma extensa rede diplomática espalhada pelo mundo. De acordo com dados do site do próprio Ministério, no exterior são 139 embaixadas, 52 consulados-gerais, 11 consulados, 8 vice-consulados, 12 missões ou delegações e 3 escritórios. No Brasil, o Ministério tem sua sede em Brasília, além de 9 escritórios de representação espalhados no país (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 201?).

2.3.1 O Itamaraty antes do golpe civil-militar de 1964

Antes do golpe civil-militar de 1964, especificamente a partir do governo Jânio Quadros (1961-1961), algumas mudanças estavam em curso na condução da política exterior, se comparadas com a situação anterior¹⁴. Foi lançada, nesse governo, a Política Externa Independente (PEI). A PEI aproximou o Brasil dos países não-alinhados e da retórica anticolonialista (SOUZA, 1989). Tal estratégia de política exterior buscava os interesses do país sem preconceitos ideológicos, adotando uma postura independente em face de outras nações, ou seja, era orientada pelos interesses internacionais do Brasil.

¹⁴O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi caracterizado, entre outros pontos, pelo apoio ao colonialismo português e concordância com interesses ocidentais.

Entre os fundamentos básicos da PEI estavam, entre outros, a adoção dos princípios da autodeterminação dos povos e da não intervenção; luta pelo desenvolvimento, pela paz e pelo desarmamento; a busca da ampliação das relações internacionais do Brasil com objetivos comerciais e política de auto formulação dos planos de desenvolvimento econômico e de prestação e aceitação de ajuda internacional (BUENO, 2002). Como exemplo vale ressaltar, nesse período, a participação brasileira da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC); a Missão João Dantas aos mercados do Leste europeu; o posicionamento em relação a Cuba e o reatamento das relações diplomáticas com países socialistas.

Apesar de iniciada no governo Quadros, é no governo Goulart que a PEI ganhou força. A pasta do exterior foi ocupada, durante a gestão Jango, por San Tiago Dantas (1961-1962), Afonso Arinos de Melo Franco (1962-1962), Hermes Lima (1962-1963); Evandro Cavalcanti Lins e Silva (1963-1963) e João Augusto de Araújo Castro (1963-1964), sendo que o chanceler San Tiago Dantas foi o principal responsável por formular e implementar a PEI no MRE.

O objetivo maior dessa gestão foi aumentar a capacidade de negociação do país, de modo que se aproximou de países do chamado Terceiro Mundo. A postura do chanceler frente aos diplomatas de carreira também influenciou no desenvolvimento da política externa, já que ele motivou o corpo de funcionários a empregarem seus esforços a serviço da nova estratégia (JAGUARIBE, 2006).

A PEI ganhou continuidade com Araújo Castro, que procurou defender os interesses brasileiros nos fóruns multilaterais, especialmente na Organização das Nações Unidas (ONU), a qual atribuiu importante papel na promoção do desenvolvimento econômico e social, visto que os desníveis entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos eram crescentes (BUENO, 2002; JAGUARIBE, 2006). Alguns pontos da PEI merecem destaque, tais como a simpatia pela descolonização na África portuguesa, a aproximação com a China e o relacionamento com a URSS, que podem ser fortemente notados no discurso proferido pelo chanceler Araújo Castro na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1963, conhecido como “3 Ds” (Desenvolvimento, Descolonização e Desarmamento) (RICUPERO, 1996).

Na região, o Brasil começou a se entender com o governo argentino (Arturo Frondizi, 1958-1962), se concentrando principalmente na coordenação de uma ação multilateral. Ressalta-se ainda que o Brasil contribuiu para a preparação da 1ª Conferência de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas, “da qual se espera[va] surgir o impulso

para uma ordem econômica internacional que retifique a oriunda dos acordos de *Bretton Woods*” (RICUPERO, 1996, p. 61). San Tiago Dantas acreditava que, para superarem o subdesenvolvimento, era necessária uma colaboração recíproca entre os países, de modo que o pan-americanismo deveria ingressar no estágio econômico (LIGIÉRO, 2011), conseqüentemente, o Brasil ampliou e intensificou o relacionamento com os países da América Latina.

Ainda quanto à região, merece destaque o relacionamento brasileiro com a ilha de Cuba. O governo brasileiro, contrariando os EUA, entendeu ser necessário coexistir com regimes socialistas, a exemplo da ilha, defendendo, portanto, um pacto de neutralidade com a mesma. Sendo assim, o governo brasileiro reatou relações com Cuba e se opôs a qualquer medida que violasse seu direito de autodeterminação, inclusive, mostrou-se contrário à expulsão daquele país da Organização dos Estados Americanos (OEA) (LIGIÉRO, 2011; SOUZA, 1989). Após o rompimento com Cuba, em 1964, o Brasil manteve-se afastado politicamente da URSS, do Leste Europeu e dos países socialistas, mas, as relações comerciais foram mantidas.

Durante a PEI, o Brasil atuou ainda em fóruns regionais e globais. De modo geral, a OEA não ocupou lugar prioritário de atuação pela diplomacia brasileira. Isso se deu porque o Brasil via a organização como instrumento de intervenção em questões internas, a exemplo de Cuba, além de julgá-la submissa aos interesses dos EUA. O Brasil preferiu, assim, atuar mais fortemente “na ONU em concertação com outros países latino-americanos, e no âmbito da ALALC” (LIGIÉRO, 2011, p. 126).

A característica central da PEI era a diversificação das relações diplomáticas do Brasil, principalmente no campo econômico e comercial. Nesse sentido, a Europa Oriental foi incorporada ao universo das relações do Brasil. O Leste Europeu projetava-se como um mercado de grande potencial. O Brasil procurou, assim, desenvolver relações com aquela região, procurando também se aproximar da URSS. Conforme Ligiéro (2011), a política do Brasil para com a Europa Oriental seguia as conveniências políticas e econômicas e, do ponto de vista econômico-comercial, os termos de comércio com a URSS favoreciam o Brasil. Devido a essa aproximação com países em desenvolvimento, o Brasil acabou se afastando de seus aliados tradicionais, principalmente os EUA. No entanto, continuou as negociações com os EUA e a Europa Ocidental com intenção de diminuir seus problemas financeiros (LIGIÉRO, 2011).

Com relação aos EUA, Goulart procurou manter um relacionamento moderado

com aquele país, tanto para evitar um bloqueio econômico quanto para não instigar aqueles que já se opunham ao seu regime. O relacionamento entre o Brasil e aquele país começou a ficar comprometido devido às políticas adotadas por Goulart e sua equipe. Além disso, acreditava-se que própria estratégia de política externa adotada pelo Brasil (PEI) levava a um distanciamento.

Os EUA passaram então a intervir na política interna brasileira, a exemplo da ajuda financeira a candidatos anticomunistas, contribuindo, por consequência, para a eclosão do golpe civil-militar no Brasil. Após a ruptura, o governo dos EUA acolheu, com satisfação, o novo governo (GONÇALVES e MIYAMOTO, 1993; BUENO, 2002). Vale destacar aqui que o regime militar no Brasil gerou atritos com a vizinhança. A Venezuela, por exemplo, rompeu relações diplomáticas com o Brasil naquele ano; o governo dos EUA inquietava-se com as medidas de exceção, apesar de ter apoiado o movimento golpista, e a Europa exigia intensa ação diplomática brasileira para ‘desfazer equívocos’ (BUENO, 2002). No capítulo três deste trabalho, veremos as ações do Brasil no sentido de legitimar o novo regime brasileiro no cenário internacional.

2.3.2 Vasco Tristão Leitão da Cunha, Juracy Magalhães e Magalhães Pinto: os primeiros chanceleres do período militar

2.3.2.1 Vasco Tristão Leitão da Cunha: o “protetor” do Itamaraty

Vasco Tristão Leitão da Cunha nasceu no Rio de Janeiro em 02 de setembro de 1903. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Rio de Janeiro e entrou no Itamaraty em 1927, por concurso de provas, foi o segundo colocado. Quando o Itamaraty ainda era composto por três carreiras, o futuro chanceler brasileiro fazia parte do corpo da Secretaria de Estado e, em 30 de abril de 1929, foi transferido para o corpo diplomático. Em 1953, graduou-se pela Escola Superior de Guerra. Em 1929, foi promovido a Segundo Secretário. Somente em 1938 foi promovido a Primeiro Secretário; em 1943 a Ministro de Segunda Classe e, em 1952 a Ministro de Primeira Classe.

Durante sua carreira, Leitão da Cunha passou por vários postos e lotações, o que certamente garantiu-lhe grande expertise. Na SERE, entre outras lotações, esteve na Divisão Política e Diplomática e na Secretaria Geral. Atuou como Ministro de Estado substituto em

1954 e interino em 1961, sendo nomeado ministro oficialmente em 1964, ficando até 1966, na gestão Castelo Branco. No exterior, desempenhou suas funções em postos como Lima, Buenos Aires, Santiago, Lisboa, Roma, Genebra, Madri, Helsinki, Bruxelas, Havana, Moscou e Washington, posto em que se aposentou da carreira diplomática em 07 de julho de 1968. Durante sua vida diplomática, participou de várias conferências, reuniões e encontros internacionais. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 11 de junho de 1984.¹⁵

Chamado pelos colegas de profissão de dr. Vasco, era conhecido principalmente pelo profissionalismo e pela elegância com que exercia suas atividades e se portava frente a grandes nomes internacionais e às pessoas mais humildes (QUINTELLA, 2003). Considerado ainda como “sofisticado, disciplinado e brilhante diplomata”, em seu depoimento no livro *Diplomacia em alto-mar* (2003), há várias passagens que nos remetem a um convicto “defensor da instituição”. O diplomata, sempre firme em seus posicionamentos, ressaltou sua “devoção ao Itamaraty” em suas falas.

Alguns posicionamentos, mesmo para a época em questão, são bem embaraçosos. No livro de memórias, Vasco Leitão, ao falar sobre a participação das mulheres na diplomacia, deixou claro ser a favor do direito de pleitearem e ocuparem a função, mas que não considerava a situação ideal e que, portanto, não recomendaria a profissão uma vez que essas já teriam muito trabalho a realizar como mulher de diplomata e que eram colaboradoras indispensáveis, “salvo se o diplomata fosse um solteirão” (CUNHA, 2003, p. 174).

Quanto ao golpe de março de 1964, o diplomata o considerava um “movimento restaurador” e “não uma revolução no sentido habitual”, além disso, “achava que a chamada revolução podia prestar grandes serviços e ia repercutir no exterior, porque se tinha medo das maluquices do governo de João Goulart”. O então ministro (2003, p. 269) chegou a declarar que a “revolução” de 64 “foi necessária, fez-se indispensável”.

Diplomata de carreira, Vasco Leitão acreditava que diplomatas de carreira seriam melhores embaixadores, ao passo que os melhores ministros seriam os de fora, ou seja, os políticos. O diplomata acreditava que um embaixador/ministro fica preso à sua posição de funcionário graduado e que, mesmo quando discorda do presidente, tem de continuar obedecendo, ao passo que o mesmo não acontece com uma pessoa de fora da carreira.

O fato de ter aceitado ser ministro, mesmo sendo de carreira, causa, em um primeiro momento, surpresa, entretanto, como vimos/veremos, seus interesses falaram mais

¹⁵ Base de Dados 2017.10.3 (V114).

alto que suas convicções naquele momento. Suas características e seus posicionamentos também o destacavam como um diplomata conservador. Era natural, portanto, que sendo os governos militares mais conservadores, que os chanceleres, nesse caso especialmente Vasco Leitão, fossem igualmente conservadores (BARROS, 1986).

Como ministro de Estado das Relações Exteriores, Leitão da Cunha declarou que, ao mesmo tempo, teve a desvantagem e a vantagem de ser de carreira, pois pode “fazer uma proteção em torno do Itamaraty. Uma trincheira” (CUNHA, 2003, p. XXI). Como bem ressalta Fonseca Jr (2003, p. XXIX) “é curioso que assinale que tomou a si a ‘inquisição’ para evitar injustiças, mas que ainda assim houve injustiçados”, referindo-se ao fato do ministro ter aceitado permanecer como ministro das relações externas quando a condução das investigações ficou a cargo do próprio Ministério.

Leitão da Cunha ressaltou, em diversos momentos no depoimento prestado ao CPDOC, que sua intenção era impedir que o processo de cassações no Ministério se alastrasse e afetasse jovens diplomatas que iniciavam na carreira, mas que sofria pressões para cassar. Um de nossos interesses, neste trabalho, é observar e questionar o papel de Vasco Leitão no Itamaraty durante as investigações de 1964, demonstrando que sua participação nas cassações foi mais ativa do que é de conhecimento geral. Nas próximas seções, poderemos analisar com mais clareza as ações do ministro.

2.3.2.2 Juracy Magalhães: “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”

Em 15 de março de 1967 o Ministério das Relações Exteriores ficou a cargo de Juracy Montenegro Magalhães, importante militar e político brasileiro. O novo ministro, cearense de nascimento e baiano de coração, nasceu em 1905. Em 1923, iniciou os estudos na Escola Militar, em Realengo, no Rio de Janeiro, concluindo em 1926.

Sua trajetória estava apenas começando após concluídos os estudos na Escola Militar. Em 1938, Juracy completou o curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e, de 1940 a 1942, o de Estado-Maior, no Rio de Janeiro. Em 1943 realizou curso na *Command and General Staff School*, nos EUA e, em 1955, o da Escola Superior de Guerra. Dedicou-se também à carreira política, sendo importante figura no movimento de 1930. Foi governador da Bahia; deputado federal pelo mesmo estado entre várias outras atividades. Recebeu

inúmeras condecorações. Atuou ainda na iniciativa privada, sendo presidente de várias empresas nacionais e internacionais¹⁶.

Sem dúvidas, foi seu perfil conservador e a proximidade com o presidente Castelo Branco que lhe conferiram não somente o cargo de embaixador no importante posto dos EUA, como também a pasta da justiça e das relações exteriores sucessivamente. Como embaixador nos EUA, Juracy ressaltou, em seus discursos, como podemos ver no livro que reúne alguns de seus pronunciamentos (MAGALHÃES, 1971), que sua nomeação foi importante para reaproximar os dois países e para esclarecer a intervenção militar no país, em outras palavras, para legitimar a ação nos EUA.

Em suas palavras, o ex-chanceler disse: “[...] coube-me, de início, a árdua tarefa de desfazer as incompreensões surgidas nos Estados Unidos em torno dos motivos e das diretrizes da Revolução e de repor as relações entre aquele país e o Brasil [...]” (MAGALHÃES, 1971, p. 207). Nesse sentido, o ministro declarou que fez inúmeras viagens, visitas, palestras, entre outros, para que pudesse concretizar esses dois objetivos aos quais fora incumbido.

Juracy Magalhães é o autor da célebre frase, pouco antes de assumir a embaixada em Washington: “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”, que levou a diversas interpretações sobre o direcionamento da política externa brasileira naquele período. No livro que reúne seus pronunciamentos, o ex-chanceler fez questão de explicar o teor da frase que, pelo exposto, causou grande desconforto ao longo de sua trajetória. Magalhães (1971) destacou que não quis dizer que o Brasil seguiria incondicionalmente os EUA, mas sim, que os dois países possuíam grande identidade de interesse e que, portanto, não conviria pontos de discórdia entre ambos.

Magalhães ressaltou em diversos momentos os pontos da política externa nacional, apresentados por Castelo Branco no discurso de 31 de julho de 1964, a uma turma de formandos do IRBr. Esses pontos, que pregavam basicamente a segurança coletiva e engrandecimento do Brasil, foram seus pilares durante a gestão. O ex-chanceler faleceu em Salvador (BA), em maio de 2001.

¹⁶ Informações retiradas do livro: Minha Experiência Diplomática (1971). Juracy Magalhães.

2.3.2.3 Magalhães Pinto: “Diplomacia da Prosperidade”

O político José de Magalhães Pinto foi o Ministro das Relações Exteriores durante o governo Costa e Silva. Magalhães Pinto nasceu no estado de Minas Gerais em 1909 e teve extensa carreira no setor privado, especificamente no setor financeiro. Além da carreira no setor privado, ele teve uma intensa vida política, tendo atuado, entre outros, como deputado, governador de Minas Gerais, além do posto ocupado na pasta do exterior, tendo sido ainda um dos fundadores da UDN.

O ministro escolhido por Costa e Silva teve uma ativa participação na conspiração do golpe de 1964, reforçando seu posicionamento favorável não somente aos ideais do golpe, mas também aos governos militares. Certamente a proximidade e a confiança entre o segundo Chefe de Estado e o político foram essenciais para a nomeação de Magalhães Pinto para a pasta em questão. Como veremos no capítulo 3 desta pesquisa, a relação entre os dois possibilitou uma maior atuação do ministro no cenário internacional, proporcionando uma mudança nos rumos da política externa, se comparada com o governo anterior.

Magalhães Pinto foi ainda um dos subscritores do AI 5 que, como já falamos, marcou o período pela intensificação da repressão. O ex-chanceler participou de vários eventos internacionais, como a Reunião de Chefes de Estado Americanos (Punta del Leste, 1967) e XXIV Sessão da Assembleia Geral da ONU (Nova York, 1969)¹⁷. Também no capítulo 3, veremos com maior intensidade a participação do chanceler no processo de formulação da política externa do período. Magalhães Pinto faleceu no dia 06 de março de 1996¹⁸.

2.4 O golpe de 1964 e o Itamaraty: Efeitos gerais do golpe na organização diplomática e na Política Externa Brasileira durante o governo Castelo Branco

Ceifado o regime democrático e com a posse do general Castelo Branco na presidência da República, foi nomeado como ministro das relações exteriores o diplomata

¹⁷CASTRO (2009).

¹⁸JOSÉ de Magalhães Pinto. 1968 – Ato Institucional N°5 – Os personagens. Folha de S. Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/magalhaesPinto.html> > Acesso em: 23 dez. 2017.

MAGALHÃES Pinto. CPDOC FGV. A trajetória política de João Goulart. 2017. Disponível em: < http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/magalhaes_pinto > Acesso em: 23 dez. 2017.

Vasco Leitão da Cunha (1964-1966), do qual já falamos anteriormente. Vasco Leitão tinha opinião forte quanto a natureza e importância do movimento que levou a ditadura no Brasil e o que possivelmente contribuiu para seu alinhamento às ideias do Presidente.

Castelo Branco e o novo chanceler propuseram-se, então, a dismantelar os princípios que regiam a Política Externa Independente, tais como o nacionalismo, base da industrialização, a autonomia do Brasil em face da divisão bipolar do mundo e da preponderância estadunidense sobre a América Latina (BUENO, 2002). Representou, portanto, radical mudança nos rumos da política externa. Em 1966, Vasco Leitão da Cunha foi substituído por Juracy Magalhães¹⁹, então embaixador em Washington.

Gonçalves e Miyamoto (1993) argumentam que a diferença entre o golpe em questão e intervenções armadas anteriores foi seu caráter calculista, isso quer dizer que as elites militares já contavam com um plano de ação concebido e amadurecido com antecedência que visava, basicamente, a promoção do desenvolvimento nacional. Para que esse programa pudesse ser colocado em prática era também necessária uma guinada na política externa.

A PEB entre 1964 e 1967 foi marcada pela bipolaridade - Castelo Branco tomou a divisão do mundo como dado da realidade determinante das condições objetivas e da vontade e optou pelo Ocidente - a abertura ao capital estrangeiro e a contradição, uma vez que, mesmo tendo optado pelo Ocidente, isso não implicaria ruptura com, nas palavras de Cervo (2002), as “velhas tendências universais do país”. Episódios de conflitos globais em vários países apontaram para a necessidade de defesa coletiva e integral, já que tais conflitos se desdobravam em todos os planos, desde o militar ao político, indo do econômico ao ideológico (MARTINS, 1975; GONÇALVES e MIYAMOTO, 1993).

Durante o governo Castelo Branco, a área de interesse brasileira foi dividida em três eixos, chamados círculos concêntricos: América do Sul; continente americano e mundial (SOUZA, 1989; GONÇALVES e MIYAMOTO, 1993; SIMÕES, 2010). Esses círculos variavam do menor ao maior alcance quanto à atuação brasileira. Com relação à região, a consolidação de Fidel Castro em Cuba era sinônimo de preocupação, pois acreditava-se que Cuba poderia gerar instabilidade no continente, por isso, Castelo Branco decidiu romper relações diplomáticas com Cuba em 13 de maio de 1964.

¹⁹ Sendo removido para a embaixada em Washington no lugar do próprio Magalhães.

Como mencionado anteriormente, após o rompimento com Cuba, as relações comerciais do Brasil, com os países socialistas, foram mantidas, apesar de se manterem afastados politicamente. Como o foco das preocupações era o hemisférico, a África e a Ásia permaneceram no plano secundário (SOUZA, 1989). No entanto, com relação ao mundo além-mar, as preocupações se direcionavam ao Atlântico Sul e à costa ocidental da África, já que o Brasil temia que houvesse instalação de regimes hostis ao mundo ocidental naquela parte do continente africano que ameaçasse a segurança brasileira na sua fronteira (GONÇALVES e MIYAMOTO, 1993).

No âmbito multilateral, durante o governo Castelo Branco o Brasil empreendeu esforços para diversificar os parceiros comerciais; tentou liderar as lutas do terceiro mundo na ONU, na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e no Grupo dos 77 em busca do estabelecimento de uma ordem econômica em bases mais justas e equitativas (SOUZA, 1989; SIMÕES, 2010).

Ainda nesse sentido, em memorando²⁰ ao Secretário Geral do Itamaraty durante a administração Castelo Branco, Sérgio Corrêa da Costa, Secretário-Geral-Adjunto para Organismos Internacionais do período, com intuito de ampliar a rede de relacionamentos do Brasil no mundo, através da missão brasileira junto à ONU, em Nova York, expressou ao Secretário Geral a necessidade de criar um sistema que possibilitasse um contato mais efetivo entre os representantes brasileiros e dos demais países.

Corrêa da Costa sustentou que a “Revolução” de 1964 gerou a expectativa de apoio incondicional aos Estados Unidos e aos [países] industrializados, com abono, nesse caso, dos postulados tradicionais da política anti-colonialista e de ação solidária no seio da UNCTAD. Ao alegar que tal desconfiança já havia sido dissipada, Corrêa da Costa ressaltou que o Brasil deveria consolidar seu posicionamento frente aos países africanos, de modo não apenas para sustentar pretensões eleitorais, mas também para dotar o país de “novos instrumentos de ação internacional”.

O objetivo do Secretário-Geral-Adjunto para Organismos Internacionais, à época, era que o Brasil criasse um sistema de consultas e negociações bilaterais e multilaterais de modo a aproveitar a grande movimentação de representantes de quase todos os países do mundo. Com isso, os servidores daquela missão poderiam se organizar de maneira mais efetiva, principalmente durante a Assembleia Geral, no que concerne às conversações com

²⁰ Memorandum para o Sr Secretário Geral. Em 26 de abril de 1966. Confidencial. AOI/28/800.(04). Criação de um sistema de consultas e negociações bilaterais e multilaterais em Nova York.

representantes de outras missões estrangeiras, especialmente aquelas que o Brasil não mantinha, até então, relações diplomáticas correntes ou que a representação brasileira fosse incipiente, possibilitando, dessa maneira, agilidade e efetividade no relacionamento e nas questões tratadas.

Corrêa da Costa ressaltou que um dos objetivos, perseguidos pelos estudos que seriam feitos para implementação desse sistema, seria a formulação de uma “verdadeira” política africana, alicerçada nos interesses reais entre Brasil e aqueles países e não mais em “ingênuos anseios de liderança ou planos ilusórios de conquista de mercados”. A meta, nesse sentido, seria melhorar o “trânsito” brasileiro junto aos africanos.

A criação do sistema mencionado, portanto, conforme a exposição de Corrêa da Costa, além de não ter custos adicionais, já que o corpo diplomático da missão junto à ONU seria o responsável, tenderia a melhor aproveitar as oportunidades que o posto apresentava. A comunicação seria mais rápida e efetiva em Nova York, ao contrário do que normalmente aconteceria, com idas a esses países.

A solicitação nos indica, além dos próprios motivos mencionados por Corrêa da Costa, o interesse da diplomacia brasileira em se aproximar de outros países, a exemplo dos africanos, com vistas a ampliar a rede de relacionamentos e, conseqüentemente, de acordos. A época em que a solicitação aconteceu também é bastante significativa. Como vimos no capítulo 1 desta pesquisa, uma retomada de alguns princípios da PEI aconteceu durante o governo Costa e Silva, entretanto, como vemos, desde fins do governo Castelo Branco havia conversação sobre intensificação do relacionamento com países que não faziam parte do bloco Ocidental, reforçando os esforços para variegar principalmente os parceiros comerciais, indicando, assim, sinais de mudanças e ajustes na política exterior.

Com relação à região, de modo geral, o governo Castelo Branco atribuiu certa importância à integração latino-americana e o relacionamento foi frutífero, a exemplo de Bolívia e Paraguai. No entanto, a insistência brasileira em uma convivência interamericana e o relacionamento com os EUA levantaram suspeitas quanto às pretensões brasileiras na região, a qual Argentina e Chile se mostravam atentos. Mesmo assim, o Brasil atribuía a si papel de “aliado preferencial” da superpotência, ao passo que os EUA continuariam desempenhando o papel de líder global (MARTINS, 1975; SOUZA, 1989; GONÇALVES e MIYAMOTO, 1993). Certas iniciativas brasileiras merecem destaque, tais como a participação na intervenção na República Dominicana, a luta em prol do fortalecimento da

OEA e os esforços para a criação de uma Força Interamericana de Paz (FIP). Tais iniciativas estavam relacionadas ao segundo círculo concêntrico.

Naquele período, o governo acreditava que, para que houvesse uma defesa coletiva e integral, era necessário inicialmente uma divisão internacional das funções entre os países membros da aliança ocidental, ou seja, todos deveriam cumprir suas funções de modo que o mundo se tornasse um lugar mais harmonioso e próspero. Castelo Branco afirmou, conforme Martins (1975, p. 60) que manteria, desse modo, a "tradicional adesão do país aos sentimentos e ideais do Pan-Americanismo. Considera de seu dever fortalecer por todos os meios a OEA, sustentando os princípios básicos da coesão continental".

Quanto aos EUA, em particular, esperava-se basicamente três tipos de providências: a) alteração nos termos das relações de intercâmbio, de modo a que se constituísse uma estrutura de preço mais compensadora para o comércio brasileiro; b) recuo relativo das matrizes, de modo a garantir para as filiais maiores fatias do mercado latino-americano; e c) abertura do mercado americano não apenas às exportações tradicionais, mas também às exportações modernas do país receptor do capital estrangeiro, de tal sorte que o mercado estadunidense assumisse o ônus de absorver uma parte significativa da própria produção dos EUA gerada no exterior (MARTINS, 1975).

O estreitamento de relações entre o Brasil e os EUA era compreensível, devido ao momento pelo qual o país estava passando, e a luta contra um "inimigo" comum: o comunismo. A dimensão hemisférica era voltada para os EUA e, com intuito de fortalecer suas relações com aquele país, o Brasil declarou fidelidade irrestrita ao bloco ocidental, além disso, condenou todo tipo de abordagem soviética aos países do continente americano, ressaltando a hegemonia estadunidense (GONÇALVES e MIYAMOTO, 1993). "Como explicou o Ministro Vasco Leitão da Cunha, 'a recolocação do Brasil num quadro de relações prioritárias com o Ocidente' significava, entre outras coisas, 'a consolidação de laços de toda ordem com os EUA, o nosso grande vizinho e amigo do Norte'" (MARTINS, 1975, p. 64).

Apesar da aproximação com os EUA, divergências com aquele país apareceram na temática da não proliferação nuclear, o que levou o Brasil a não assinar o Tratado de Não proliferação de Armas Nucleares (TNP), em 1968. Esse foi um prenúncio de mudanças na política externa (SOUZA, 1989). Apesar da forte identidade entre Brasil e EUA na política externa do governo Castelo Branco, o que não se presenciou em outros governos autoritários, a dimensão econômico-comercial foi uma constante, visto que não foram rompidos os laços

comerciais com a URSS e os países da Europa Oriental durante todo o regime (SOUZA, 1989).

Alguns autores, como Martins (1975) consideram que a principal fragilidade da política externa do governo Castelo Branco consistiu na confiança depositada nos EUA. A estratégia de defesa coletiva e integral resultou em uma política externa dependente, e não gerou uma política hemisférica interdependente. Além disso, o período Castelo Branco pode ainda ser caracterizado, nas palavras de Cervo (2002), como um passo fora da cadência, pois representou uma quebra com a política anterior e a seguinte retomou alguns pontos da PEI. Pinheiro (2000, p. 457) aponta que “há quem sugira que, neste período, o Itamaraty teve de trocar sua ‘ideologia’ por sua integridade, tendo a seguir retomado gradativamente as bases da primeira, com vistas à adoção de uma política externa mais independente”, como veremos no próximo tópico.

No que se refere especificamente à visão do “Itamaraty” sobre o golpe, Vasco Leitão da Cunha, em depoimento ao CPDOC²¹, mencionou que o órgão foi muito discreto e não se manifestou contra o movimento. Destacou também, conforme o fragmento abaixo, que sofreu certa pressão para cassar alguns funcionários do MRE. Tais investigações e cassações serão objeto do próximo capítulo deste trabalho.

O Lacerda me telefonava todos os dias me dando instruções: “Você ainda não cassou fulano! Estou insistindo porque tenho razão! Você vai acabar brigando comigo!” eu dizia: “Não, Carlos, quem vai acabar brigando comigo é você.” E foi o que aconteceu. Eu queria proteger o Itamaraty dessa caçada de bruxas. O próprio Castelo Branco ficava surpreso com o cuidado que eu tinha com a Casa, de não querer criar um ambiente revolucionário lá dentro. Eu não queria sacrificar o Itamaraty, que era um grêmio de gente capaz, competente, inteligente, preparada, concursada, que prestava serviços ao Brasil. Não queria que eles sofressem as consequências de um mau governo, razão pela qual, quando fui incumbido de fazer as cassações, procurei evitá-las ao máximo, para que os funcionários não tivessem medo de escrever dizendo o que achavam. Eu não queria que os funcionários ficassem inibidos diante do governo achando que não podiam mais informar imparcialmente. Era preciso evitar que fossem desestimulados. Fiz o possível e o impossível. Infelizmente tive que cassar quatro colegas”. (CUNHA, 2003, p. 273-4).

²¹Ver CUNHA, V. L. Diplomacia em alto mar: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.

2.5 O golpe de 1964 e o Itamaraty: impactos na organização diplomática e na Política Externa Brasileira durante o governo Costa e Silva

Ao ser nomeado como novo Ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto acenou para mudanças significativas no regime, buscando obter legitimidade junto à classe média, na tentativa de reforçar o bloco de poder. Houve, no entanto, uma deterioração das expectativas nos primeiros meses do governo (SILVA, 2004).

A pesquisadora Letícia Pinheiro (2000), ao analisar as unidades de decisão em política externa durante o governo de Costa e Silva, destacou que a ativa presença do novo chanceler girava em torno de uma proposta de política externa que ia ao encontro de algumas teses já desenvolvidas no corpo diplomático, ou seja, o projeto de fortalecer a presença brasileira no cenário internacional vis-à-vis uma postura menos alinhada aos EUA e mais próxima aos países do Terceiro Mundo, defendida pelo novo presidente e seu ministro, ressuscitava algumas importantes propostas da PEI. Tal linha de atuação internacional do país não apenas havia sido apoiada por considerável número de diplomatas, como foi também parcialmente responsável pela entrada de um grupo de indivíduos na carreira (PINHEIRO, 2000).

Como resultado da situação anterior a que se encontrava o país, principalmente no que se refere às expectativas que tinha com relação ao papel dos EUA, Martins (1975, p. 14) afirma que a política externa do governo Costa e Silva se converteu numa “guinada sensacional na história da política externa brasileira”, de maior ajustamento com relação a Washington. O Brasil passou a enfatizar as tensões Norte-Sul e também as críticas ao “congelamento do poder mundial”. Em síntese, a ação externa foi dirigida a atender as necessidades internas de expansão econômica (LESSA, 1997).

A política externa de Costa e Silva e seu chanceler, Magalhães Pinto, foi rotulada de “Diplomacia da Prosperidade” e se diferenciou do modelo de política externa adotada no primeiro governo militar. Ela destinou-se a suprir a sociedade e o Estado de condições e meios adequados a impulsionar o desenvolvimento de forma autônoma. A nova política externa eliminou a bipolaridade; a segurança coletiva, o ocidentalismo e a interdependência militar, política e econômica, uma vez que as políticas externas se guiam pelos interesses nacionais e não por motivações ideológicas (CERVO, 2002).

Nesse contexto, os conceitos de segurança e de soberania nacional reconquistavam seus espaços, em detrimento dos conceitos de defesa coletiva e soberania

limitada adotados durante o governo de Castelo Branco. A estratégia no campo externo para promover o desenvolvimento consistia, a nível internacional, da união dos pequenos, pobres e fracos contra os grandes, ricos e fortes (MARTINS, 1975).

Quanto à integração latino-americana, o governo Costa e Silva foi categórico ao dizer que as decisões sobre o tema seriam exclusivamente desses países, negando, desse modo, a participação dos EUA, que não se mostravam interessados efetivamente em nenhuma relação especial de comércio com os países da América Latina. No âmbito extrarregional, a diplomacia brasileira também se colocava contra os privilégios decorrentes da divisão internacional do trabalho e criticava abertamente as políticas discriminatórias dos países industrializados. Desse modo, a “personalidade própria da política externa do governo Costa e Silva residiu não no caminho que de fato percorreu, mas na via nacionalista e integracionista que ela traçou” (MARTINS, 1975, p. 24).

Durante o governo Costa e Silva, pode-se dizer, conforme visto acima, que houve uma retomada de alguns princípios da PEI, “como a reformulação do comércio mundial, o desarmamento, a não intervenção e a ampliação do mercado externo brasileiro” (SOUZA, 1989, p. 90). De modo geral, a Diplomacia da Prosperidade aproximou o Brasil dos demais países subdesenvolvidos, pois visava diminuir a influência dos EUA além de buscar maior espaço de manobra internacional. “Uma das estratégias adotadas para pôr a política externa a serviço da superação do subdesenvolvimento foi a defesa do integracionismo, sem apelo a nenhuma dicotomia de cunho ideológico, mas sim aos dados concretos da realidade internacional e regional” (idem, p. 92).

É importante ainda ressaltar que um diálogo regional foi iniciado no governo Costa e Silva por meio da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA) em que se juntaram as reivindicações dos países latino-americanos, que pretendiam converter a OEA em instrumento efetivo de cooperação. O principal objetivo desta comissão era ser um foro latino-americano (à margem da OEA) para excluir os EUA (SOUZA, 1989). Após ter abandonado a ideia de segurança coletiva, o Brasil deixou, inclusive, de comparecer à reunião da OEA em 1967, convocada pela Venezuela para tratar sobre o tema (LIGIÉRO, 2011).

O Brasil participou da II Conferência da UNCTAD defendendo a efetivação de uma reforma das relações econômicas internacionais. Em outras palavras, o Brasil advogava que os países desenvolvidos dessem preferência para os produtos manufaturados de países em desenvolvimento, de forma que esse processo fosse geral, universal, não discriminatório e recíproco (SOUZA, 1989). Vale ressaltar que o Brasil se posicionou contrariamente à Aliança

para o Progresso, ressaltando todos os aspectos negativos advindos dela para o Brasil e a América Latina.

Quanto às relações com África e Ásia, o governo em questão procurou aumentar o comércio bilateral, porém, os resultados foram muito pequenos e o aumento desse relacionamento se deu apenas no governo Geisel. Todavia, vale mencionar que a diplomacia brasileira e os países da África e Ásia começaram a exercer uma ação para aprovação na ONU de resoluções favoráveis ao desenvolvimento “sobretudo no que tange à reformulação das normas do comércio internacional no âmbito da UNCTAD. Não obstante, os ganhos na arena internacional foram limitados” (LIGIÉRO, 2011, p. 145-46). Apesar disso, o relacionamento com África Negra continuou distante, já que o Brasil mantinha as vinculações com Portugal e o apoio ao colonialismo na ONU.

No que concerne ao relacionamento com os EUA, alguns autores, como Martins (1975) e Ligiéro (2011) consideram que a nova política externa do Brasil surgiu como reação às frustrações resultantes da aliança com aquele país, desse modo, o Brasil se afastou dos EUA. Esses, por sua vez, passaram a ser os principais alvos de críticas externas do governo brasileiro. “O Brasil tornou a ver o mundo dividido entre ricos e pobres, enquanto os EUA o viam em termos de Leste e Oeste” (LIGIÉRO, 2011, p. 144). Entre as divergências entre os dois países estavam a crise do café solúvel, em 1966, e a diferença de posição quanto ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.

Ao mesmo tempo em que o relacionamento entre Brasil e EUA estava, de certo modo, estremeado, houve um incremento do relacionamento brasileiro e uma maior aproximação comercial com Japão e o bloco socialista, tal qual o relacionamento com Europa Ocidental. Com relação à Europa Oriental, as relações com a URSS foram intensificadas (LIGIÉRO, 2011).

Assim como no governo Castelo Branco, durante o governo Costa e Silva também foi instaurada uma comissão de investigação tendo como alvo os funcionários do MRE. Tal comissão também será objetivo do próximo capítulo. Além disso, durante a presidência do general Costa e Silva, o Itamaraty aumentou significativamente sua força enquanto formulador de decisões. Entre as principais razões que explicam tal fato, conforme Pinheiro (2000) estava a particular atuação do chanceler Magalhães Pinto, cujas aspirações políticas o levaram a adotar uma postura de considerável visibilidade na arena nacional.

De modo geral, o governo de Costa e Silva foi marcado por uma linha de conduta

constituída, em essência, pela busca da afirmação da soberania e pela promoção do desenvolvimento. Costa e Silva retomou alguns direcionamentos da PEI e, com isso, se aproximou de outros países para além dos desenvolvidos e teve os EUA como maior alvo de suas críticas no âmbito internacional.

3 “CAÇA ÀS BRUXAS” NO ITAMARATY: REPRESSÃO POLÍTICA, IDEOLÓGICA E PESSOAL

[...] Nas escolas, nas ruas
Campos, construções
Somos todos soldados
Armados ou não
Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Somos todos iguais
Braços dados ou não [...]

Pra não dizer que não falei das flores
Geraldo Vandré (1968)

A caça às bruxas realizada no Ministério das Relações Exteriores é um dos resultados de um movimento amplo iniciado logo após o golpe de 1964 e, mais fortemente, com a promulgação dos Atos Institucionais 1 e 5. Este movimento, pouco conhecido e menos ainda estudado, influenciou diretamente a condução do MRE nos anos iniciais do regime militar no país e, em especial, na vida dos servidores cassados.

O objetivo deste capítulo é analisar as comissões de investigação sumária instaladas no órgão nos anos de 1964 e 1969, observando principalmente como o Itamaraty se comportou frente a essas cassações internas. O Ministério contribuiu para a criação das comissões de investigação internas? Ele contribuiu para o andamento das mesmas? Caso sim, como? Tentaremos analisar ainda se a carreira daqueles diplomatas que foram investigados foi afetada em termos de progressão funcional.

Em um primeiro momento, apresentaremos o contexto de surgimento das comissões e como essas foram vistas dentro do Ministério. Nossas fontes de análise serão os documentos nos arquivos do Itamaraty no Rio de Janeiro e em Brasília. Em seguida, apresentaremos os investigados e traçaremos um perfil dessas pessoas, comparando-os, em alguns momentos, com grupos de diplomatas de outros períodos. Ressaltamos, de antemão, termos consciência de que cada caso tem suas especificidades e que a generalização não é o ideal, principalmente porque não tivemos acesso a todos os documentos particulares, ou seja, os maços pessoais. Nosso objetivo, dessa maneira, é, além de dar nomes a esses investigados, demonstrar, a partir de gráficos e tabelas, suas principais características enquanto parte do corpo funcional do Itamaraty.

3.1 A Comissão de Investigação Sumária de 1964

O sentimento que pairava sob grande parcela da sociedade brasileira após o golpe de 1964 era de instabilidade. O parágrafo 1 do Artigo 7º do Ato Institucional nº 1, decretado em 9 de abril de 1964, previa a suspensão da estabilidade no serviço público e dava o poder de demitir, aposentar e colocar em disponibilidade servidores que tivessem atentado “contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública” por intermédio de investigações sumárias.

O Decreto Nº 53.897, de 27 de abril do mesmo ano, complementou as instruções do AI e propiciou a criação de uma Comissão Geral de Investigações (CGI). No âmbito dos ministérios, o ato complementar indicou a possibilidade de os próprios ministérios promoverem e conduzirem investigações internas e encaminhá-las ao Presidente. Os ministros tinham, dessa maneira, duas possibilidades: a primeira seria conduzirem as investigações em seus ministérios e, a segunda, deixar as inquirições sob responsabilidade dos militares.

Ao assumir a pasta das relações exteriores, Vasco Leitão da Cunha não desejava permanecer no cargo de forma efetiva e só mudou de ideia, conforme apurações do jornal *Correio da Manhã*²², quando os militares lhe garantiram que este poderia, de forma independente, apurar os fatos, ou seja, conduzir as investigações dos possíveis “inimigos” do regime no MRE, examinando nome por nome da lista daqueles que teriam seus direitos cassados.

Para além de salvaguardar o Itamaraty do ambiente de denúncias, o objetivo principal, ao ter autonomia nas investigações, era expandir a competência do órgão e ganhar autonomia no aparelho estatal, mesmo que o custo desse processo fosse sacrificar alguns membros do Ministério. Nesse contexto, o trabalho de investigação veio a calhar duplamente no Ministério: tanto por aumentar sua autonomia, quanto para afastar indivíduos não quistos no órgão.

No âmbito do MRE, portanto, todas as condições eram favoráveis à constituição de uma comissão de investigação própria. Logo, foi criada em maio de 1964 a chamada Comissão de Investigação Sumária (CIS). A CIS tinha por objetivo identificar e afastar do MRE aqueles servidores que eram contrários ao novo governo. Outros pontos da pauta de investigação eram: “malversação de fundos públicos, quebra de sigilo de informações, ameaça

²² Relutância. *Correio da Manhã*. 1 de maio de 1964.

à segurança nacional, relações comerciais com países socialistas e questões relativas à concessão de vistos e passaportes” (BRASIL, 2014, p. 197).

O Ministério convocou os seus servidores a “encaminhar quaisquer denúncias ou informações sobre fatos, tanto os consumados como os meramente tentados, por servidor do Ministério, dos quais tenham tido conhecimento e que configuram crime contra o Estado, a sua segurança, o seu patrimônio e a ordem política e social”.²³ De antemão, percebemos que Vasco Leitão teve um papel importante não somente na criação da comissão de inquérito como também na condução das investigações.

Apesar de ter alegado que não teve escolhas ao instituir a comissão no Itamaraty, os documentos consultados neste trabalho²⁴ nos indicam que o ex-chanceler tinha interesses particulares em remover do Ministério aqueles servidores que não fossem efetivamente da carreira diplomática. O ministro viu, naquele momento, uma boa oportunidade para fazer uma “operação limpeza” no órgão. Em outras palavras, podemos considerar que o MRE teve total influência tanto no processo de instituição quanto de condução das investigações dos servidores.

A CIS foi composta por um diplomata, um militar e um civil. O diplomata deveria ser respeitado pelos militares e ter perfil conservador. Os participantes foram, por fim, o diplomata aposentado Antonio Camillo de Oliveira, que atuava como diretor do Instituto Rio Branco desde 1956; o jurista Temístocles Cavalcanti, o general Liberato da Cunha Friedrich e, posteriormente, Renato Ribeiro como secretário²⁵.

A primeira providência da comissão de investigação era “fortalecer” a carreira diplomática, para isso, precisavam afastar, além de comunistas e não simpatizantes do governo, funcionários que não fossem estritamente da carreira. Renato Ribeiro, então secretário da CIS64, solicitou, nesse sentido, documentos de oito categorias distintas a Azeredo da Silveira, então chefe da administração. O foco, naquele momento, estava justamente nas pessoas de fora da carreira²⁶.

A primeira categoria de documentos solicitados foi a relação de todos os Ministros de Assuntos Econômicos; a segunda era de documentos sobre Escritórios Comerciais; os

²³A. Camillo de Oliveira. MRE/CI/107/2. Memorandos secretos. 1961/64. Caixa 1.

²⁴Como: De Renato Ribeiro para Azeredo da Silveira. Pedido de documentação. Confidencial. CI/1. 13 de maio de 1964. Memorandos secretos 1961-1964. Caixa1. AHI-BSB.

²⁵Itamarati compõe comitê de expurgo. Correio da Manhã. 7 de maio de 1964; Boletim Diário do Itamaraty. 25 de maio de 1964.

²⁶De Renato Ribeiro para Azeredo da Silveira. Pedido de documentação. Confidencial. CI/1. 13 de maio de 1964. Memorandos secretos 1961-1964. Caixa1. AHI-BSB.

demais referiam-se aos Embaixadores brasileiros (com especificação dos “que não pertencem à carreira diplomática”), os integrantes de missões econômicas no exterior; os que atuaram na última reunião da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Genebra; todas as pessoas que exerceram o cargo de adido cultural e os integrantes que participavam da comitiva do ex-presidente Jango à República Popular da China.

A documentação analisada nos mostra que os principais alvos das investigações, naquele momento, eram os Ministros de Assuntos Econômicos que, de modo geral, consistiam na primeira categoria de documentos solicitados. A posição, que já existia, sob diversas denominações desde o início do século XX, era de livre de nomeação do presidente. Era, em alguns momentos, subordinada às embaixadas, entretanto, no início da década de 1930, criou-se, no âmbito do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, uma estrutura própria independente do Itamaraty. Alguns atrativos, como os altos salários em dólares e uma vida em centros cosmopolitas, em grande parte na Europa, serviam para utilização do cargo para a patronagem²⁷.

Desde a década de 1950, a diplomacia já trabalhava para acabar com tais cargos. No ano de 1964, tais posições eram ocupadas por quinze pessoas. Certamente, o levantamento da comissão de investigação buscava identificar ligações políticas com o governo deposto. Uma lei de setembro daquele mesmo ano, determinou que tais posições fossem transferidas para a parte suplementar do quadro de pessoal do Ministério, com a previsão de extinção de tais cargos à medida que vagassem²⁸. Portanto, no longo prazo, tal medida obteve sucesso.

O segundo incômodo da carreira diplomática era com os Escritórios Comerciais (ECs). Os ECs eram, até pouco tempo, de responsabilidade do Ministério da Indústria e Comércio. Alguns diplomatas, como Edmundo Barbosa da Silva, se esforçaram para eliminar tais órgãos e transferir as responsabilidades para o Itamaraty, alegando, entre outros motivos, que os diplomatas desempenhariam um trabalho mais profissional e com menores custos. Tal argumentação ganhou força com as constantes denúncias de corrupção e “incompetência

²⁷Ver Decreto nº 20.091, de 11 de Junho de 1931. De acordo com o anuário de 1962 do Itamaraty, ocupavam o cargo no final deste ano: João Guilherme de Aragão (nomeado em 1960), Mário Aloisio Cardoso de Miranda (1953), Caio de Lima Cavalcanti (1932), Lycurgo Ramos Costa (1953), Fanor Cumplido Júnior (1961), Dirceu Di Pasca (1961), Miguel Franchini-Netto (1953), Amílcar Dutra de Menezes (1962), Máximo Sciollete (1954), Paulo Tarso Fernandes Nonato da Silva (1959), Egidio da Câmara Souza (1943), Arizio de Viana (1953), Eugênio Cailar Ferreira (1962), Eurico Penteado (1940) e Oswaldo Orico (1943).

²⁸Lei n. 4.415, de 24 de setembro de 1964. Esta lei criou outra posição semelhante, “Ministros de Assuntos Comerciais”, mas a tenacidade dos diplomatas acabou obtendo sucesso, em 1966, ao criar o mesmo mecanismo de supressão no caso de vagas, garantindo a progressiva eliminação desse elemento estranho no órgão. Ver Decreto-Lei N 71 de 21 de novembro de 1966.

administrativa” daquelas unidades²⁹.

O MRE obteve, em 1961, a transferência desses escritórios para sua estrutura sob o nome de Serviço de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil (SEPRO). Todavia, a reforma não foi completa, uma vez que a chefia de tais órgãos ficou a cargo dos Ministros para Assuntos Econômicos e sua lotação era de assessores indicados pelo Ministro da Indústria e Comércio, pelas associações de classe e por servidores contratados independentemente do Itamaraty.

Em 1963, já se estudava maneiras de reformular tal setor, fato que se confirmou com uma promulgação de decreto, uma semana após o golpe, contendo dezessete artigos que reformulavam todo o sistema de promoção comercial³⁰. O objetivo inicial era reduzir a independência desse serviço e aumentar o poder dos diplomatas³¹. O processo de dispensa dos SEPROs teve início em abril daquele ano (1964) se estendendo até fevereiro do ano seguinte. É importante ressaltar que, naquele momento, esses casos não foram conduzidos por processos investigativos e os ocupantes dos cargos não tiveram direito à defesa³².

Apesar dos esforços, nem todas as ações foram direcionadas unicamente para eliminação dos SEPROs. Em uma determinada ocasião, a consulta das atividades de promoção comercial teve como objetivo atingir o diplomata Hugo Gouthier, então Embaixador em Roma³³. O ministro das relações exteriores, Vasco Leitão, além de ter examinado toda documentação no Brasil, também inspecionou os SEPROs da Europa Ocidental³⁴.

Somente em junho de 1965 as atividades de promoção comercial passaram efetivamente e definitivamente ao controle da carreira diplomática. Os exportadores brasileiros não foram muito favoráveis às mudanças, uma vez que essas teriam impactos negativos na colocação de seus produtos no exterior. O Itamaraty somente conseguiu reestruturar o serviço em 1973, de maneira a alcançar o nível existente no início da década de

²⁹Ver, por exemplo, nota anônima no Dossiê de Participação no Projeto de Reforma Administrativa. Pasta II. AAS 1952.05.22 daI.

³⁰A. F. Azeredo da Silveira. Serviço civil exterior. Rio de Janeiro, 5 de julho de 1963. AAS 1958.11.07 daII. Pasta IV/V.

³¹Decreto Nº 53.879, de 8 de abril de 1964.

³²SEPRO. Correio da Manhã. 25 de abril de 1964.

³³De Renato Ribeiro para Azeredo da Silveira. Pedido de documentação. CI/55. Confidencial. 26 de junho de 1964. Memorandos Secretos. 1961/64. Caixa 1. AHI-BSB.

³⁴Telegrama pessoal de Leitão da Cunha para Barbosa da Silva. Confidencial. 27 de maio de 1964. Delegação na CNUCD. CTs-Telegramas. Recebidas e Diversas. AHI-BSB.

1960³⁵.

Quanto às demais categorias de documentos solicitados, já mencionados anteriormente, se encontravam os integrantes de missões econômicas no exterior, Embaixadores (que não pertenciam à carreira diplomática), entre outros. De modo geral, esses pedidos devem ser examinados sobre o contexto organizacional da época. No início de 1964, o Itamaraty era mais aberto à atuação de atores que não fossem da carreira diplomática. O presidente preferia indicar como chefes de postos pessoas de sua confiança a escolher nomes de dentro da carreira. Esses cargos eram geralmente muito demandados por aliados políticos tanto pelo prestígio quanto pelos altos salários em moeda estrangeira.

Várias personalidades, entre políticos, jornalistas e intelectuais passaram por chefias de embaixadas no exterior, apesar de não possuírem experiência e expertise diplomática. Noutros tempos, especificamente durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, teve início a formação de uma consciência da atividade diplomática como domínio especializado, sendo uma área que necessitava de técnicas específicas e anos de aprendizado e, portanto, experiência para lidar com tais questões. Ao que tudo indica, a diplomacia profissional desaprovava a atuação de atores externos, principalmente em se tratando de temas muitas das vezes tão sensíveis que, por vezes, poderiam ferir a credibilidade, a tradição e a coerência da política exterior brasileira.

Tendo em consideração as sensibilidades mencionadas acima, referentes à atuação no Itamaraty de profissionais que não fossem da carreira diplomática, foi natural que Vasco Leitão, à época ministro das relações exteriores, quisesse e buscasse a demissão de todos os Embaixadores que não fossem da carreira³⁶, além de querer acabar com o uso de “adidos culturais”³⁷. Em conjunto com Castelo Branco e o deputado Ranieri Mazzili, Vasco Leitão conseguiu alcançar o objetivo.

Vasco Leitão era um diplomata conservador e favorável aos ideais da “revolução”, fato que possivelmente fortaleceu seu interesse particular em controlar o processo de investigações no MRE. Além das exonerações e demissões, entre outros, dos servidores

³⁵ {Ministério das Relações Exteriores, 1966 #4286@227-230}; Exportador quer os SEPROs em ação. Correio da Manhã. 7 de março de 1965.

³⁶ De Leitão da Cunha para Camillo de Oliveira. Funcionários do MRE a serem ouvidos pela CI. Secreto. 22 de junho de 1964. Memorandos Secretos. 1961/64. Caixa 1. AHI-BSB. Em 1963, lista incluía General Nestor Souto (Síria), Negrão de Lima (Lisboa), Rubem Braga (Marrocos), Lutero Vargas (Honduras), Mário Palmério (Assunção), Cirilo Júnior (Bruxelas), Souza Dantas (Acra), Josué de Castro (Genebra), Barreto Leite Filho (Tel Aviv).

³⁷ Sobre o uso de adidos culturais, ver Ata da 22a Reunião da Comissão de Estudo e Elaboração Final do Projeto de Reforma do Ministério das Relações Exteriores. 8 de janeiro de 1953. AAS 1952.05.22 daI. Pasta II.

externos ao serviço exterior, houve também um expurgo na carreira diplomática. O ministro chegou a alegar que fora obrigado a realizar a devassa no órgão. Entretanto, os documentos do período nos mostram que o próprio Vasco Leitão solicitou ao Conselho de Segurança Nacional um parecer sobre todos os funcionários do Ministério. Ele justificou o pedido como um mecanismo para preencher “com segurança” os cargos vagos³⁸.

Praticamente uma semana após o início dos trabalhos, os membros da CIS tiveram uma reunião com o ministro do exterior e com os chefes de departamentos do Itamaraty. A lista de diplomatas a serem cassados já havia sido, na ocasião, formulada pelo CSN. Naquele momento, o papel do Itamaraty era apenas homologar o documento³⁹. Ao se considerar apenas tal narrativa, conformar-se-ia uma visão de que o Ministério estava pressionado e sob intervenção, sem capacidade, portanto, para defender seus membros da fúria militar. No entanto, como vimos, o próprio Vasco Leitão estava interessado em conduzir as investigações.

Tanto a comissão de investigação de 1964 quanto a de 1969 foram influenciadas pela comissão de 1952, que foi a primeira experiência nesse sentido no âmbito do órgão. A comissão de 1952 foi instaurada, conforme o Volume 1 do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014), pelo episódio conhecido como “Célula Bolívar”, que teve início por campanha de imprensa liderada pelo jornalista Carlos Lacerda, no ano de 1952. Tal campanha levou à instauração do Processo Administrativo nº 5/1952.

A comissão de 1952 foi presidida pelo Embaixador Hildebrando Accioly, antigo secretário-geral do MRE e foi instaurada para investigar denúncia do Estado-Maior do Exército sobre a existência, no Ministério, de uma célula do Partido Comunista, que seria formada por jovens diplomatas que, supostamente, se utilizavam de uma linguagem “conspiratória” de “fundo comunista”. Após as investigações, em 20 de março de 1953, foram postos em disponibilidade inativa e sem remuneração, os diplomatas João Cabral de Melo Neto, Antonio Houaiss, Jatyr de Almeida Rodrigues, Amaury Banhos Porto de Oliveira e Paulo Augusto Cotrim Rodrigues Pereira. Em julho do ano seguinte, o Supremo Tribunal Federal (STF), declarou nula a pena aplicada aos diplomatas citados, sendo esses reintegrados

³⁸ Leitão da Cunha não dá a data nem o local do encontro em que deu a lista. Sabemos, no entanto, que foi antes do dia 19 de junho, data de outra viagem para Brasília. Duas informações, no entanto, levam a crer que tenha sido no dia 10 de maio. Primeiro foi o uso do termo “logo que assumi” e segundo foi o fato de ter utilizado tal via para garantir as nomeações, divulgadas pelo Boletim Diário a partir de 12 de Maio. Itamarati: pronta lista de expurgo. Correio da Manhã. 13 de maio de 1964; De Leitão da Cunha para Camillo de Oliveira. Funcionários do MRE a serem ouvidos pela CI. Secreto. 22 de junho de 1964. Memorandos Secretos. 1961/64. Caixa 1. AHI-BSB.

³⁹ Itamarati compõe comitê de expurgo. Correio da Manhã. 7 de maio de 1964; Itamarati: pronta lista de expurgo. Correio da Manhã. 13 de maio de 1964; Itamarati inicia expurgo oficial. Correio da Manhã. 14 de maio de 1964; Itamarati concede 23 salvo-condutos. Correio da Manhã. 11 de junho de 1964.

ao quadro funcional do Ministério⁴⁰.

Esses nomes, entretanto, não foram esquecidos após a instauração da comissão de 1964. Em 15 de maio daquele ano, a CIS solicitou maços pessoais de Jatyr Rodrigues, Antonio Houaiss e outros nove diplomatas para averiguação⁴¹, além de solicitar também os documentos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada no Senado Federal em 1952. Tendo o Senado negado o acesso, o então presidente da CIS64, Camillo de Oliveira, mobilizou militares para reverter a decisão⁴².

O bom relacionamento entre o presidente da CIS, Camillo de Oliveira, e o então secretário geral do Conselho de Segurança Nacional, o general Ernesto Geisel, era evidente. Alguns fatos demonstram a aproximação entre ambos. Em algumas ocasiões, em que Camillo Oliveira não conseguiu informações sobre alguns servidores, por exemplo, enviou os pedidos diretamente a Geisel⁴³.

Outro fato interessante aconteceu no dia 27 de maio de 1964, através de um memorando secreto. O general Cunha Friedrich solicitou a Camillo de Oliveira que o CSN obtivesse “dos órgãos de inteligência norte-americanos” dados referentes a trinta e oito servidores. Solicitou, ainda, que tal pedido fosse estendido aos órgãos de inteligência ou informações do Exército, da Aeronáutica e Marinha de Guerra, além do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Brasília, da Guanabara e de São Paulo.

Entre os vários nomes que constavam na listagem solicitada estavam membros da área econômica do Ministério e diplomatas que atuaram na PEI, como Miguel Ozório, Jayme de Azevedo Rodrigues, Jório Dauster, Rubens Ricupero, Álvaro Gurgel de Alencar Neto e José Guilherme Merquior⁴⁴. Entre pedidos de documentação, pedidos de informação ao SNI e

⁴⁰BRASIL, 2014, p. 196.

⁴¹A lista completa do dia 15 de maio era: Aluysio Guedes Regis Bittencourt, Jatyr de Almeida Rodrigues, Lucillo Haddock Lobo, Oswaldo Orico, Isela Danielewicz da Silva, Maria Cristina Pessoa, Dário Moreira de Castro Alves, Antonio Houaiss, Sergio Luiz Portella de Aguiar, Jayme Azevedo Rodrigues e Pedro Emilio Penner da Cunha. Itamarati não mudará política / Processo. Correio da Manhã. 25 de abril de 1964; Itamarati: expurgo já tem executores. Correio da Manhã. 12 de maio de 1964; De Renato Ribeiro para Haddock Lobo. Pedido de documentação. Confidencial. CI/3. 15 de maio de 1964. Memorandos Secretos. 1961/64. Caixa 1. AHI-BSB

⁴²De Camillo de Oliveira para o Marechal Estevão Taurino de Rezende Neto. CI/33. 9 de junho de 1964. Memorandos Secretos. 1961/64. Caixa 1. AHI-BSB.

⁴³De Camillo de Oliveira para Cecil Borer. Confidencial. 19 de maio de 1964; De Cecil Borer para Camillo de Oliveira. Secreto. 11 de junho de 1964. Memorandos secretos. 1961/64. Caixa 1. AHI-BSB. De Camillo de Oliveira para Ernesto Geisel. CI/38. Secreto. 11 de junho de 1964. Memorandos secretos. 1961/64. Caixa 1. AHI-BSB.

⁴⁴Os nomes são Antonio Houaiss, Jatyr de Almeida Rodrigues, Amaury Banhos Porto de Oliveira, Paulo Cotrim Rodrigues, João Cabral de Mello Neto, Carlos Alfredo Bernardes, Hélio de Burgos Cabal, Hugo Gouthier de Oliveira Gondim, Henrique Rodrigues Valle, Octávio Augusto Dias Carneiro, Jayme Azevedo Rodrigues, Celso Raul Garcia (nome posteriormente cancelado – cometeu suicídio após a entrevista), Aluysio Guedes Regis Bittencourt, Miguel Alvaro Osório de Almeida, Ovidio de Andrade Mello, Marcio Rego Monteiro,

aos órgãos americanos e funcionários ouvidos, foram, ao menos, 60 diplomatas investigados.

No início de março de 1964, Vasco Leitão recebeu de Geisel, em Brasília, o resultado das investigações referentes a determinados servidores que havia solicitado. Ao informar sobre os resultados, Geisel destacou que ainda restavam dúvidas com relação ao ponto de vista ideológico de cinco diplomatas da lista inicial. Os cinco diplomatas eram: os Embaixadores Henrique Rodrigues Valle, Octávio Dias Carneiro, Celso Raul Garcia, Aloysio Guedes Regis Bittencourt e o ministro Adolpho Justo Bezerra de Menezes. Geisel destacou ainda que havia dúvidas também do ponto de vista da probidade administrativa com relação a dois diplomatas: Hélio Burgos Cabal e Carlos Alfredo Bernardes⁴⁵. Como podemos notar, se tratava de uma lista menor do que as formuladas no próprio órgão. Fato interessante é que, nessa lista, não estavam elencados os nomes de nenhum dos diplomatas investigados na década de 1950, indicando que a perseguição estava carregada de juízos de valor.

Ao retornar ao Rio de Janeiro, Leitão da Cunha solicitou a Camillo de Oliveira que inquire os citados por Geisel que estivessem naquela cidade. Naquele momento, o ministro das relações exteriores passou a orientar Camillo de Oliveira sobre como a CIS deveria proceder quanto à inquirição dos nomes que não se encontravam na lista de Geisel. Novamente, o chanceler demonstrou seu interesse e preocupação com a condução das investigações.

O relatório final da comissão, conforme o Volume 1 do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014, p. 197), recomendou que fossem “guardadas certas precauções na designação dos referidos funcionários [investigados pela CIS 64] para novos postos ou funções, pelo menos durante um decurso de razoável tempo necessário ao seu completo ajustamento à realidade da vida funcional”. O resultado final da CIS64 foi pelo menos 60 diplomatas investigados e, desses, quatro (4) foram desligados do Ministério. São eles: Antonio Houaiss, Hugo Gouthier, Jatyr de Almeida Rodrigues e Jayme Azevedo Rodrigues. Dois servidores, que já haviam sido afastados pela CIS52, mas reinseridos no quadro de

Helcio Tavares Pires, José Constâncio Austregésilo de Athayde, Mario Augusto Santos, Italo Miguel Alexandre Mastrogiovanni, Rubens Ricupero, Jório Dauster Magalhães e Silva, Carlos Átila Álvares, Regis Novaes de Oliveira, Fernando Silva Alves, Carlos José Prazeres Campelo, Francisco de Lima e Silva, Evaldo José Cabral de Melo, Álvaro Gurgel de Alencar Neto, José Guilherme Alves Merquior, Márcio de Alencar Ramalho, Luiz Cesar Vinhaes da Costa, Celso Ortega Terra, Rubem Amaral Junior, Jaime de Barros, Nestor Santos Lima, José Moreira Saffa, Alvaro Rowley Mendes e Murilo Miranda Bastos. Com exceção do nome de Celso Raul Garcia, que foi excluído do despacho encaminhando a Geisel, todos os demais foram acatados por Camillo de Oliveira. De Cunha Friedrich para Camillo de Oliveira. Secreto. 27 de maio de 1964; De Camillo de Oliveira para Ernesto Geisel. Secreto. 29 de maio de 1964. Memorandos secretos. 1961/64. Caixa 1.

⁴⁵De Vasco Leitão da Cunha para Camillo de Oliveira. Funcionários da SERE a serem ouvidos pela CI. Secreto. 22 de junho de 1964. Memorandos secretos. 1961/64. Caixa 1.

funcionários do Itamaraty, Antonio Houaiss e Jatyr de Almeida Rodrigues, foram novamente desligados do órgão.

Após as exonerações e a garantia de autonomia do Ministério, Camillo de Oliveira ainda insistia que seu trabalho não tinha chegado ao fim. Ele acreditava que ainda tinha questões a resolver, principalmente no que se refere a investigar com mais afinco a vida funcional dos servidores. Solicitou a Vasco Leitão, com esse intuito, que lhe desse mais tempo para examinar “casos de inúmeros servidores do Itamaraty cuja vida funcional está a merecer uma investigação mais detida e minuciosa”⁴⁶.

Apesar de ter continuado por mais alguns meses, a CIS não causou muitos danos e, em setembro de 1964, foi apresentado relatório final. Vários dos componentes da Comissão ganharam como prêmio a designação para participarem de um encontro da UNESCO em Paris, segundo as colunas dos jornais da época.

Ainda com relação à “arrumação” do Itamaraty, merece destaque o caso de Alexandre Addor Neto. Em 1965, Addor Neto se inscreveu no processo de admissão à carreira diplomática e foi aprovado, sendo, entretanto, impedido de realizar matrícula do curso do Instituto Rio Branco. O postulante, então, impetrou mandado de segurança contra o ato do então diretor do Instituto Rio Branco, o Embaixador Antônio Camillo de Oliveira⁴⁷, por ter indeferido sua matrícula.

A justificativa do Itamaraty foi que desde a inscrição, o impetrante não havia seguido todos os requisitos, impossibilitando, portanto, que o diretor do IRBr aceitasse sua matrícula. Em consulta ao Ministro de Estado, o então consultor Jurídico do MRE, Haroldo Valladão, sustentou que os requisitos de idoneidade moral e do chamado conceito corrente eram permanentes desde a inscrição no exame vestibular até o fim do CPCD.

O conceito corrente seria identificado mediante investigação, já a idoneidade moral do candidato seria comprovada por folha corrida ou carta de recomendação de professores ou chefes, com firmas reconhecidas. A folha corrida seria um conjunto de certidões fornecidas pelos cartórios que demonstrassem que a pessoa não havia sido condenada, no passado, nem estar sendo processada no momento.

Haroldo Valladão informou que, ao se inscrever no exame de seleção prévia no dia 21 de junho de 1965 e no exame vestibular, Addor Neto já estava respondendo a inquérito

⁴⁶De Camillo de Oliveira para Leitão da Cunha. Secreto. 3 de julho de 1964; De Camillo de Oliveira para Leitão da Cunha. Secreto. CI/79. 14 de julho de 1964. Memorandos secretos. 1961/64. Caixa 1.

⁴⁷Diretor do IRBr de 1956 a 1966.

instaurado a 19 de maio daquele ano e que, dessa maneira, já lhe faltava a idoneidade moral por estar respondendo a inquérito. Conforme o Consultor Jurídico do MRE, a matrícula de Addor Neto foi indeferida com base no Regulamento do IRBr aprovado pelo Decreto nº 54130 de 13 de agosto de 1964, art. 7º, parágrafo 2º (que versava sobre eliminação do candidato) e também o art. 15, que asseguram permanência à condição básica de idoneidade moral, prevista no art. 6, letra d do regimento.

A sustentação do posicionamento do diretor do IRBr ganhou força na ideia de que “a carreira de diplomata está profundamente ligada à ordem e à segurança nacionais” (p. 7) e que, portanto, eram importantes os pontos mencionados acima. O consultor Jurídico do MRE ressaltou que não se tratava de caso de ideologia contrária ao sistema vigente, ou seja, perseguição ideológica. No mesmo documento, alegou que, na certidão junta pelo impetrante, constava que ele se achava denunciado, acusado, em juízo de ter praticado crimes contra o Estado e a organização política e social⁴⁸.

Em meados da década de 1980, o caso de Alexandre Addor voltou a ser discutido no Itamaraty. A justificativa para a não aceitação da matrícula dita, desta vez, segundo informações dos órgãos de segurança, registrava antecedentes ideológicos que desaconselhavam seu ingresso na Carreira. Ele era, à época do golpe de 1964, presidente do Centro Acadêmico Candido de Oliveira (CACO) da Faculdade Nacional de Direito⁴⁹. Após uma série de tramitações na justiça, Alexandre Addor foi admitido na carreira diplomática em 1989. No mesmo ano, foi promovido a Ministro de Segunda Classe, por ordem judicial e, em 1998, a Ministro de Primeira Classe.

O Embaixador Addor Neto serviu em Moscou, Luanda, Washington, Sérvia e Montenegro. Foi aposentado compulsoriamente em outubro de 2013.⁵⁰ Antes de ser “reintegrado” na carreira diplomática, foi professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói-RJ; trabalhou também como jornalista e analista de projetos da FINEP, da FIESP e do IBGE⁵¹.

⁴⁸PARECER. Confidencial. CJ/1.844. Mandado de Segurança. Alexandre Addor Neto. 311.521. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB

⁴⁹Memorandum para o Sr. Secretário Geral. Em 4 de abril de 1988. Confidencial. IRBr/84. Mandado de Segurança. Cumprimento. Matrícula no CPCD. Senhor Alexandre Addor Neto. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB

⁵⁰JUSBRASIL. Gabinete do Ministro. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/61135525/dou-secao-2-31-10-2013-pg-59>> Acesso em 02 jan. 2017.

⁵¹Currículo Vitae. Alexandre Addor Neto. Disponível em: < http://www.visokaturisticcka.edu.rs/vesti/info/zima_130314113718/cvbra.pdf> Acesso em 02 jan. 2017.

3.2 A Comissão de Investigação Sumária de 1969

Durante a gestão do general Artur da Costa e Silva, foi criada no Itamaraty outra comissão de investigação. A CIS69 teve como sustentação o Ato Complementar nº 39⁵², de 19 de dezembro de 1968, e a regulamentação do artigo 6º do Ato Institucional nº 5, que foi promulgado em 13 de dezembro de 1968. Instituída pelo então Ministro das Relações Exteriores José de Magalhães Pinto, a CIS⁵³, ao contrário da comissão de 1964, se encarregou de perseguir os servidores que não tinham o perfil considerado adequado (aos olhos do novo governo) a um servidor do Ministério.

A comissão foi composta pelos Embaixadores Antônio Cândido da Câmara Canto, Carlos Sette Gomes Pereira e Manoel Emilio Pereira Guilhon, além do secretário Fernando Antonio de Oliveira Santos Fontoura. No relatório final enviado ao Ministro das Relações Exteriores, o presidente da comissão, Câmara Canto, manifestou suas impressões ao secretário da comissão, ressaltando sua “dignidade, elegância e discrição no trato de problemas que foram estudados”. Agradeceu ainda “a confiança em nós depositada certo de que tudo fizemos para atingir os objetivos colimados e preservar o bom nome do Brasil e do seu Serviço Exterior”⁵⁴.

No dia 15 de janeiro de 1969, José de Magalhães Pinto enviou ao Embaixador e membro da comissão de investigação, Manuel Emilio Guilhon, um memorandum recomendando um exame rigoroso dos “casos comprovados de homossexualismo [sic] de funcionários do Ministério suscetíveis de comprometer o decoro e o bom nome da Casa, tendo em vista o possível enquadramento dos indiciados nos dispositivos do AI nº 5”. O ministro ressaltou ainda que, caso fosse necessário, o presidente da comissão poderia sugerir a constituição de uma junta médica especial para a realização dos exames psíquicos e físicos que fossem adequados para a comprovação inequívoca dos casos porventura existentes.⁵⁵

A sugestão do ministro, quanto à constituição de uma junta médica para avaliação dos suspeitos, foi acatada e, no dia 23 de janeiro do mesmo, Manuel Guilhon que, à época era chefe do departamento de administração do MRE, solicitou ao coronel médico Victor de Melo

⁵²PRESIDÊNCIA da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Ato Complementar Nº39, de 20 de dezembro de 1968. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-39-68.htm> Acesso em 30 dez. 2017.

⁵³ Criada pela Portaria de 03 de fevereiro de 1969, publicada no Diário Oficial de 06 do mesmo mês.

⁵⁴ Relatório da Comissão de Investigação Sumária.. 07 de março de 1969. (RJ)

⁵⁵Memorandum para o Sr. Embaixador Manuel Emilio Guilhon. BR NA, BSB 24 AGR.PES. 193, p. 1/49. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Schubnel (diretor do Instituto de Seleção e Controle e Pesquisa do Ministério da Aeronáutica) que indicasse médicos para, junto a outros médicos do Itamaraty, constituírem uma junta que seria incumbida de tais exames, ressaltando o caráter reservado dos mesmos⁵⁶

No dia 28 de abril de 1969, aconteceu uma reunião da CIS com o médico chefe do serviço de assistência médica e social, Dr. Fernando Cardoso. O objetivo da reunião era examinar as fichas médicas dos seguintes funcionários: Álvaro Bastos do Valle; Sergio Caldas Mercador Abi-Sad; Luiz Fernando Gouveia de Athayde e Rubem Mendes de Freitas Filho⁵⁷. O Embaixador Aguinaldo Boulitreau Fragoso, presidente da CIS69 de 01 de abril a 28 de maio de 1969, sugeriu que os funcionários “pendentes de maiores averiguações” realizassem exames médicos. Esses exames seriam: psiquiátrico, feito no Ministério da Aeronáutica e no Serviço de Biometria Médica; e proctológico, no Ministério da Aeronáutica. O objetivo, com isso, era obter “conclusões tanto dos serviços militares quanto civis”⁵⁸.

Em 07 de março de 1969, o relatório secreto da CIS69 foi enviado ao Ministro das Relações Exteriores, acompanhado de duas pastas com os documentos que foram julgados de interesse para os trabalhos da comissão⁵⁹. O presidente da CIS69 ressaltou:

Ao dar por encerrados os trabalhos tenho consciência de que a honrosa e pesada incumbência que Vossa Excelência nos cometeu foi levada a cabo com plena isenção de ânimo, com mais alto espírito público e nítida compreensão das responsabilidades que pesaram sobre todos os seus membros. Valemo-nos para tanto da experiência adquirida em muitos anos de serviço, de conhecimento que temos da Casa e também da necessidade de manter os elevados padrões do Itamaraty⁶⁰.

Vale lembrar que a comissão foi criada, oficialmente, em fevereiro de 1969, e o relatório final foi entregue em março daquele ano, portanto, as atividades foram bem rápidas. Subentende-se, dessa maneira, que as listas de possíveis investigados tinham sido previamente elaboradas. Sendo assim, o caráter híbrido das inquirições pode ser questionado, tanto pela agilidade nas mesmas, quanto pela falta de consistência objetiva das justificativas.

No relatório secreto enviado ao Ministro das Relações Exteriores no dia 07 de março de 1969, Câmara Canto citou as normas para execução dos trabalhos da comissão. É interessante apresentá-las aqui devido a seu caráter premeditado, ou seja, todos os passos já

⁵⁶Solicitação para composição de junta médica. 23 de janeiro de 1969. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

⁵⁷Memorandum para o Sr. Ministro de Estado. 28 de abril de 1969. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

⁵⁸Memorandum para o Sr. Ministro de Estado. 28 de abril de 1969. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

⁵⁹Relatório da Comissão de Investigação Sumária. 07 de março de 1969. (RJ).

⁶⁰Relatório da Comissão de Investigação Sumária. 07 de março de 1969. (RJ). Ao senhor Ministro de Estado. Em 07 de março de 1969.

havam sido previamente calculados. São eles:

- a) Organização de dossier no qual seriam incluídos elementos básicos e essenciais extraídos dos arquivos do Ministério e informações de fontes oficiais;
- b) Elaborar um conceito sobre cada funcionário, através de depoimentos dos Chefes de vários órgãos da Secretaria de Estado, de autoridades da Casa, dos Chefes das Missões diplomáticas e Repartições Consulares, solicitados estes últimos por circular-telegráfica.
- c) Examinar detidamente os maços ostensivos, confidenciais e secretos, bem como processos administrativos realizados ultimamente na Secretaria de Estado e, à luz dos mesmos, organizar uma relação nominal dos funcionários implicados em fatos ou ocorrências que tenham comprometido sua conduta funcional⁶¹.

Após apresentadas as normas de execução dos trabalhos, Câmara Canto apresentou as conclusões das investigações, destacando que, após quase 30 dias de “exaustivo” trabalho de averiguações, além do exame cuidadoso de toda documentação mencionada nas normas e de “numerosos e insuspeitos” depoimentos de chefes e funcionários do Itamaraty.

Da carreira diplomática, o relatório destacou que deveriam “ser afastados definitivamente”⁶², através de aposentadoria, os diplomatas listados abaixo, argumentando que a conduta pública daqueles, havia sido julgada incompatível com as responsabilidades e decoro do Serviço Exterior Brasileiro (SEB).

1. Pela prática de homossexualismo [sic], incontinência pública escandalosa:
 - i. Martim Francisco Lafayette de Andrada
 - ii. Nisio Medeiros Baptista Martins
 - iii. Angelo João Regattieri Ferrari
 - iv. Marcos Magalhães de Souza Dantas Romero
 - v. Raul José de Sá Barbosa
 - vi. José Leal Ferreira Junior, e
 - vii. Ricardo Joppert

2. Por incontinência pública escandalosa, decorrente do vício de embriaguez:
 - i. Arnaldo Vieira de Mello
 - ii. João Baptista Telles Soares de Pinna, e
 - iii. Sérgio Maurício Corrêa do Lago, estando este último enquadrado ainda no item seguinte.

⁶¹Relatório da Comissão de Investigação Sumária. 07 de março de 1969. (RJ).

⁶²Destaque do original. Relatório da Comissão de Investigação Sumária. 07 de março de 1969. (RJ)

3. Em virtude de vida irregular e escandalosa, instabilidade emocional comprovada, indisciplina funcional constatada ao longo da carreira, pelos numerosos incidentes em que se envolveu:

i. Wilson Sidney Lobato.

4. Por insanidade mental:

ii. Jenny de Rezende Rubim

iii. Humberto Gomes e,

iv. Celeste Dezon Costa Hasslocher.

5. Por desinteresse pelo Serviço público, resultante de frequentes crises psíquicas ocorridas no exercício de suas funções em Londres e São Francisco:

i. José Augusto Ribeiro

Os funcionários relacionados abaixo eram suspeitos de homossexualismo [sic]. A comissão recomendou exame médico e psiquiátrico e, se fossem comprovados, seria recomendando, pela comissão, o afastamento definitivo deles do SEB. Caso não fossem confirmados, os que estivessem no exterior deveriam ser removidos para a SERE, a fim de possibilitar uma fiscalização mais rigorosa dos comportamentos, atitudes e modo de vida⁶³.

São os funcionários:

i. Eberaldo Abilio Telles Machado

ii. Nelson Alves da Fonseca

iii. Mozart Janot Junior

iv. Gilberto Francisco Renato Allard Chateaubriand Bandeira de Mello

v. René Haguenuer

vi. Heitor Soares de Moura Filho

vii. Sérgio Augusto Ferreira Vivacqua

viii. Jayro Coelho

ix. José Bonifácio Lourenço de Andrada, e

x. Lael Simões Barbosa Soares.

O relatório ainda ressaltou que, no que concerne ao afastamento do Primeiro Secretário Vinicius de Moraes, a conduta do diplomata era incompatível com as exigências e decoro da diplomacia. Entretanto, devido aos méritos do servidor, sendo ele um “homem de

⁶³ Destaque nosso.

letras e artista consagrado”, a CIS69 propôs o aproveitamento do profissional no Ministério da Educação e Cultura, onde os serviços seriam “melhor aproveitados”.

A comissão ainda propôs a destituição da função de Embaixador do Brasil em Nova Delhi do diplomata Renato Firmino Maia de Mendonça. A justificativa foi a participação do mesmo em fatos durante a carreira, em que destacaram “demonstrações de irresponsabilidade, intermitentes manifestações de perturbação mental⁶⁴”, além de ter omitido em responder à interpelação que, alegaram, havia sido feita sobre a vida “escandalosa” do secretário José Leal Ferreira Junior em Nova Delhi.

Ainda no que concerne à repreensão aos servidores que se negaram ou omitiram fatos sobre seus colegas, a comissão recomendou pena de repreensão aos Embaixadores Decio Moura e Margarida Guedes Nogueira. A comissão apontou que tais Embaixadores omitiram das indagações a respeito do procedimento e “vida irregular conhecida” dos secretários que estavam sob suas ordens, quais sejam, Nisio Medeiros Baptista Martins e Angelo João Regattieri Ferrari.

A CIS69 ainda fez uma consideração a respeito do Embaixador Antonio Mendes Viana. O relatório destacou que sua atuação como chefe de missão era marcada por “desmedida incontinência verbal e conduta escandalosa, dando sempre péssimos exemplos aos seus subordinados, e comprometendo o nome do Brasil”. O mesmo se aplicou aos Embaixadores Roberto Luiz Assumpção de Araújo e Vicente Paulo Gatti, que responderam aos inquéritos em que foi proposta a demissão de ambos do serviço público. A CIS69 recomendou severa vigilância em torno do comportamento de diplomatas mencionados para que, no caso de reincidência, fossem definitivamente afastados do SEB.

Além dos diplomatas afastados, houve um “exame da situação pessoal” dos funcionários de diversas outras categorias do Itamaraty. Entre esses, estão oficiais de chancelaria, auxiliar de bibliotecário, serventes, porteiros, contadores entre outros, totalizando 33 aposentadorias. A comissão recomendou ainda exames médicos a quatro (4) funcionários, com suspeita de homossexualismo [sic] e problemas de saúde. Os motivos apresentados como justificativa para a aposentadoria foram, entre outros, homossexualismo [sic]; risco de segurança; embriaguez; indisciplina; esquizofrenia; uso de entorpecentes; desonestidade entre outros.

Um caso de investigação é bem interessante, pois retoma a questão dos Ministros

⁶⁴ Que, conforme o relatório, se agravou durante sua última estada no Brasil.

de Assuntos Comerciais. No dia 18 de abril de 1969, a CIS interrogou o Embaixador Donatello Grieco e o questionou sobre o papel dos referidos ministros. O Embaixador, por sua vez, alegou não acreditar na utilidade dos cargos em questão. Ao ser interrogado especificamente sobre o Ministro Mario Aloysio Cardoso de Miranda, quando ocupou o cargo de Ministro Conselheiro em Lisboa, declarou que conhecia os rumores a respeito do ministro citado. Um dos rumores, dos quais o Embaixador disse ter conhecimento, referia-se à ligação do ministro Cardoso de Miranda com um aspirante do Exército português. O Embaixador relatou que, certa vez, encontrou em sua mesa de trabalho, na capital portuguesa, um bilhete amoroso indicando “Ao Senhor Ministro”. Grieco supôs que o Ministro só poderia ser o de Assuntos Comerciais⁶⁵.

Ainda no que se refere às inquirições referentes ao Ministro Cardoso de Miranda, a CIS ouviu o conselheiro Fernando Abbott Galvão. Com relação às colocações do conselheiro, o presidente da comissão disse ter confirmado as declarações mencionadas anteriormente, pelo Embaixador Grieco sobre o ministro. O depoimento foi descrito da seguinte forma:

Segundo o conselheiro Abbott Galvão, o único trabalho do Ministro Cardoso de Miranda, em Lisboa, foi a organização da ‘Sala Brasil’. No entanto, de acordo com o depoimento, a ‘Sala’ nada mais era que um chamariz para rapazes, que eram contratados para ali trabalharem e para servirem a fins excusos. Igualmente, o conselheiro Galvão confirmou que o Ministro Cardoso de Miranda vivia com um oficial do Forte da Amadora. O depoimento prosseguiu com a descrição do comportamento imoral e inconveniente que o citado Ministro mantinha com os contínuos da Embaixada. Referiu-se, finalmente, o Conselheiro Galvão ao escândalo ocorrido em Cascais, que figurou no processo que incriminou o Embaixador Martim Francisco Laffayette de Andrada. O Ministro Cardoso de Miranda teve parte equivalente no citado acontecimento⁶⁶.

Por fim, a CIS⁶⁹ propôs a aposentadoria do Ministro de Assuntos Comerciais Mario Aloysio Cardoso de Miranda por homossexualismo [sic] e conduta escandalosa.

Outro caso interessante é relacionado ao Ministro João Paulo da Silva Paranhos do Rio Branco. O servidor havia sido denunciado pelo Embaixador Manoel Pio Correa Jr. No entanto, ao verificar toda documentação do ministro, o chefe do departamento de administração, Manoel Guilhon, alegou não ter encontrado nenhuma irregularidade. Ao questionar o Embaixador Manoel Pio sobre a denúncia, o mesmo confirmou e sustentou que

⁶⁵Memorandum para o Sr. Ministro de Estado. 18 de abril de 1969. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

⁶⁶Memorandum para o Sr. Ministro de Estado. 28 de abril de 1969. SECRETO, DA/28/312.4. Memorandos Secretos. AHI-BSB

se opôs à entrada do ministro João Paulo no quadro de acesso, de 1967, para promoção a ministro de segunda classe.

Manoel Pio prosseguiu, argumentando que, na Secretaria de Turismo do governo da Guanabara o ministro João Paulo havia se cercado de dois ou três funcionários de má reputação e que isso revelou falta de capacidade de chefia. Sustentou ainda que “teve ocasião de ver – em locais públicos ou reuniões particulares, suponho – o ministro João Paulo do Rio Branco em estado etílico”. Por fim, concluiu refutando sua denúncia inicial, dizendo que “a acusação de malversação de fundos públicos surgiu sem base séria e considero, por isso, que não há informação objetiva e comprovada contra o Ministro João Paulo do Rio Branco”⁶⁷.

No breve período em que o Embaixador Aguinaldo Boulitreau Fragoso foi presidente da CIS69, houve um encaminhamento de sugestões para adição às anteriormente propostas no período do Embaixador Câmara Canto. Os cargos de Ministros de Assuntos Comerciais, à luz do Decreto-Lei nº71 de novembro de 1966, foram, por fim, declarados extintos à medida que ficassem vagos, como mencionado na seção anterior. A CIS alegou que houve consenso sobre a inutilidade dos cargos e, com base no Decreto-Lei nº 489, de 4 de março de 1969, propôs que fosse extintos imediatamente os cargos de Ministro de Assuntos Comerciais. Seus ocupantes deveriam ser colocados em disponibilidade remunerada ou encaminhados a outros órgãos da administração pública⁶⁸.

A Comissão, por fim, propôs também a aposentadoria da oficial de chancelaria Yedda Teixeira da Rocha, por utilização, para fins ilícitos, de franquias diplomáticas que lhe foram concedidas por peculiaridade do posto. Propôs ainda que o oficial de chancelaria Ladário Nahra Telles fosse removido para a SERE, por incapacidade de servir no exterior, acarretando riscos de segurança.

É notória a forma a qual era conduzida a investigação, tendo em conta os exames médicos realizados. Ao observarmos o caso do diplomata Eberaldo Machado, percebemos o baixo nível de compreensão da realidade do outro e julgamentos pré-concebidos que colocam em questão até mesmo a capacidade do servidor de viver em sociedade. Na ocasião, após realizados os exames, o diplomata foi considerado em boas condições de saúde, no que concerne ao estado físico. No que concerne ao psicológico, os exames psiquiátrico e psicológico demonstraram “alto nível intelectual e na área emocional, traços de ansiedade,

⁶⁷Memorandum para o Sr. Presidente da Comissão de Investigação Sumária. 28 de abril de 1969. SECRETO, DA/28/312.4. Memorandos Secretos. AHI-BSB.

⁶⁸Relatório do período de reuniões sob a presidência do Embaixador Aguinaldo Boulitreau Fragoso. 28 de maio de 1969. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

dificuldade de identificação com as figuras masculina e feminina, não conseguindo relacionar-se adequadamente com essas figuras, num plano afetivo mais profundo”⁶⁹.

O chefe da equipe médica, Fernando Cardoso de Souza, ainda chegou a destacar que, na “impossibilidade de identificar sua verdadeira tendência, impor-se-ia uma verificação no seu comportamento social por outro tipo de investigação. Apesar dessas dificuldades emotivas, possui condições internas que lhe asseguram um bom ajustamento à realidade, conseguindo manter um alto nível de produtividade”⁷⁰.

Pelo menos 49 diplomatas foram investigados pela CIS69. Desses, 16 (apresentados acima), foram desligados da carreira diplomática pelos motivos citados. Ao contrário da comissão de 1964, que visava afastar servidores com ideologias contrárias ao regime, a comissão de 1969 focou na vida privada dos servidores, com a justificativa de zelar pelo nome da Casa, pois tais comportamentos violariam os valores do regime. O fato de serem homossexuais, por exemplo, que faz parte da identidade daquelas pessoas e, certamente a intolerância, levaram a uma ação extrema de exoneração de vários funcionários.

A análise da documentação sobre a CIS69, a qual tivemos acesso, nos forneceram informações extremamente interessantes sobre as investigações ocorridas no Itamaraty. Em uma listagem, não assinada, recolhida pelo SNI, Agência Central, há diversas considerações sobre funcionários que chegaram a ser investigados pela CIS64, mas não afastados e voltaram a ser investigados em 1969. Um desses documentos, disponível nos anexos, ressaltou que as pessoas mencionadas eram diplomatas cuja presença no Ministério era incompatível, seja pela origem política, moral e segurança, com a “Revolução” de 1964. O documento ainda destacou que “graças a pressões políticas e à pressão com que trabalhou a comissão de sindicância, esses elementos foram inexplicavelmente poupados da última depuração feita nos quadros do Itamaraty”⁷¹. As considerações, transcritas, seguem abaixo.

1. Antonio Mendes Vianna (Embaixador em Jacarta – teve sua retirada do Chile solicitada oficialmente pelo governo daquele país, por razão de sua conduta irregular, elitista, debochado, totalmente desmoralizado entre seus colegas e subordinados, aparece frequentemente em público, mesmo em solenidades, em estado de embriaguez)

2. Roberto Assumpção de Araújo (Embaixador em Damasco – peculatório,

⁶⁹Memorandum para o Sr. Chefe do Departamento de Administração 26 de setembro de 1969. SECRETO SAMS/DP. Exame de saúde. Ministro Eberaldo Abilio Teles Machado. Memorandos Secretos. AHI-BSB.

⁷⁰Memorandum para o Sr. Chefe do Departamento de Administração 26 de setembro de 1969. SECRETO SAMS/DP - Exame de saúde. Ministro Eberaldo Abilio Teles Machado. Memorandos Secretos. AHI-BSB.

⁷¹DOCUMENTO AC_ACE_RES_14185_69. SNI – Agência Central – Protocolo (RJ)

recentemente punido, quando embaixador em Praga, com a pena de destituição de função por desvio de dinheiros públicos)

3. Vicente Gatti (Ministro de Segunda Classe, - estava sem função; cidadão italiano, que mal fala o português, recentemente punido, quando embaixador na Nicarágua, com destituição da função por peculato cometido quando exerceu a chefia da embaixada na Finlândia; desequilíbrio mental; dados seus antecedentes e sua nacionalização de fato é incompatível com o exercício de funções diplomáticas ou consulares no exterior)

4. Heraldo Pacheco de Oliveira (Cônsul-Geral em Liverpool, doente mental em avançado estágio; sujeito a constantes crises nas quais chega a esquecer a própria identidade; caso clínico incompatível com o serviço público)

5. Aldo de Freitas (Ministro Conselheiro em Beirute, ébrio habitual, incapaz, devido ao estado constante de intoxicação na qual se encontra, de qualquer esforço produtivo continuado)

6. Carlos Calero Rodrigues (Cônsul-Geral em Montreal, pederasta passivo, afastado de Paris, onde era ministro conselheiro, por ter-se envolvido em grave escândalo homossexual)

7. Paulo Rio-Branco Nabuco de Gouvea (Ministro de Segunda Classe, funcionário há vários anos sem função real; incapaz, por doença incurável, de ser útil no serviço público)

8. Eberaldo Abílio Telles Machado (Ministro de Segunda Classe, sem função; pederasta passivo desde a mocidade, recentemente envolveu-se em escândalo, ao adotar, como filho, seu amante, jovem transviado, em cuja companhia viaja)

9. José Maria Bello Filho (Primeiro Secretário, ébrio habitual, protagonizou graves escândalos em todos os postos em que serviu; verdadeiro recordista de punições administrativas, recentemente preso em Miami pela polícia da Flórida, por provocar desordens quando embriagado; pronunciadas tendências de valentão, agravadas quando se encontra embriagado; acaba de ser removido para o Consulado geral em Buenos Aires)

10. Pedro Machado Polzin (Primeiro Secretário em Lagos, elitista crônico irrecoverável, incapaz de realizar qualquer trabalho sério).

11. Nelson Alves da Fonseca (Conselheiro no Vaticano, vulgo “pamela”, velho e incorrigível pederasta passivo, conhecido por todo o Itamaraty por suas tendências

homossexuais irreprimíveis, escandaloso até na aparência)

12. Humberto Gomes, (Primeiro Secretário, sem função há vários anos, incapaz, por doença incurável, de permanecer no serviço público)

13. Roberto Chalu Pacheco (Primeiro Secretário, há anos, quando cônsul em Trindade, associou-se a delinquentes para promover a entrada de contrabando no Pará, negociista perigoso e de ilimitada audácia)

14. João Desiderattii Monetti (Primeiro Secretário, em Beirute, débil mental, incapaz de exercer funções diplomáticas ou consulares)

15. Alcides da Costa Guimarães Filho (Primeiro Secretário, em Buenos Aires, vulgo “Colombina”, pederasta passivo, célebre por sua associação homossexual com outro diplomata, René Haguenuer, alcunhando o “pierrot”)

16. Marina do Rego Freitas Toledo (Cônsul em Frankfurt, demente em adiantando grau, conduta errática e agressiva, que provoca estupefação entre as alemãs) (lésbica, anotado a caneta)

17. Sérgio Paulo Rouanet (Primeiro Secretário em Genebra, comunista militante, um dos principais assessores do Embaixador [cassado] Jayme de Azevedo Rodrigues quando este participava da direção da política exterior do governo Goulart; muito ativo em suas relações com comunistas afro-asiáticos; famoso pelo curso, anti-revolucionário e anti-brasileiro, que logo após a Revolução, em outubro de 1965, pronunciou na Academia Diplomática de Viena, fato este, em tempo, denunciado às autoridades de segurança)

18. Luís Horácio de Oliveira Lacerda (Primeiro Secretário, sem função, velho e desmoralizado pederasta passivo, bastante conhecido na “boca de lixo” de Copacabana)

19. Hércio Tavares Pires (Primeiro Secretário em Londres, célebre pelos lucros que auferiu ilicitamente, quando secretário no Cairo (1956-59), trocando, com ágio, dólares para os oficiais e praças do Batalhão Suez, perigoso aventureiro, capaz de tudo fazer por dinheiro).

20. Hersyl Castello Branco de Pereira Franco (Primeiro Secretário, [...], contrabandista; recentemente afastado do Consulado Geral em Nova York pela emissão de cheques sem fundo, conhecido marginal)

21. Jório Dauster Magalhães e Silva (Segundo Secretário em Praga, comunista militante, inconcebivelmente colocado em posto no mundo comunista)

22. Sérgio Ferreira Vivacqua (Segundo Secretário, pederasta passivo ostensivo)
23. Wamberto Hudson Ferreira (Terceiro Secretário, comunista militante e confesso)
24. Mozart Janot Junior (pederasta passivo ostensivo, de chocante aparência, inútil para o trabalho, recentemente nomeado, para escândalo geral, Cônsul em Nápoles; passa seu tempo em Capri, em companhia de perversos)
25. Carlos Alfredo Bernardes (Embaixador, sem função desde a Revolução de 64, empregado do Grupo Moreira Salles, antigo chefe da Missão Permanente na ONU; Ex Secretário-Geral do Itamaraty, principal executor e inspirador da “política externa independente e não alinhada pro-soviética” do governo Goulart)
26. Eurico Nogueira Ribeiro (recentemente removido para a SERE, ex-Cônsul em Miami e Chicago, personalidade psicopática de alto grau de agressividade, conduta bizarra e errática, incompatível com a dignidade do serviço público; célebre pelos incidentes nos quais se envolve sistematicamente, eterno revoltado contra a autoridade, sobre de mania de perseguição, sujeito a crises periódicas de memória).
27. Sergio Caldas Mercador Abi-Sad (Segundo Secretário, pederasta passivo incorrigível, escandaloso até na aparência)
28. Alvaro Bastos do Valle (Cônsul em Rosário, ex-deputado estadual, conhecido pederasta passivo, vive em companhia de outro, menor, por ele adotado, prática esta que se está tornando habitual no Itamaraty)
29. Gil Guilherme Mendes de Moraes (Cônsul Geral em Hamburgo, doente mental, sujeito a frequentes alucinações, incapaz de desempenhar função de responsabilidade).

Além da listagem acima, tivemos acesso ainda a um documento enviado no dia 15 de julho (após o envio do relatório da CIS69), também não assinado⁷². O documento, provavelmente solicitado pela comissão de investigação, ressaltou ter informações dos funcionários listados abaixo e os caracterizava não apenas de acordo com o desempenho profissional, mas, também, por questões de cunho pessoal. A lista, transcrita, segue abaixo e se encontra nos anexos.

⁷²Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Agência Central. De Chefe da SC-1. Ao Sr Chefe da SC-2. Em 15/07/69. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

1. Roberto Assunção de Araújo: dois informes – um como peculatório e outro como esquerdista, incrédulo no sucesso da Revolução de 1964; além de vaidoso e sem convicções;
2. Vicente Paulo Gatti: Dois informes – Conceito profissional fraco, não simpatizante da Revolução de 1964 – peculatório;
3. Carlos Calero Rodrigues: ótimo conceito profissional;
4. Eberaldo Abílio Teles Machado: Dois informes: homossexual – afeminado, gesticula e fala como mulher;
5. Nelson Alves da Fonseca: homossexual;
6. Marina do Rego Freitas Toledo: lésbica;
7. Sérgio Paulo Rouanet: dois informes: comunista e esquerdista;
8. Luiz Horácio de Oliveira Lacerda: homossexual;
9. Gil Guilherme Mendes de Moraes: desequilibrado e imaturo.

3.3 Perfil dos diplomatas investigados pelas Comissões de Investigação Sumária de 1964 e 1969

Após um momento conturbado em um órgão, a carreira dos servidores é afetada, seja positivamente ou negativamente. No caso dos servidores investigados pelas comissões de investigação no Itamaraty, até então não tínhamos nenhum estudo que abordasse a vida funcional dessas pessoas e as possíveis consequências dessa investigação em suas carreiras. Apesar de se mostrar mais aberto nos dias de hoje, o MRE ainda é um órgão restrito, principalmente no que concerne ao acesso a informações sensíveis. Visamos, desse modo, apresentar e analisar aqui aspectos referentes à carreira desses servidores, de modo amplo e conjunto. Tentaremos ainda comparar alguns pontos de suas carreiras com seus pares de antes do golpe, a fim de verificarmos se esses servidores foram lesados após as investigações, ou seja, se foram colocados na geladeira.

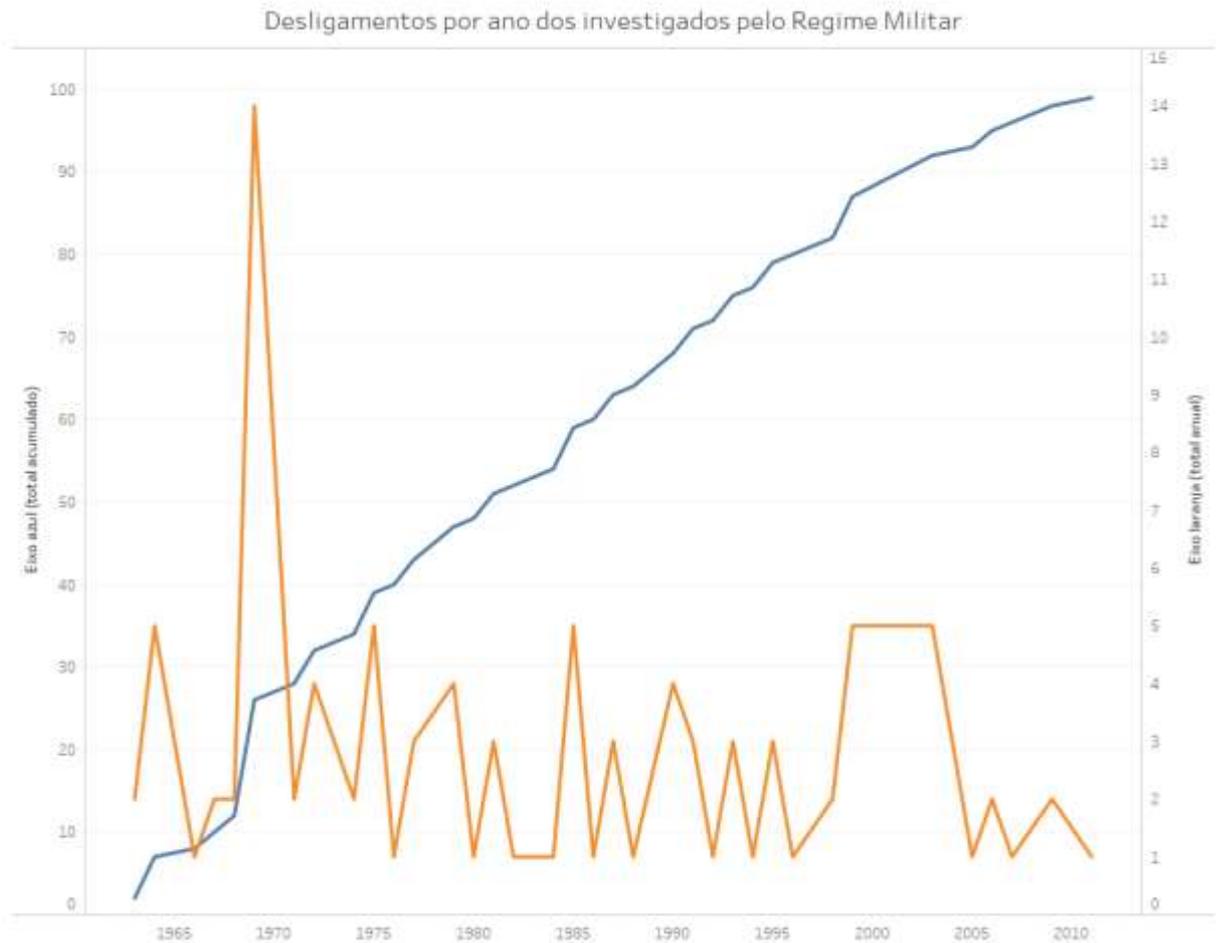
Nesta seção abordaremos questões no que concerne à forma de ingresso dos diplomatas investigados no MRE; os anos de trabalho na carreira diplomática; idade na posse e no desligamento; a relação desses investigados que chegaram a Ministros de Primeira Classe, ou seja, ao nível mais alto da carreira; apresentaremos também o número de servidores perseguidos que atuaram em postos multilaterais e a relação desses servidores com

a Escola Superior de Guerra. Objetivamos, assim, conhecer as características desse grupo de servidores, de modo geral, e dos posteriormente afastados após as investigações das comissões de investigação. Isso nos ajudará a traçar um perfil dessas pessoas e, por vezes, compreender as possíveis motivações, para além das expressas nos relatórios, para serem perseguidos e até desligados do órgão.

3.3.1 Aspectos gerais da carreira dos servidores perseguidos pelo regime militar brasileiro

Nesse primeiro momento, apresentaremos aspectos gerais sobre a vida funcional dos servidores investigados pelo regime militar brasileiro, precisamente por meio das comissões de investigação sumária instaladas no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, nos anos de 1964 e 1969. Vale ressaltar, de antemão, que não visamos, com isso, chegar a conclusões definitivas sobre as motivações das investigações a eles, mas sim, apresentar as principais características desses servidores, como um grupo.

Gráfico 1 - Desligamentos por ano dos investigados



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados da Diplomacia Brasileira 2017.12.22 (V115), elaborada por Gessica F. Carmo e Rogério de Souza Farias.

O gráfico 1 acima apresenta o número de desligamentos dos investigados por ano. Na nossa base de dados, estão cadastrados 97 diplomatas investigados, sendo que cinco (5) foram investigados pelas duas comissões. São eles: Carlos Alfredo Bernardes; Carlos Calero Rodriguez, Celso Diniz, Hélio de Burgos e Henrique Rodrigues Valle. O eixo azul nos mostra o número acumulado de servidores, ou seja, 97. Por sua vez, o eixo laranja nos mostra o número de diplomatas investigados desligados por ano. No ano de 1964, como podemos ver, foram cinco (5) desligamentos. Desses, quatro (4) foram desligados após indicação da CIS64, quais sejam: Antonio Houaiss, Hugo Gouthier, Jatyr de Almeida Rodrigues e Jayme Azevedo Rodrigues. O quinto diplomata desligado foi Celso Raul Garcia, que cometeu suicídio após ser entrevistado pela comissão. Em 1969, ano da segunda comissão objeto deste trabalho, foram 16 desligamentos. No gráfico, estão apresentados 14 afastamentos, uma vez que as datas de desligamento de Celeste Dezon e Ricardo Joppert, estão diferentes na base de dados.

Ricardo Joppert, como mencionado acima, foi reintegrado e aposentou-se em 2011, data cadastrada na base. Celeste Dezon, por sua vez, foi agregada em 1969 ficando assim até 1973 e aposentou-se em 1990.

Existia, no Itamaraty, basicamente três formas de ingresso na carreira diplomática brasileira: concurso de provas, de títulos e a forma direta, que seria indicação. Projetamos a forma de ingresso dos diplomatas desligados e, como podemos observar no gráfico 2 abaixo, grande parte ingressou por concurso de provas (15), ou seja, esses diplomatas passaram por um processo de seleção considerado extremamente exigente e, que, como já falamos, favorecia as elites brasileiras, justamente pelo nível de exigência e, obviamente, preparo prévio. Entre os diplomatas desligados, apenas um (1) ingressou por concurso de título, o diplomata Humberto Gomes. Não temos informações referentes aos ingressos dos quatro (4) diplomatas restantes⁷³.

Gráfico 2 – Forma de entrada dos investigados no Itamaraty



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados da Diplomacia Brasileira 2017.12.22 (V115), elaborada por Gessica F. Carmo e Rogério de Souza Farias.

⁷³ Nesses casos, a informação não estava disponível nos anuários do MRE e não encontramos na internet.

Tabela 1 – Média geral de anos de carreira dos diplomatas desligados

Média geral de anos de carreira dos diplomatas desligados	
Geral	32,718
Desligados	26,000

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados da Diplomacia Brasileira 2017.12.22 (V115), elaborada por Gessica F. Carmo e Rogério de Souza Farias.

Ao analisarmos o grupo de diplomatas que entraram no Itamaraty entre 1930 e 1986, observamos que a média de anos de carreira é de 32 anos. Isso significa que essas pessoas passaram, em média, metade de suas vidas a serviço das funções diplomáticas. A tabela 1, acima, nos mostra a média geral de de carreira dos diplomatas desligados comparada a essa média geral, em que consideramos os servidores que tomaram posse entre as décadas de 1930 e 1980. A média geral dos servidores desligados entre 1964 e 1969 foi de 26 anos.

Ao observamos o gráfico 3 abaixo, vemos os anos de carreira de cada diplomata desligados após os resultados das comissões de investigação. Com exceção de Ricardo Joppert, que foi reintegrado ao corpo diplomático brasileiro com a redemocratização, a média geral é de vinte e seis anos (26) de carreira. Isso nos mostra que muitos dos diplomatas cassados tinham relativamente muitos anos de casa, indicando, portanto, que possivelmente essas pessoas eram vistas com maus olhos por setores do Itamaraty há algum tempo.

Gráfico 3 – Anos de carreira dos diplomatas afastados pela CIS64 e CIS69



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados da Diplomacia Brasileira 2017.12.22 (V115), elaborada por Gessica F. Carmo e Rogério de Souza Farias.

Tabela 2 – Média geral de idade na posse dos diplomatas desligados

Média geral de idade na posse	
Geral	27,2488
Desligados	26,9000

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados da Diplomacia Brasileira 2017.12.22 (V115), elaborada por Gessica F. Carmo e Rogério de Souza Farias.

Ao compararmos novamente o grupo de diplomatas desligados com os diplomatas que ascenderam no Itamaraty entre 1930 e 1986, vemos que os diplomatas desligados durante o regime militar entraram iniciaram suas atividades como diplomatas de carreira antes que

seus pares.

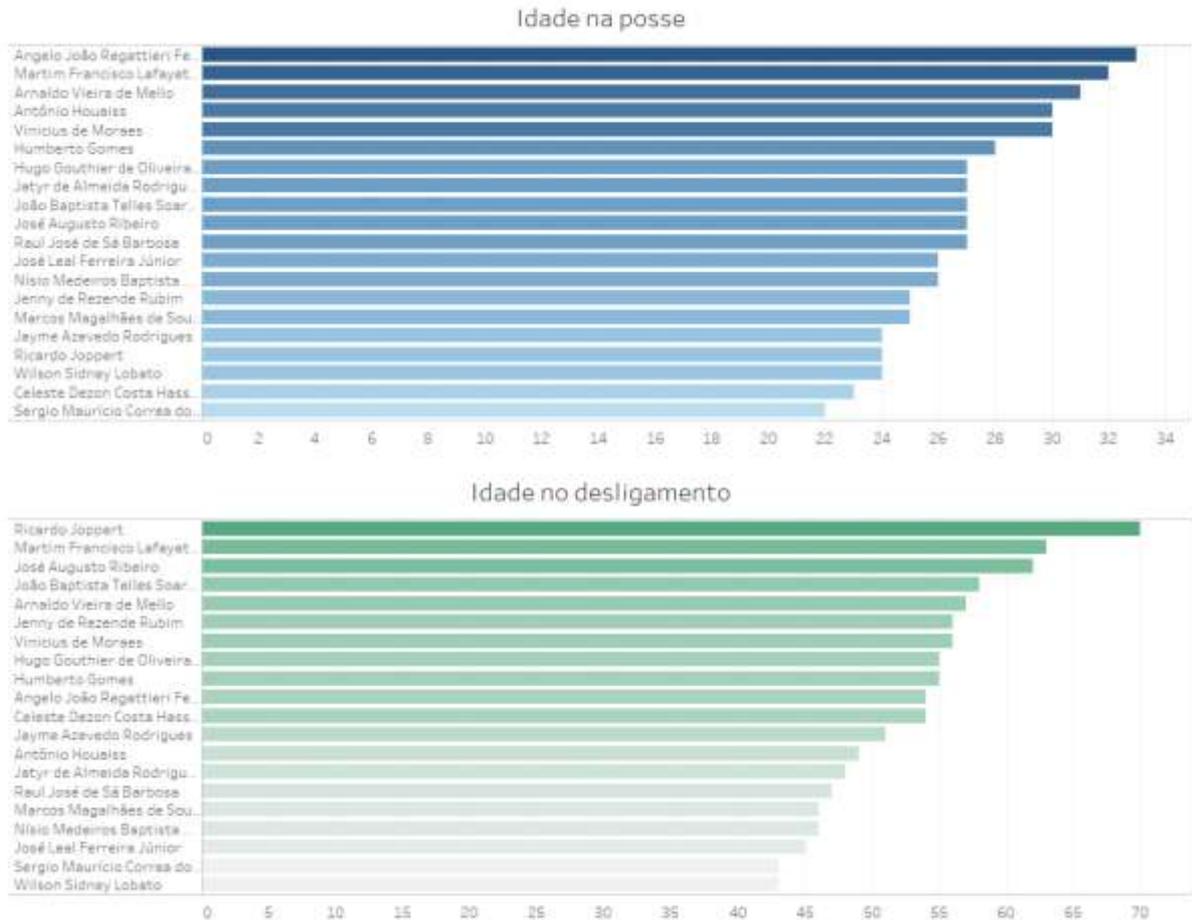
Tabela 3 – Média geral de idade no desligamento dos diplomatas desligados

Média geral de idade no desligamento	
Geral	60,553
Desligados	52,900

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados da Diplomacia Brasileira 2017.12.22 (V115), elaborada por Gessica F. Carmo e Rogério de Souza Farias.

Ao projetarmos a idade dos diplomatas cassados no desligamento, observamos que a média de idade foi de 52 anos. Entre o grupo geral, ou seja, aqueles diplomatas que não foram investigados durante o regime militar, a idade média no desligamento era de 60 anos. Considerando as médias de idade na posse e no desligamento, comparadas ao grupo geral, vemos que os diplomatas investigados ingressaram mais jovens na carreira diplomática, e permaneceram em média oito (8) a menos que os demais no órgão. Caso não tivessem sido cassados e desligados, esses servidores poderiam ter contribuído consideravelmente mais anos no MRE.

Gráfico 4 – Comparação entre idade na posse e no desligamento dos diplomatas desligados



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados da Diplomacia Brasileira 2017.12.22 (V115), elaborada por Gessica F. Carmo e Rogério de Souza Farias.

O gráfico 4, acima, em complemento às tabelas anteriores, nos fornecem informações mais precisas das idades de cada servidor tanto na posse, quanto no desligamento. Até 1930, não havia uma especificação quanto a idade mínima e máxima para ingresso no Itamaraty. A partir desse ano, começou-se a indicar essas idades nos editais do concurso. A mínima foi, em média, 20 anos. Como podemos ver no gráfico acima, quanto a idade na posse dos servidores, a maioria ingressou no órgão seguindo a tendência de duas décadas de vida. Após 1999 os editais passaram a não mais indicar limites mínimos e máximos de idade para ingresso na carreira diplomática.

A limitação de idade poderia ser considerada, na época, como impasse para ingresso no MRE, para além das questões de qualificação exigidas no concurso. Em outras palavras, ao estipular uma faixa etária, o Itamaraty dificultava ainda mais o acesso de possíveis interessados na carreira. Quanto à idade máxima para desligamento, atualmente a

idade máxima é de 75 anos para servidores públicos.

No que se refere à hierarquia dentro do Itamaraty, há seis estágios da progressão funcional:

Organograma 1 – Classes da carreira diplomática

Ministro de Primeira Classe



Ministro de Segunda Classe



Conselheiro



Primeiro Secretário



Segundo-Secretário



Terceiro-Secretário

A posição de Conselheiro só começou a fazer parte da progressão funcional a partir da década de 1970. Atualmente, ao ingressar no órgão, o recém-empossado já é Terceiro-Secretário, primeira classe funcional. A primeira promoção para Segundo-Secretário, é automática. Isso significa que ela acontece conforme o número de vagas existentes, ou seja, conforme as vagas decorrentes das promoções nas demais classes. As demais são por merecimento.

Para se chegar ao último estágio da carreira diplomática, ou seja, ao posto comumente chamado de “Embaixador”, são necessários em média vinte anos de serviços diplomáticos. No gráfico 5 abaixo, destacamos a relação de diplomatas desligados que chegaram ao último estágio da carreira. De todos os investigados, apenas dois chegaram a

Ministros de Primeira Classe: Hugo Gouthier e Martim Francisco. O primeiro entrou no Itamaraty em 15 de outubro de 1936 e foi promovido a Ministro de Primeira Classe em 1956, portanto, antes de sua cassação. Martim Francisco, por sua vez, ingressou no órgão em 1938 e alcançou o nível máximo da carreira em 1959, portanto, assim como Hugo Gouthier, antes da cassação.

Tabela 4 – Anos para progressão funcional dos investigados pelo Regime Militar

Anos para progressão funcional dos investigados pelo Regime Militar

	Anosparasegundosecre..	Anosparaprimeirosecre..	Anosparaconselheiro	Anosparaministrodese..	Anosparaministrodepri..
Aguinaldo Boulitreau Fra..	2,00	9,00	15,00	15,00	21,00
Aluysio Guedes Regis Bitt..	6,00	12,00	16,00	20,00	24,00
Álvaro Gurgel de Alencar ..	4,00	11,00	13,00	16,00	24,00
Ámaury Banhos Porto de ..	7,00	11,00	18,00	34,00	41,00
Angelo João Regattieri Fe..	5,00	15,00			
Antônio Houaiss	6,00	13,00		18,00	
Arnaldo Vieira de Mello	6,00	13,00	20,00	25,00	
Ary Machado Pavão	5,00	10,00		18,00	
Carlos Alfredo Bernardes	6,00	12,00	17,00	17,00	22,00
Carlos Átila Álvares da Sil..	5,00	11,00	16,00	20,00	24,00
Carlos Calero Rodriguez	6,00	10,00	16,00	16,00	25,00
Carlos José Prazeres Cam..	5,00	12,00	14,00	18,00	33,00
Celeste Dezon Costa Hass..	2,00	16,00	22,00		
Celso de Almeida Miguel R..	3,00				
Celso Diniz	6,00	10,00	15,00	22,00	26,00
Celso Ortega Terra	3,00				
Celso Raul Garcia	4,00	11,00	15,00	15,00	
Dário Moreira de Castro A..	3,00	10,00	16,00	17,00	24,00
Eberaldo Abílio Telles Ma..	5,00	13,00	19,00	19,00	
Evaldo José Cabral de Mel..	4,00	11,00	13,00	17,00	32,00
Fernando Silva Alves	5,00	11,00	16,00	20,00	35,00
Flávio Moreira Sapha	5,00	12,00	17,00	21,00	36,00
Francisco d'Alamo Lousada	0,00	8,00	12,00	13,00	19,00
Francisco de Lima e Silva	5,00	12,00	18,00	25,00	34,00
Gil Guilherme Mendes de ..	4,00	11,00	19,00	21,00	
Gilberto Francisco Renato..	2,00	5,00			
Guy Marie de Castro Bran..	7,00	13,00	19,00	21,00	25,00
Heitor Soares de Moura Fi..	2,00	16,00			
Helcio Tavares Pires	6,00	12,00	18,00	24,00	
Hélio da Fonseca e Silva Bi..	5,00	13,00	25,00		
Hélio de Burgos Cabal	5,00	10,00	13,00	14,00	20,00
Henrique Augusto de Ara..	9,00	11,00	16,00	20,00	
Henrique Rodrigues Valle	6,00	11,00		16,00	22,00
Hugo Gouthier de Oliveira..	0,00	8,00	13,00	14,00	20,00
Humberto Gomes	8,00	16,00	24,00		
Hygas Chagas Pereira	3,00	12,00	20,00	21,00	33,00
Ítalo Miguel Alexandre M..	8,00	24,00	32,00	42,00	46,00
Jatyr de Almeida Rodrigu..	7,00	17,00			
Jayme Azevedo Rodrigues	5,00	8,00	14,00	17,00	
Jayme de Barros Gomes	4,00	7,00	13,00	14,00	20,00
Jayme de Souza Gomes	4,00	11,00	15,00	16,00	25,00
Jayro Coelho	4,00	11,00	16,00	25,00	34,00
Jenny de Rezende Rubim	5,00	14,00		24,00	
João Baptista Telles Soar..	4,00	13,00	23,00		
João Cabral de Melo Neto	6,00	15,00	18,00	21,00	31,00
João Gracie Lampreia	3,00	11,00	19,00	21,00	30,00
Jorio Dauster Magalhães ..	10,00	26,00	34,00	42,00	52,00
José Augusto Ribeiro	3,00	12,00		25,00	
José Bonifácio Lourenço d..	0,00	4,00	17,00		
José Constancio Austrege..	2,00	10,00	14,00		
José Guilherme Alves Mer..	4,00	10,00	16,00	19,00	23,00
José Leal Ferreira Júnior	7,00				
José Sette Câmara Filho	6,00	8,00		11,00	15,00

Lael Simões Barbosa Soar..	7,00	13,00	23,00	27,00	34,00
Lauro Escorel Rodrigues d..	7,00	11,00		18,00	25,00
Lucillo Haddock Lobo	4,00	13,00		17,00	28,00
Luiz Cesar Vinhaes da Cos..	4,00	12,00	17,00	21,00	
Luiz Horácio de Oliveira La..	6,00	11,00	18,00		
Manoel Pio Corrêa Junior	5,00	11,00	14,00	15,00	22,00
Marcello José Moretzsoh..	4,00	12,00	20,00		
Márcio de Alencar Ramalho	4,00				
Marcio Rego Monteiro	10,00	14,00			
Marcos Magalhães de Sou..	2,00				
Marina do Rego Freitas To..	6,00	11,00	18,00	31,00	
Mario Augusto Santos	3,00	9,00	14,00	20,00	34,00
Martim Francisco Lafayet..	5,00	7,00	12,00	15,00	21,00
Mellilo Moreira de Mello	5,00	13,00	18,00	21,00	41,00
Miguel Álvaro Ozório de A..	3,00	11,00		18,00	27,00
Mozart Janot Júnior	12,00	13,00			
Murillo de Miranda Basto	6,00	13,00	24,00	24,00	
Nelson Alves da Fonseca	7,00	16,00	19,00		
Nestor Luiz Fernandes Ba..	6,00	13,00		18,00	
Nísio Medeiros Baptista ..	1,00	14,00			
Octávio Augusto Dias Car..	5,00	13,00		16,00	21,00
Ovidio de Andrade Melo	1,00	6,00	17,00	17,00	40,00
Paulo Augusto Cotrim Rod..	8,00	16,00	22,00	25,00	31,00
Paulo Henrique Paranaguá	5,00	11,00	17,00	19,00	34,00
Paulo Nogueira Batista	4,00	9,00	15,00	16,00	26,00
Paulo Rio Branco Nabuco ..	5,00	13,00	23,00	26,00	
Pedro Emílio Penner da Cu..	7,00	12,00	19,00	23,00	34,00
Raul Bopp	1,00	11,00	15,00	17,00	24,00
Raul José de Sá Barbosa	6,00	16,00			
Regis Novaes de Oliveira	5,00	11,00	18,00	23,00	
Rene Haguenaauer	3,00	13,00	15,00	23,00	
Ricardo Joppert	3,00	18,00	21,00		
Rodolpho Kaiser Machado	7,00	16,00	20,00	27,00	
Rubem Amaral Júnior	2,00	9,00	14,00	26,00	34,00
Rubens Ricupero	3,00	9,00	12,00	17,00	21,00
Samuel Pinheiro Guimarães..	4,00	12,00	15,00	23,00	31,00
Sergio Augusto Ferreira V..	4,00	14,00	20,00		
Sérgio Luiz Portella de Ag..	7,00	10,00	17,00	18,00	
Sérgio Maurício Correa do..	5,00	13,00	19,00		
Sérgio Paulo Rouanet	4,00	9,00	16,00	19,00	27,00
Vasco Mariz	7,00	16,00	17,00	22,00	30,00
Vicente Paulo Gatti	6,00	14,00		20,00	
Vinicius de Moraes	7,00	16,00			
Wilson Sidney Lobato	7,00	17,00			

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados da Diplomacia Brasileira 2017.12.22 (V115), elaborada por Gessica F. Carmo e Rogério de Souza Farias.

Como vimos acima, assim que o servidor passava no vestibular e após cursar o IRBr, ele tomava posse, sendo então, Terceiro-Secretário, ou seja, essa é sua primeira classe funcional. A tabela 4 acima, nos mostra quantos anos cada servidor alvo das investigações das comissões de investigação do Itamaraty, levaram para serem promovidos. Na tabela 5 abaixo, vemos quantos anos os servidores que não foram investigados levaram para serem promovidos. Consideramos aqui apenas os servidores que entraram no MRE entre os anos 1964 e 1969.

No final deste trabalho, apresentamos os anos de promoção de cada servidor. É

importante destacar, desde já, que pode ser que não haja ano de promoção em alguma classe. Isso pode ter acontecido por dois motivos: não encontramos informações referentes nos anuários e DOU ou não havia a classe de conselheiro no ano do servidor.

Tabela 5 – Anos para progressão funcional dos não investigados pelo Regime Militar

Anos para progressão na carreira dos não investigados (posse 1964 a 1969)

	Anos para segundo secret.	Anos para primeiro secret.	Anos para conselheiro	Anos para ministro de seg.	Anos para ministro de pri.
Abelardo da Costa Arante...	4,00	10,00	13,00	22,00	
Adhemar Gabriel Bahadian	3,00	9,00	12,00	19,00	27,00
Adolf Libert Westphalen	2,00	7,00	12,00	16,00	30,00
Affonso Emilio de Alencas...	4,00	10,00	13,00	19,00	29,00
Aida Rodrigues Gomes	3,00	11,00	18,00		
Alfredo Grieco	4,00				
Antonio Augusto Dayrell ..	2,00	8,00	12,00	19,00	28,00
Antonio Carlos Austregési...	4,00	10,00			
Antonio Carlos Coelho da ..	3,00	9,00	12,00	15,00	30,00
Antonio Carlos Lima de No...	3,00				
Antônio Guedes Barbosa					
Armando Sergio Frazão	2,00	9,00	12,00	18,00	29,00
Arnaldo Abilio Godoy Barr...	4,00	10,00	14,00	19,00	
Augusto Cesar de Vasconc...	2,00	11,00	16,00		
Bernardo Pericás Neto	6,00	18,00	16,00	30,00	40,00
Brian Michael Fraser Neele	3,00	9,00	14,00	19,00	32,00
Carlos Alberto Pessôa Par...	2,00	8,00	13,00	20,00	28,00
Carlos Alfredo Pinto da Sil...	2,00	8,00	12,00	20,00	32,00
Carlos Augusto Rego Sant...	2,00	8,00	12,00	17,00	21,00
Carlos Eduardo Paes de C...	2,00	7,00	11,00		
Carlos Moreira Garcia	3,00	9,00	14,00	18,00	25,00
Cecília de Biase Bidart	2,00	18,00	30,00		
Celina Maria Assumpção d...	5,00	9,00	13,00	21,00	29,00
Celso Luiz Nunes Amorim	1,00	7,00	11,00	14,00	23,00
Celso Marcos Vieira de So...	4,00	9,00	12,00	16,00	26,00
Christiano Whitaker	3,00	9,00	13,00	22,00	
Cláudio César de Avellar	2,00	8,00	13,00	25,00	
Claudio Maria Henrique d...	2,00	8,00	13,00	20,00	34,00
Cláudio Sotero Caio	3,00	9,00	13,00	16,00	31,00
Clemente Rodrigues Mour...	4,00	10,00	14,00	22,00	
Clodoaldo Huguenev Filho	3,00	7,00	12,00	16,00	24,00
Clovis Corrêa Palmeiro da ...	3,00	9,00	16,00		
Dinah Flusser	2,00	8,00	15,00	25,00	
Edgard Telles Ribeiro	4,00	9,00	14,00	21,00	35,00
Ednildo Gomes de Soares	3,00				
Eduardo da Costa Farias	4,00	12,00	21,00	26,00	
Eduardo Hermann	3,00	9,00	14,00	23,00	31,00
Eduardo Monteiro de Barr...	6,00	11,00	15,00	28,00	
Eurico de Freitas	2,00	11,00	15,00	26,00	33,00
Fausto Orlando Campello ...	8,00	22,00	38,00	60,00	64,00
Fernando Cacciatore de G...	5,00	13,00	20,00	36,00	
Fernando José de Carvalh...	4,00	8,00	12,00		
Fernando José de Moura F...	6,00	10,00	13,00	17,00	
Flávio Eduardo Macedo So...	3,00				
Flávio Miragaia Perri	3,00	8,00	11,00	14,00	24,00
Francisco de Paula de Alm...	4,00	10,00	12,00	15,00	24,00
Francisco Soares Alvim N...	2,00	12,00	15,00	26,00	33,00
Frederico Cezar de Araujo	4,00	10,00	14,00	21,00	28,00
Gastão Felipe Coimbra Ba...	4,00	9,00	13,00	21,00	
Gilberto Vergne Saboia	2,00	9,00	12,00	18,00	25,00
Gilda dos Santos Jacintho ...	20,00				
Gilda Maria Ramos Guima...	4,00	16,00	26,00	38,00	58,00
Guilherme Parreiras-Horta	3,00	12,00	18,00	32,00	
Guilherme Raymundo Bar...	3,00	10,00	15,00	23,00	
Ivan Oliveira Cannabrava	2,00	8,00	12,00	17,00	25,00
Jacques Claude François ..	3,00	10,00			38,00

José Marcus Vinicius de S...	6,00	20,00	26,00	34,00	54,00
José Mauricio de Figueire...	3,00	9,00	12,00	16,00	28,00
José Nogueira Filho	2,00	9,00	11,00	14,00	22,00
Jose Renato Monteiro Vie...	2,00				
José Viegas Filho	3,00	9,00	13,00	16,00	26,00
Júlio Cesar Gomes dos Sa...	4,00	10,00	15,00	19,00	25,00
Lauro Barbosa da Silva M...	2,00	8,00	13,00	25,00	33,00
Luiz Augusto de Castro Ne...	4,00	10,00	13,00	19,00	27,00
Luiz Augusto Saint-Brisso...	3,00	8,00	11,00	14,00	20,00
Luiz Carlos de Oliveira Fel...	4,00	11,00	17,00		
Luiz Felipe de Seixas Corr...	2,00	8,00	12,00	16,00	20,00
Luiz Fernando Gouvêa de ...	4,00	11,00	18,00	25,00	41,00
Luiz Henrique Pereira da F...	6,00	18,00	26,00	47,00	52,00
Mair Ione Vilhena de Vasc...	3,00	10,00	14,00		
Mara Weston	3,00	12,00	17,00		
Marcelo Didier	4,00	18,00	44,00	36,00	66,00
Marcus Camacho de Vince...	4,00	10,00	14,00	23,00	27,00
Mario da Graça Roiter		19,00	20,00	-1,00	
Mario Grieco	3,00	10,00	13,00	26,00	37,00
Maurício Eduardo Cortes ...	4,00	9,00	13,00	21,00	29,00
Miguel Darcy de Oliveira	2,00	19,00	25,00	31,00	
Milton Torres da Silva	3,00	11,00	29,00	30,00	
Ney do Prado Dieguez	4,00	10,00	14,00	28,00	
Orlando Galvêas Oliveira	3,00	11,00	14,00	25,00	
Osmar Vladimir Chohfi	3,00	9,00	12,00	17,00	24,00
Oto Agripino Maia	3,00	9,00	12,00	17,00	24,00
Paulo Afonso Souza dos S...	4,00				
Paulo Dias Pereira	6,00	26,00	30,00	48,00	
Paulo Dionisio de Vascon...	1,00				
Paulo Fernando Telles Rib...	2,00	9,00	12,00	24,00	
Paulo Roberto Barthel-Ro...	2,00	9,00	13,00	17,00	32,00
Raphael Valentino Sobrin...	3,00	9,00	15,00	19,00	
Reginaldo Andrade de Bri...	3,00	6,00	13,00		
Renato Prado Guimarães	2,00	9,00	12,00	15,00	22,00
Renato Xavier	4,00	11,00	20,00	26,00	
Roberto de Abreu Cruz	4,00	10,00	14,00	21,00	29,00
Roberto Gasparly Torres	2,00	9,00	13,00	20,00	
Roberto Soares-de-Oliveira	2,00	11,00	17,00	25,00	32,00
Rodrigo Menezes Amado	3,00				
Ronaldo Mota Sardenberg	2,00	9,00	11,00	14,00	19,00
Ruy Alejandro Távora	2,00	11,00	19,00		
Ruy Antonio Neves Pinhei...	2,00	9,00	13,00	19,00	
Ruy Nunes Pinto Nogueira	2,00	14,00	16,00	20,00	25,00
Sergio Barbosa Serra	2,00	8,00	13,00	18,00	29,00
Sérgio Barcellos Telles	3,00	10,00	14,00	21,00	28,00
Sérgio Caldas Mercador A...	3,00	11,00	18,00		
Sérgio de Souza Fontes Ar...	2,00	8,00	13,00	21,00	43,00
Sérgio Luís de Souza Tapa...	3,00	11,00	19,00	34,00	
Sergio Luiz Gomes	3,00	11,00	17,00		
Sérgio Luiz Pereira Bezerr...	4,00	10,00	14,00	24,00	
Sérgio Simas Carriço	4,00	9,00	18,00		
Sérgio Tutikian	4,00	10,00	13,00	20,00	29,00
Sonia Maria de Castro	4,00	11,00	19,00		
Stelio Marcos Amarante	1,00	8,00	12,00	20,00	30,00
Synesio Sampaio Goes Fil...	4,00	8,00	11,00	15,00	23,00
Vera Lúcia Barrouin Criva...	4,00		15,00	22,00	30,00
Vera Pedrosa Martins de ...	4,00	9,00	13,00	19,00	25,00
Victor Manzolillo de Mora...	4,00	11,00	20,00		
Volker Pölsler	3,00				
Wamberto Hudson Ferreira	3,00	11,00	20,00		
Wilma Vilela Guerra	7,00	10,00	16,00		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados da Diplomacia Brasileira 2017.12.22 (V115), elaborada por Gessica F. Carmo e Rogério de Souza Farias.

Considerando as tabelas 4 e 5, podemos observar, portanto, se a carreira dos

servidores que foram investigados foi afetada do ponto de vista da progressão funcional. Ao compararmos, por exemplo, os anos para promoção a Ministro de Primeira Classe, observamos que a média de idade dos não investigados foi de 28,2 anos, ao passo que dos diplomatas investigados foi de 27,47 anos. Se consideramos os servidores que entraram de 1930 a 1969 no órgão, a média de anos para Ministros de Primeira Classe foi de 27,18 anos. Devemos levar em consideração, também, que vários não chegaram ao último estágio da carreira, portanto, elevando a média.

Sendo assim, de modo geral e apesar dos contratempus em suas carreiras, essas não foram afetadas diretamente no que concerne à promoção. Ressaltamos, todavia, que essa não é uma regra geral, mas sim, uma média, o que não significa que a carreira de servidores específicos tenha sido estagnada ou que esses funcionários tenham ficado na geladeira ou enviados para postos sem muita importância, no que concerne às remoções. Alguns servidores, por exemplo, demoraram 40 ou mais anos para chegarem ao último nível da carreira, por motivos variados a depender do caso.

Gráfico 5 – Relação de desligados que chegaram a Ministros de Primeira Classe

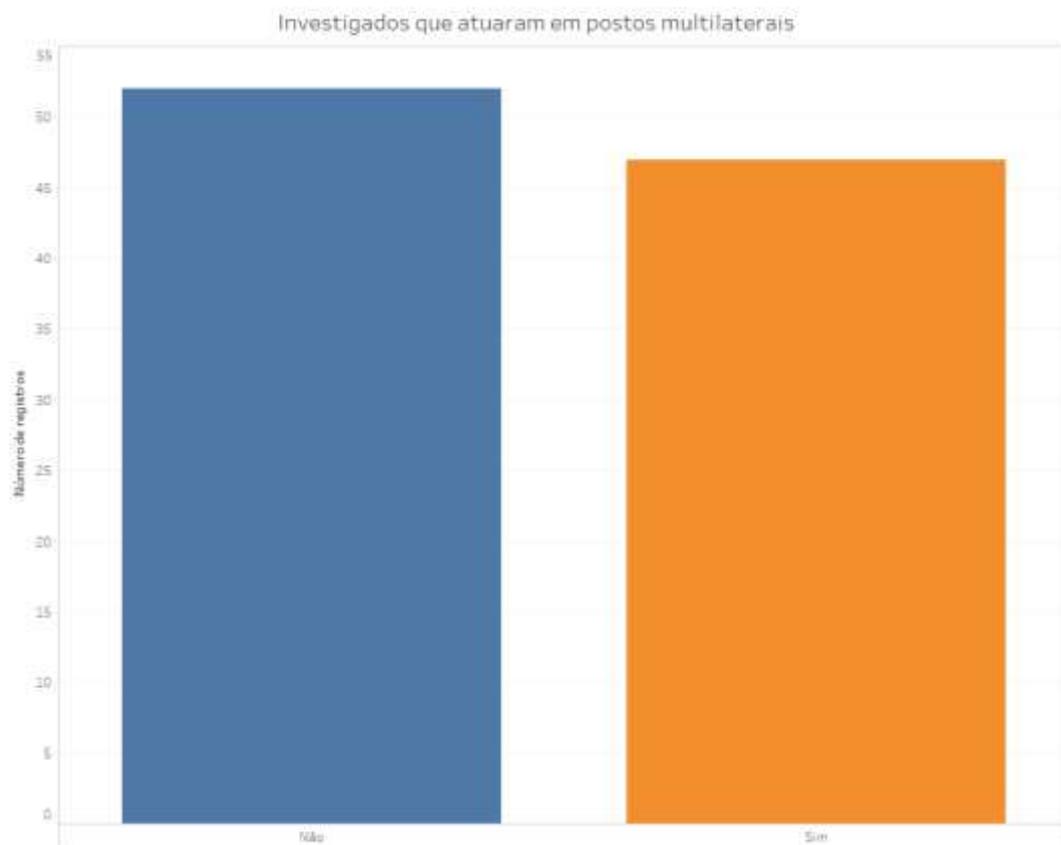


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados da Diplomacia Brasileira 2017.12.22 (V115), elaborada por Gessica F. Carmo e Rogério de Souza Farias.

Além das diversas promoções e lotações pelas quais passam os diplomatas ao longo de suas carreiras, a participação em postos multilaterais, compreendidos aqui como as missões em organizações internacionais, como FAO, ONU, OMC entre outros, também é muito importante. Fazer parte das missões multilaterais é importante tanto do ponto de vista profissional, que lhes garante maior proximidade com temas e personalidades de grande importância internacional, quanto pessoal, no que se refere ao desenvolvimento de habilidades e competências. Além disso, ser nomeado para um posto de grande relevância indica ainda importância e relevo na carreira, o que pode garantir promoções mais rápidas.

São vários os postos multilaterais, mas não necessariamente todos os diplomatas passam por eles. Ao nos questionarmos quantos, entre os diplomatas investigados, fizeram parte de postos multilaterais, observamos, no gráfico 6 abaixo, que 51 não atuaram em nenhum posto multilateral ao mesmo tempo, 46 participaram. Isso indica que quase metade dos diplomatas vítimas de perseguição atuaram em postos de grande importância internacional.

Gráfico 6 – Número de investigados que atuaram em postos multilaterais



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados da Diplomacia Brasileira 2017.12.22 (V115), elaborada por Gessica F. Carmo e Rogério de Souza Farias.

3.3.2 Os diplomatas e a Escola Superior de Guerra

As Forças Armadas do Brasil, tradicionalmente acreditam serem responsáveis pela segurança nacional, ou seja, os garantidores da ordem interna. A criação da Escola Superior de Guerra, em 1948, veio a reforçar essa visão. O comunismo era considerado o maior inimigo das FA e seu avanço deveria ser contido. A criação da ESG naquele período, ou seja, recém-saído da Segunda Guerra Mundial e meio a Guerra Fria, veio no sentido de conter o comunismo, sob justificativa de garantir a segurança nacional.

A ESG não era uma escola no sentido habitual. Era um centro de estudos e pesquisas sobre assuntos nacionais, internacionais e militares. Seus alunos, chamados “estagiários”⁷⁴, eram membros das Forças Armadas e da sociedade civil, desde que fossem importantes. Esses últimos, se não fizessem parte da administração pública, seriam convidados pelo comandante da escola, ou seja, pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) (FARIAS, 1949).

Aos estagiários caberia o estudo e discussão dos temas propostos pelos tutores, que seriam os conferencistas e, por fim, proposição de soluções para as questões discutidas, por exemplo, para garantir a segurança do Brasil. Tema esse bastante discutido no âmbito da ESG, sendo, inclusive, base dos princípios norteadores da Escola⁷⁵. De modo geral, a ESG foi pensada basicamente para ser um instituto voltado para o planejamento e controle da segurança nacional.

A ESG foi pensada nos moldes *National War College*, dos EUA, de quem herdou a ideologia anticomunista. O general Oswaldo Cordeiro de Farias foi um dos responsáveis por desenvolver e organizar a Escola. Em conferência na Escola de Estado-Maior do Exército, em 1949, o general abordou as razões que levaram o governo a pensar na organização da Escola Superior de Guerra. O texto, na íntegra, foi publicado pela revista da ESG e está disponível no site da Escola⁷⁶. Este discurso nos ajuda a compreender não somente as motivações para

⁷⁴Os estagiários seriam oficiais “de comprovada experiência e aptidão, pertencentes às FA (postos correspondentes a General-de-Brigada, Coronel e excepcionalmente Tenente-Coronel; cursos correspondentes aos de Estado-Maior ou Técnico) e Civis de notável competência e de atuação destacada na formulação ou execução da política nacional, principalmente no exterior (FARIAS, 1949, p. 144).

⁷⁵Sobre os princípios da ESG, ler: SARDENBERG, I. Princípios fundamentais da Escola Superior de Guerra. 1949. In: Revista da Escola Superior de Guerra. V. 1, N. 1 (dez. 1983). Rio de Janeiro: ESG, Divisão de Documentação, 1983. Disponível em: <http://www.esg.br/images/Revista_e_Cadernos/Revistas/revista_08.pdf> Acesso em 10 jan. 2018.

⁷⁶FARIAS, W. C. Razões que levaram o governo a pensar na organização da Escola Superior de Guerra. 1949. Disponível em: <http://www.esg.br/images/Revista_e_Cadernos/Revistas/revista_20.pdf> Acesso em: 10 jan. 2018.

criação da ESG, mas também da Doutrina de Segurança Nacional. Apesar da influência direta estadunidense na criação da Escola, a DSN foi moldada levando-se em consideração o contexto internacional, marcado pela Guerra Fria e a compreensão dos militares brasileiros quanto a isso (FAGUNDES, 2014).

O general Golbery do Couto e Silva foi um dos principais expoentes da ESG e da DSN. A DSN, mesmo tendo sido desenvolvida antes do golpe, portanto, não foi novidade do governo Castelo Branco, veio a calhar também para justificar a tomada do poder, ou seja, para legitimar a ação militar, como defensores da segurança nacional, que conteriam o comunismo. Golbery, antes mesmo do golpe, já era influente também no meio empresarial, o que ajudou na divulgação da Doutrina. Durante a gestão de Castelo Branco, Golbery chefiou o Sistema Nacional de Informações⁷⁷, órgão de inteligência do governo, proposto por ele próprio, que tinha por objetivo supervisionar e coordenar as atividades de informações no Brasil e no exterior (idem).

Durante a gestão Castelo Branco, era evidente a influência da ESG, basicamente da DSN. Vários membros de sua equipe governamental haviam passado pela Escola, inclusive ele próprio e o seu primeiro chanceler, Vasco Leitão. Logo, era indiscutível que a ideologia por trás de suas formações marcassem o governo, contribuindo, assim, não somente para o direcionamento da política exterior do primeiro governo militar como também para a organização interna do país naquele momento. Vários diplomatas também foram estagiários da ESG e isso pode ter influenciado suas formas de pensar e agir. A influência da ideologia da ESG, basicamente anticomunista, no novo direcionamento do Itamaraty era evidente, mas isso não significa que era consenso entre os vários servidores.

Podemos identificar claramente a influência da ESG na vida profissional dos diplomatas, por exemplo, em telegrama enviado pelo diplomata Sérgio Corrêa da Costa ao também diplomata Mario Gibson Barbosa. Na mensagem, Corrêa da Costa destacou, nesse caso no que se referia à imagem do país no exterior após o endurecimento do regime, a necessidade de utilizar o aprendizado adquirido na ESG. As palavras do diplomata foram as seguintes:

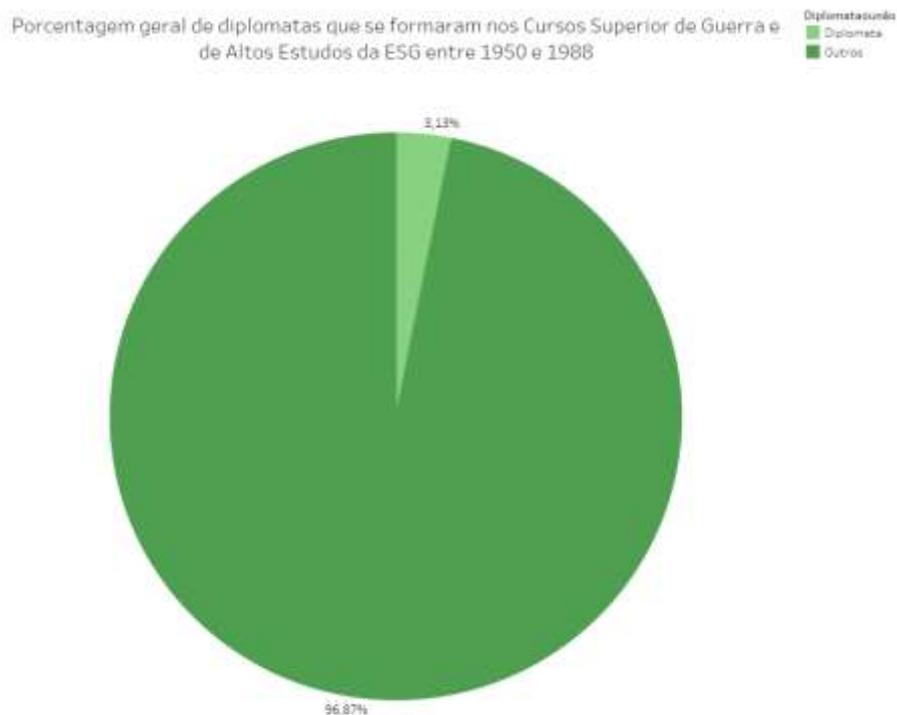
A batalha da imagem está, em boa parte, vitoriosa. Mas, como aprendemos na ESG, é preciso ocupar o terreno com a infantaria. É o que estamos procurando fazer, com uma rede apreciável de contatos pessoais na imprensa, na BBC, na televisão, nos

⁷⁷PRESIDÊNCIA da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4341.htm> Acesso em 04 jan. 2018.

centros culturais, no Parlamento⁷⁸.

Ao cruzar as listas dos formandos da ESG com nossa base de dados, verificamos os números exatos de diplomatas que fizeram os cursos da ESG. Entre 1950 e 1988, 3,13% dos estagiários formandos da Escola eram diplomatas. A porcentagem de “outros” é de 96,87%, (militares e membros da elite nacional). Isso não significa, entretanto, que a participação de diplomatas nos cursos da Escola é insignificante. A participação de servidores diplomáticos nesses cursos indica não somente um interesse e relevância da ESG no âmbito do Itamaraty, como também que esses servidores poderiam influenciar o direcionamento do Ministério. Não é por acaso que o presidente Castelo Branco, seu chanceler Vasco Leitão, entre vários outros, passaram pela ESG e se tornaram defensores e propagadores de suas ideias.

Gráfico 7 - Porcentagem geral de diplomatas que se formaram nos Cursos Superior de Guerra e de Altos Estudos da ESG entre 1950 e 1988



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados da Diplomacia Brasileira 2017.12.22 (V115) e das listagens de formandos da ESG, elaborada por Gessica F. Carmo e Rogério de Souza Farias.

Em números exatos, projetamos abaixo o número de diplomatas formandos nos

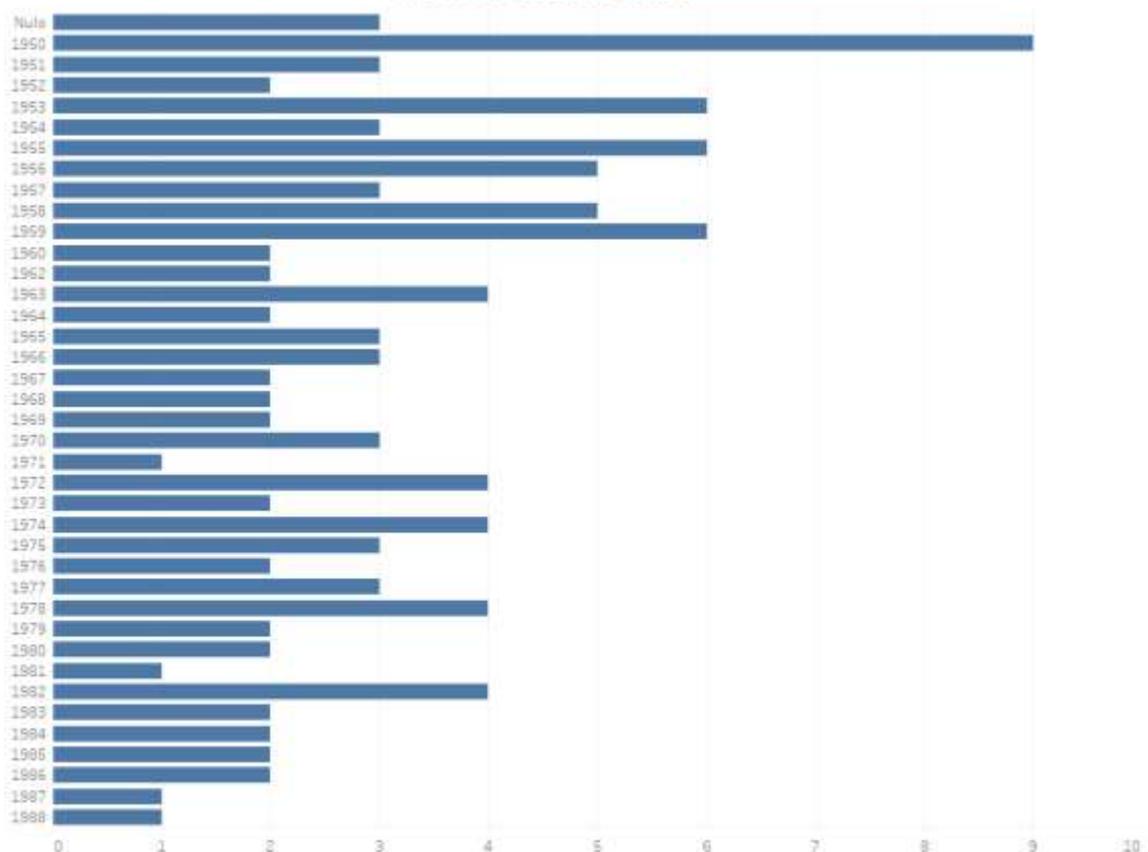
⁷⁸ Telegrama de Sérgio Corrêa da Costa para Mário Gibson Barbosa. Londres, em 25 de maio de 1972. CTs-Telegramas. Recebidas e Diversas. AHI-BSB.

curso da ESG entre 1950 e 1988. Como podemos ver, o maior número de diplomatas estagiários foi 1950, com nove (9) participantes. Talvez esse número tenha sido maior naquele ano por ter sido o ano inicial, propriamente dito, de atividades da Escola. Além disso, o general Oswaldo Cordeiro de Farias havia sustentado no documento que explicava as origens da ESG, citado anteriormente, que pretendiam estreitar laços com o Itamaraty, por compartilharem uma mesma luta.

Nos anos que analisamos neste trabalho, 1964 a 1969, o número de diplomatas estagiários na ESG foi baixo. Em 1964, 1967, 1968 e 1969 foram 2 em cada ano; enquanto em 1965 e 1966, 3 diplomatas se formaram na ESG.

Gráfico 8 – Quantidade de diplomatas formados no Curso Superior de Guerra e no Curso de Altos Estudos da ESG entre os anos 1950 e 1988

Quantidade de diplomatas formados no Curso Superior de Guerra e no Curso de Altos Estudos da ESG entre os anos 1950 e 1988



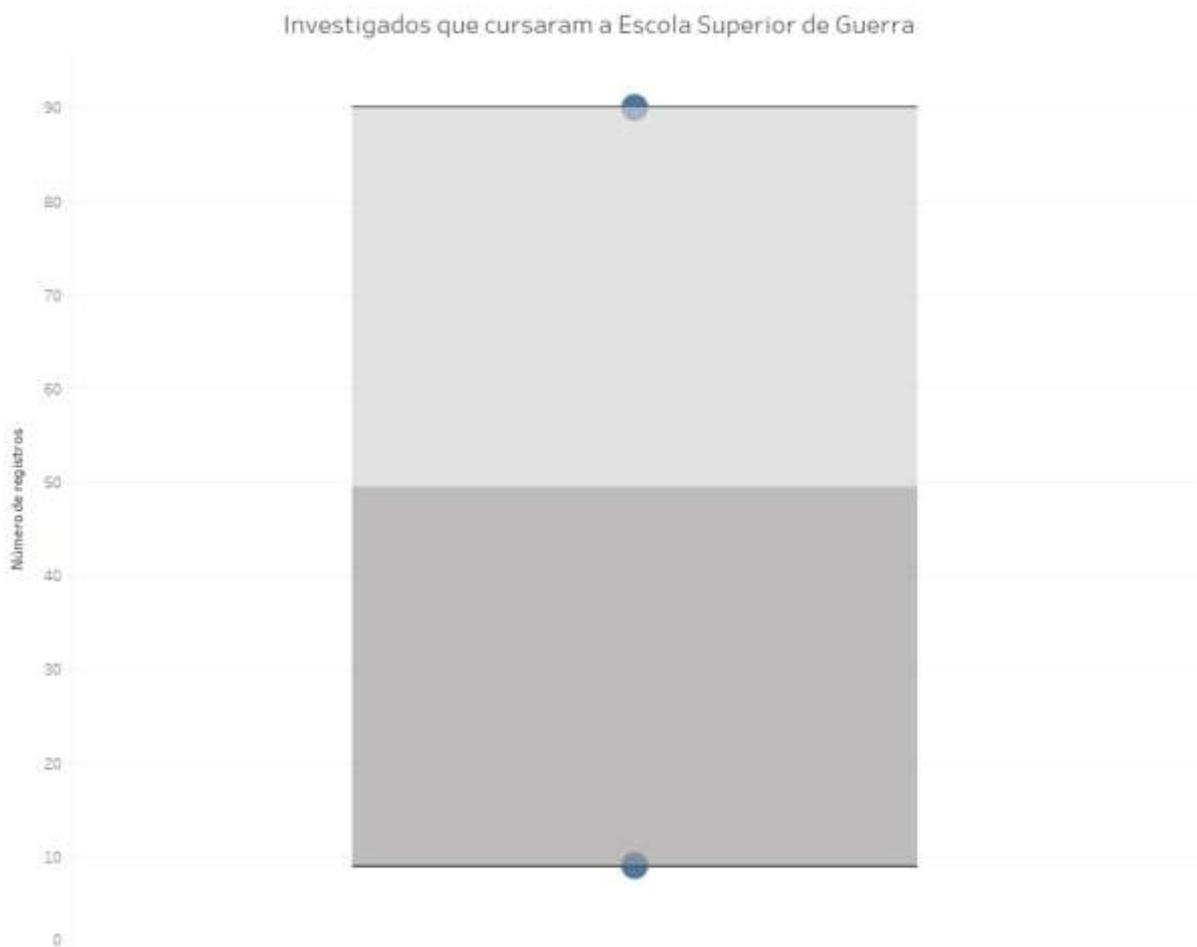
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados da Diplomacia Brasileira 2017.12.22 (V115) e das listagens de formandos da ESG, elaborada por Gessica F. Carmo e Rogério de Souza Farias.

As diferenças de convicções dentro do MRE podem ter contribuído, sem

generalizações, para que servidores se confrontassem ideologicamente. Como o grupo do poder era ligado à ESG, a devassa realizada no órgão ganhou força e vários servidores foram investigados suspeitos não apenas de subversão ideológica, mas também por serem homossexuais entre outros fatores considerados contrários aos costumes da Casa, ou seja, do MRE.

Dentro desses 3,13% de diplomatas que passaram pela ESG entre 1950 e 1988, alguns foram investigados pelas comissões de investigação instauradas no Itamaraty. O gráfico 9, abaixo, nos mostra que dos 97 investigados cadastrados na base de dados, nove (9) eram oriundos da ESG. Obviamente, o fato de serem esguianos não os isentava de serem investigados. Entre os membros das FA, por exemplo, Fagundes (2014) destaca que entre punições, perseguições, expurgos, aposentadorias compulsórias, entre outros, das 4.454 pessoas atingidas, 2.757 foram militares.

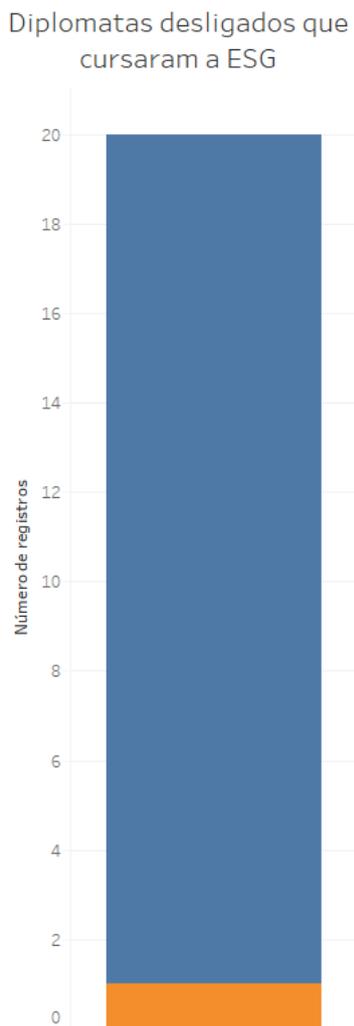
Gráfico 9 – Número de investigados que cursaram a Escola Superior de Guerra



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados da Diplomacia Brasileira 2017.12.22 (V115), elaborada por Gessica F. Carmo e Rogério de Souza Farias.

Entre esses ex-estagiários que foram investigados, apenas um foi desligado, conforme o gráfico 10 abaixo, o diplomata José Augusto Ribeiro, à época, Ministro de Segunda Classe. Como colocamos nas justificativas da CIS69, Ribeiro foi desligado supostamente por desinteresse pelo serviço público e crises psíquicas.

Gráfico 10 – Diplomatas desligados que cursaram a ESG



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados da Diplomacia Brasileira 2017.12.22 (V115), elaborada por Gessica F. Carmo e Rogério de Souza Farias.

4 PROCESSO DECISÓRIO E DE LEGITIMAÇÃO INTERNACIONAL DO NOVO REGIME NOS DOIS PRIMEIROS GOVERNOS MILITARES (1964-1969)

[...] Me dê um beijo meu amor
Eles estão nos esperando
Os automóveis ardem em chamas
Derrubar as prateleiras
As estátuas, as estantes
As vidraças, louças, livros, sim... [...]

É Proibido Proibir
Caetano Veloso (1968)

Quando falamos em política externa pensamos imediatamente naquela política implementada em âmbito internacional, ou seja, diferente das demais políticas, a política externa tem a especificidade de ser implementada no ambiente externo. Há uma grande discussão sobre a natureza da política externa⁷⁹, no entanto, nosso objetivo neste trabalho não é adentrar nessa problemática, mas sim, tentar identificar os influenciadores e decisores no processo de formulação dessa política.

Antes de prosseguirmos, é importante ressaltar que, como mencionado na introdução deste trabalho, sustentamos aqui que a política externa é uma política pública, portanto, formulada a nível nacional pelo Estado, levando em consideração as demandas e ações de outros atores nacionais. Contemplando, além disso, o cenário internacional e as oportunidades nele existentes.

O processo anterior à implementação dessa política no âmbito internacional, por sua vez, é extremamente importante e faz parte de uma discussão maior, da perspectiva da Análise de Política Externa, da qual também já falamos na introdução deste trabalho. O processo decisório, ou processo de tomada de decisão durante os dois primeiros governos militares é, dessa maneira, objeto deste capítulo, tal como o processo de legitimação internacional do novo regime.

Nos primeiros anos do regime militar brasileiro, especialmente durante o governo Castelo Branco, houve uma mudança de rumos da política externa do Brasil, como já mencionado no primeiro capítulo desta pesquisa. Nas seções que abordaram o golpe de 1964 e o Itamaraty, ressaltamos os impactos na organização diplomática e na PEB durante os

⁷⁹ Para saber sobre a discussão, ver, por exemplo, Figueira (2009) e Milani e Pinheiro (2013).

governos de Castelo Branco e Costa e Silva. Vimos que na administração Costa e Silva houve um retorno a alguns preceitos da PEI, ou seja, novamente havendo uma mudança/retorno na orientação da PEB. Foram diversos os fatores que influenciaram a mudança e/ou continuidade desses preceitos. Neste capítulo, nosso objetivo é tentar compreender o passo anterior à “chegada” nessas decisões, em outras palavras, buscaremos identificar os atores, o cenário e os influenciadores do processo de tomada de decisão durante esses dois governos.

No primeiro momento deste capítulo, faremos uma síntese da literatura que aborda a natureza da política externa, seguida de apontamentos sobre o processo de tomada de decisão. Na sequência, partiremos para uma análise geral do processo de formulação da decisão em política externa durante Castelo Branco e Costa e Silva. Dando continuidade, projetaremos a composição dos eventos de política exterior nos anos em questão, com objetivo de analisarmos a composição dessas comissões.

Veremos, com isso, se efetivamente naquele período a política externa era de responsabilidade apenas do Itamaraty e da Presidência da República. Será que esses atores realmente estiveram à frente e comandaram o processo de tomada de decisão em política externa nos principais eventos do período?

No segundo momento, analisaremos como se deu o processo de legitimação internacional do novo regime. Consideraremos, para isso, as medidas adotadas pelo ministério do exterior brasileiro naquele período. Com este intuito, analisamos diversos memorandos e documentos do MRE que compreendem o período analisado neste trabalho, 1964 a 1969.

4.1 Breves apontamentos sobre a natureza da Política Externa

A Política Externa (PE) é a área que representa os interesses e objetivos do Estado no plano internacional. Quando nos referimos aos “interesses e objetivos do Estado” consideramos também as demandas dos atores internos que, por sua vez, tem influência na condução dessa política que, em última instância, é definida e implementada pelo Estado.

Pinheiro (2004) considera que esta política é um conjunto de decisões e ações de um determinado ator (Estado ou outros) em relação a atores externos, formuladas a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica ou internacional. Dessa maneira, compreende-se que a PE está ligada a interesses e objetivos internos dos Estados que, para serem amplamente alcançados, necessitam de respaldo internacional.

Ao longo dos anos, diversos estudiosos dispenderam esforços em compreender as dinâmicas internacionais, precisamente as causas das guerras com intuito de evitar a repetição desses eventos e as consequências dos mesmos à humanidade. A Universidade Alberywyth, na Escócia, por exemplo, criou em 1917 o primeiro departamento de Relações Internacionais com esse objetivo. Alguns pesquisadores analisavam o mundo considerando como ele “deveria ser” e, em 1939, Edward Carr, diplomata britânico aposentado, publicou o livro “Vinte anos de crise”, em que basicamente questionava essa forma de analisar o mundo, contrastando-os com o que ele acreditava ser o mais correto, ou seja, o que o mundo “realmente era”. O primeiro grupo foi chamado de “idealista” ou “utópico”, já o segundo foi chamado de “realista” (MESSARI e NOGUEIRA, 2005).

Os idealistas acreditavam que era necessário estudar como mudar o mundo para torná-lo mais pacífico. Por sua vez, os realistas pretendiam estudar os meios à disposição dos Estados para que pudessem garantir sua sobrevivência (MESSARI e NOGUEIRA, 2005). Para a teoria realista clássica, no cenário internacional o Estado é considerado o ator único e unitário, ou seja, apenas ele é considerado na análise e, em suas decisões, desconsideram-se os debates internos, levando em conta apenas a posição do tomador último de decisão, que é o próprio Estado.

Este ator é visto como racional e egoísta haja vista que suas decisões são tomadas em benefício próprio com base na avaliação de custo/benefício, visando sua autopreservação e ampliação do poder. A agenda é marcada especialmente pela segurança, principal fator de preocupação a partir da constatação de que o cenário é anárquico, ou seja, não existe uma autoridade supraestatal e esta realidade gera conflitos. Por fim, a única possibilidade de estabilidade no cenário internacional é o equilíbrio de poder (MORGENTHAU, 2003).

Por sua vez, a teoria idealista considera atores múltiplos, embora o Estado ainda fosse considerado ator preponderante. Norman Angell (2002) enfatizou o papel da opinião pública e do desenvolvimento das comunicações no que concerne ao relacionamento entre as diversas sociedades, no sistema internacional também anárquico devido a ausência de uma autoridade supra estatal.

A ordem, nesse sistema, é configurada a partir da cooperação e garantida através da interdependência econômica e política entre os Estados. A agenda dos atores é composta por temas múltiplos, priorizando a questão econômica, mas sem desconsiderar a importância da segurança, que seria alcançada a partir da satisfação de interesses econômicos e não por meio do poder militar. Os objetivos também são plurais, consistindo basicamente na busca da

paz, do bem estar e da prosperidade possibilitados pela interdependência econômica e pelo desenvolvimento das comunicações (ANGELL, 2002).

Mónica Salómon e Leticia Pinheiro, em importante trabalho sobre a APE e a PEB (2013), destacaram que, no que se refere à sustentação da subdisciplina de APE nas relações internacionais, o legado liberal desempenha esse papel. Isso porque, de acordo com as mesmas, a resposta dada pelo liberalismo às grandes questões de RI é aceitável. O liberalismo afirma que “o conflito recorrente entre Estados é inevitável, a cooperação é possível, e o indivíduo, agindo por meio de instituições, é o principal agente de mudança na política internacional” (SALÓMON, PINHEIRO, 2013, p. 45). Em síntese, as autoras argumentam, assim como Hudson (1995; 2005) que, ao contrário do Realismo que acredita na fragilidade das variáveis internas na explicação da política internacional, o liberalismo acredita que as variáveis internas carregam quase todo o peso da explicação.

Andrew Moravcsik (1997), também foca na importância da teoria Liberal para explicar a política externa. Ele parte do princípio de que as preferências do Estado, assim como a maneira como estão configuradas internamente, são centrais para entender a posição deste na política internacional. Nesse sentido, Moravcsik afirma que as preferências do Estado são mutantes. Logo, ele busca “abrir a caixa preta” do Estado buscando identificar as características internas do mesmo.

Assim como Hudson, Moravcsik também acredita que, por ser uma instituição representativa, podendo mudar constantemente, principalmente no caso da democracia, o Estado está sujeito a diversas modificações de preferências, uma vez que o grupo no poder e os grupos que o influenciam podem mudar com uma nova eleição. As condições de vida das populações dependem do desempenho dos Estados em que vivem, daí a legitimidade do Estado como instância pública na intermediação.

Lafer (1987), em conformação ao que os autores acima sustentam, acredita que toda política exterior resulta de um esforço de compatibilizar necessidades internas com possibilidades externas; sendo que a política externa apresenta, normalmente, certa linha de continuidade⁸⁰, o que, conforme Oliveira (2005) leva a uma reflexão quanto à natureza da política externa: política de governo ou política de Estado.

A política externa representa os interesses nacionais (interesses permanentes), logo constituindo-se em uma política de Estado, apresentando, desse modo, uma relativa

⁸⁰ Conforme Lafer (1987), as linhas de continuidade norteiam uma política externa.

continuidade (OLIVEIRA, 2005). Alguns acadêmicos e diplomatas também acreditam a que “política externa deve ser encarada como política de Estado e não de governo, o que significa que as ações externas do país devem ser pensadas em longo prazo, com isenção de valores e regada de profissionalismo e pragmatismo” (FIGUEIRA, 2010). Críticas surgiram com relação a essa afirmação. Ou seja, será mesmo a política externa uma política de Estado, sem um viés ideológico e partidário, por exemplo?

Lima e Duarte (2013) em interessante trabalho abordam a questão da politização da política externa. Os autores apresentam dois significados para o termo “politização” (no que se refere, obviamente, à política externa). O primeiro identifica um comportamento partidário no sentido de “refletir as orientações programáticas, político e ideológicas de um governo” (LIMA e DUARTE, 2013, p. 1-2). O segundo, por sua vez, diz respeito à “a ampliação da agenda da política externa e a formação de *constituencies* da política externa no plano doméstico, anteriormente inexistentes, representadas pelos grupos de interesse direta ou indiretamente afetados pelas ações externas” (idem, p. 2).

Compreendemos, portanto, que a politização [da política externa], significa apenas que as políticas seguem as concepções dos mandatários, a depender de suas orientações político-partidárias. Sendo assim, como vimos no primeiro capítulo e veremos com mais intensidade nesta seção, podemos considerar também que as mudanças das políticas dos governos anteriores e posteriores ao regime militar, são compreensíveis, visto que as ideologias e visões de mundo dos formuladores de política externa são sempre consideradas na agenda. Além disso, seria impossível uma política externa contínua, pensada a longo prazo e isenta de valores.

Desse modo, como sustentamos acima, podemos considerar que a definição e implementação da política externa é prerrogativa do Estado, mas os grupos de interesse, em especial o partido político à frente do governo, influenciam diretamente na formulação da política externa. Não fosse assim, não haveria diferença entre as gestões, visto que o Estado brasileiro não muda de uma gestão para a outra.

Dito isso, uma questão que marca as discussões em política externa é a questão da mudança. É natural que quando a composição do governo é modificada, novos atores e novas ideias surjam e, portanto, uma alteração na condução deve acontecer. Dentro da perspectiva de análise de política externa existe uma linha de pesquisa que é a mais promissora para abordarmos a mudança de política externa, a chamada *Foreign Policy Change* ou mudança de política externa, em português (HERMANN, 1990; HOLSTI, 1998).

Alguns autores abordam as mudanças em política externa, como Sposito (2011), que mencionamos no início deste trabalho. Este autor sustenta que as mudanças ocorrem quando há ruptura dos procedimentos operacionais padrões (POP)⁸¹. Hermann (1990) também se dedica a analisar as mudanças em política externa. Este autor analisa os níveis e as causas das mudanças que, entre outros, são os governantes e a burocracia.

4.2 Indicações sobre o Processo Decisório em Política Externa

4.2.1 O Itamaraty e a formulação da Política Externa Brasileira

Por muito tempo, o Itamaraty tradicionalmente dominou a definição da política externa, em outras palavras, era um órgão insulado. Apesar de esse ser um argumento questionável, ele indica que o MRE era o único responsável pela tomada de decisões, ou seja, sem intervenções alheias, apenas levando em conta o que considerava ser benéfico ao país. Entre as características do Itamaraty que lhe conferiram o título de insulado se encontram a identidade organizacional de seus membros; o profissionalismo e competência da organização, a institucionalização do serviço diplomático, além de autonomia burocrática (BARROS, 1986; LIMA, 1994; CASON e POWER, 2009).

Em linhas gerais, esse insulamento do MRE em matéria de política externa se deu pela

[...] origem social, a competência do treinamento, o isolamento e o relativo esoterismo dos diplomatas, tudo isso associado ao fato de constituírem eles um grupo homogêneo de elite, contribuiu para insular o processo de formulação da política externa (e em especial sua implementação) – atitude tomada por muitos, mas não por todos. (BARROS, 1986, p. 31).

Com o passar dos anos e, como resultado dos grandes eventos/fenômenos internacionais, como as grandes guerras mundiais, Guerra Fria, globalização, transnacionalização, entre outros, nas últimas duas décadas essa dominância do MRE em matéria de definição da política externa declinou (CASON e POWER, 2009). Isso se deveu,

⁸¹ Do inglês: *standard operating procedures* (SOP).

conforme Cason e Power (2009) a dois fatores principais: o primeiro se refere ao aumento do número de atores e, o segundo, a um crescimento da diplomacia presidencial⁸².

Esses fatores, entretanto, não indicam que o Ministério se acomodou à nova dinâmica, mas sim que houve um declínio de sua influência. Outro fator que contribuiu de forma considerável para aumentar o número de vozes e de demandantes no processo de formulação da PE, foi a democratização brasileira. Isso supõe, portanto, que durante o regime militar brasileiro, o número de vozes era reduzido, de modo que o Itamaraty tinha mais liberdade no que concerne à formulação das decisões.

Apesar de nos últimos anos termos tido uma maior participação de outros atores, a imagem do Itamaraty, enquanto formulador de decisão sem muitas influências externas, ainda tem força. Não obstante, Cason e Power (2009) colocam que a medida que a atenção a política externa aumentou, o Ministério promoveu iniciativas para melhorar a comunicação e o diálogo com a sociedade. O MRE criou, por exemplo, um mecanismo consultivo com líderes empresariais para questões da Organização Mundial do Comércio (OMC); um departamento de direitos humanos, entre outros. Nosso intuito, contudo, não é nos debruçar sobre as discussões relativas ao insulamento burocrático do Itamaraty⁸³. Buscamos apenas introduzir a discussão para que nossa análise do período que nos interessa, de 1964 a 1969, seja melhor compreendida.

O MRE continua sendo o órgão responsável pela condução da política externa; é o órgão que representa e responde pelo país no âmbito externo. Os diplomatas, portanto, são os entes que, diretamente, trabalham em nome do Estado brasileiro nas diferentes instâncias internacionais. Esses profissionais devem, naturalmente, agir de acordo com as prerrogativas governamentais.

A análise do relacionamento entre as diferentes unidades estatais foi, por muitos anos, baseada apenas levando-se em consideração os atores estatais, considerados aqui apenas os Estados e não suas unidades. Como apontado na seção anterior, esses atores eram vistos como unidades únicas e unitárias que, em outras palavras, significa que apenas eles eram considerados atores no jogo internacional e que, portanto, apenas suas decisões e prerrogativas importavam.

Por volta dos anos 1950 e 1960, alguns pesquisadores, como Snyder, Bruck e

⁸² Para maiores informações sobre Diplomacia Presidencial, recomendamos o livro “Diplomacia Presidencial – História e Crítica”, de Sergio Danese (1999).

⁸³ Para mais, ver Figueira (2009) e De Faria (2012).

Sapin (1954), começaram a desenvolver propostas criticando a homogeneização sustentada pela teoria realista. Esses autores desenvolveram suas análises em oposição ao modelo caixa preta da Teoria Realista. O que os autores propuseram é que para compreendermos efetivamente o motivo de determinada política implementada no âmbito externo, portanto, com relação a outro país, devemos compreender o que levou a tal política. Em outros termos, é necessário visualizar e, mais importante, reconhecer a existência de outros atores no cenário internacional. Esse trabalho deu início então à Análise de Política Externa, com objetivo de abrir a caixa preta do Estado.

Esses atores, para além das organizações internacionais que, para a teoria Idealista já eram considerados atores do sistema internacional, são diversos. Entre eles, podemos destacar os partidos políticos, grandes empresas, ministérios, outros órgãos governamentais etc. Temos de mencionar ainda a relevância da cultura, da classe dominante entre outros (HUDSON 1995, 2005). A própria dimensão cultural de um país é uma fonte de influência no processo de formulação de uma política externa (HERZ, 1994).

Diante da nova conjuntura internacional, marcada por uma multiplicidade de atores, esses passaram a ser notados e considerados na formulação das políticas externas estatais. Isso significa dizer que, após um longo tempo em que apenas o Estado, em si, era considerado o ator do cenário internacional, passou-se a analisar com mais intensidade o processo que antecede a implementação dessa política no plano externo.

É compreensível dizer que, o processo que era considerado até então se tratava apenas da implementação em si. Após a divulgação dos estudos mencionados acima, a influência desses e de outros fatores também passou a ser considerada. O processo que antecede a colocação em prática de determinada política no âmbito externo ganhou importância. Além disso, passou-se a considerar também o entendimento desse processo como um todo, ou seja, como esses diversos atores se articulam e chegam a determinada política.

A década de 1990 foi um marco nesse processo de explosão de atores e temas. O livro de Pinheiro e Milani (2012), “Política Externa Brasileira: as práticas da política e a política das práticas” aborda, por exemplo, esses novos atores na agenda de política externa do Brasil. Naquela época, o mundo vivia um momento único, marcado pelo fim da Guerra-Fria e, conseqüentemente, superação do predomínio de questões estritamente militares. Aliado ao fim do conflito Leste vs Oeste, o fenômeno da globalização e da transnacionalização marcaram uma virada nas agendas internacionais. Uma série de temáticas que até então eram

desconsideradas, como meio ambiente, direitos humanos, minorias entre diversos outros, passaram a ser discutidos e inseridos nas agendas dos países (RIBEIRO, 2006).

As grandes organizações internacionais tiveram papel relevante nesse processo, demandando e participando ativamente de fóruns internacionais que tratassem as diversas questões que ganhavam cada vez mais espaço. Observamos, dessa maneira, que enfim, houve a superação da interação apenas interestatal. Esses novos atores demandavam participação; demandavam ser ouvidos e precisavam de espaço para tal. Chegamos a conclusão que, portanto, a conjuntura internacional levou a alteração/complexificação das agendas internacionais dos Estados, ocasionando a demanda por participação de outros setores da sociedade nacional e internacional.

Como foi colocado no primeiro capítulo desta pesquisa, foram diversos os fatores, tanto de origem interna quanto externa, que contribuíram para o golpe civil-militar no Brasil e que, de certa maneira, influenciaram o comportamento do MRE após o movimento. É correto supor que, sendo assim, esses fatores e atores tiveram um papel importante na política externa que foi implementada pelo Brasil durante o regime militar, mesmo sendo a década de 1990 o marco de expansão da participação de atores externos.

4.2.2 Instrumentais metodológicos de análise do processo decisório

Tendo em consideração que são diversos os fatores e atores que influenciam no processo anterior à implementação de determinada decisão, vários pesquisadores se debruçaram em instrumentais metodológicos, cada um com suas especificidades, que nos auxiliam na melhor compreensão do processo de tomada de decisão que, nesse momento, é o que nos interessa neste trabalho.

São vários os níveis de análise, a depender da abordagem adotada pelo pesquisador. Herz (1994), por exemplo, aponta que vários conceitos e modelos foram desenvolvidos para o estudo da dimensão subjetiva desse processo. Entre esses conceitos e modelos, a autora cita o ambiente psicológico, *groupthink*, percepções e falsas percepções, além de lições de história, imagens e sistemas de crenças. Battistella (2014) aponta, nessa mesma linha, que a primeira direção que tomará o estudo do comportamento do tomador de decisão no momento da definição da situação aponta o impacto dos processos cognitivos, em outras palavras, a forma como as informações são percebidas pelos tomadores de decisão e as

consequências que se seguem no momento de sua transformação em escolhas políticas.

Dito isso, apreende-se a importância das percepções dos tomadores de decisões, as quais, levando em consideração suas dimensões psicológicas e culturais, começaram a ser consideradas nesse processo. Ainda nesse sentido, Hudson (1995, 2005) se preocupa com os elementos internos que afetam o processo decisório, como cultura, seres humanos, entre outros. Harold e Margaret Sprout (1957) também se debruçam sobre essa questão. Esses autores, em importante contribuição, estabelecem um paralelo entre “ambiente operacional” e o “ambiente psicológico” (imagens e ideias). Isso significa que o ambiente das imagens e ideias, ou seja, a cognição, exerce influência sobre o ambiente operacional que, em outras palavras, significa nosso meio natural.

A unidade básica de análise dos estudiosos do processo decisório é o tomador de decisões individual, logo, considera-se as atitudes, valores e percepções que direcionam e influenciam o processo. “De acordo com Joseph Frankel, o processo decisório, em contraposição a ações, realiza-se na mente humana, daí a relevância do estudo do filtro de informações e do conjunto de valores que influenciam o processo” (HERZ, 1994, p. 77). Em síntese, o autor sugere que a decisão final é resultado desse processo, que vem de uma consideração de todas as alternativas.

Walter Carlsnaes (1986), em trabalho sobre ideologia e política externa, aponta uma distinção entre realidade e percepções. De um lado, o autor define a “dimensão situacional”, que se refere às condições objetivas e contexto organizacional e, de outro, as “dimensões de disposição e intenção” que faz referência aos valores, percepções, escolhas e motivações. De fato, assim como os autores mencionados acima, os aspectos subjetivos são de grande importância na definição do processo decisório, no entanto, como o próprio nome sugere o fato de serem subjetivos torna a análise mais obscura.

Outro fato da análise cognitiva se concentra na “compreensão de mecanismos psicológicos que influenciam o processo decisório” (HERZ, 1994, p. 77). Nessa linha, Robert Jervis (1976) apud HERZ (1994) busca detectar a influência das percepções sobre as preferências por determinadas escolhas políticas, dito de outra forma, o autor visa demonstrar como as percepções e falsas percepções (a política externa refere-se à imagem simplificada do mundo externo, construída na mente daqueles que elaboram/tomam decisões) influenciam as preferências por determinadas ações/tomada de certas decisões. O autor aponta que “informações são assimiladas de acordo com expectativas, crenças e teorias já presentes no quadro cognitivo dos atores” (HERZ, 1994, p. 77-8).

O maior problema disso é que pode haver um “fechamento cognitivo prematuro”, o que significa que os tomadores de decisão não percebem a influência de mecanismos de filtragem, aqueles que o ajudam a tomar as melhores decisões com base em outros critérios além daqueles já presentes em sua análise. A explicação para distorções da percepção são encontradas também nos trabalhos sobre motivações emocionais que limitam a capacidade do tomador de decisão de incorporar informações.

Com relação a isso, Graham Allison e Halperin (1972) apontam a existência de “lentes” para avaliar as situações; o que determinado analista julga ser importante, portanto, depende da lente conceitual que utiliza. Eles formulam, assim, três modelos/lentes conceituais a partir das quais se explica o fenômeno internacional. São elas: modelo de política racional, em que, basicamente, o Estado é tomado como ator único, decidindo a partir de escolhas racionais, ou seja, de forma a maximizar os ganhos sobre as metas e objetivos previamente definidos. Este modelo parte da visão realista de política externa e é criticado por reduzir a ação estatal a um único ator. Conforme esse modelo, o acesso à informação é feito de forma simplificada e incompleta, já que as interações ocorridas em âmbito intragovernamental não são consideradas, ou seja, são negligenciadas.

O segundo modelo (ou lente conceitual) é do processo organizacional ou do comportamento. Este modelo considera as escolhas das unidades que compõem cada Estado, como ministérios, ou seja, nesse modelo o Estado já não é mais considerado único ator. De modo geral, esta lente prediz o comportamento das organizações através da sua padronização comportamental. Com isso, as incertezas podem ser diminuídas, possibilitando o estabelecimento de estratégias de ação favoráveis à tomada de decisões, devido a essas normas e ações de rotina. Uma crítica quanto a esse modelo é que as normas podem limitar o comportamento das organizações.

O terceiro modelo, da política burocrática, ajuda a compreender como ocorre a articulação doméstica da burocracia. O modelo analisa ainda a política externa com base nas características domésticas do jogo político-burocrático de barganha e poder que ocorre entre os órgãos que compõem a estrutura burocrática dos Estados. Nesse sentido, há inclusão de variáveis domésticas no processo de tomada de decisão. As ações do Estado são, por essa lente conceitual, resultado dos processos políticos realizados, em outras palavras, é resultado da disputa de burocracias/organizações. Os autores defendem o último modelo por acreditarem que há vantagens no processo de barganha, tais como a expertise (conhecimento sobre um determinado assunto). Além disso, este modelo é mais completo, pois considera as

instituições no âmbito estatal.

Battistella (2014, p. 325) critica o modelo de Allison, pois, de acordo com ele, este autor “mantém-se fiel ao projeto de Snyder, Bruck e Sapin, para quem ‘somente os detentores de responsabilidades oficiais no seio de um governo devem ser considerados como tomadores de decisão ou atores’”. Battistella sustenta ainda que esse autor concentra-se no que ele chama de “atores maiores” e não nos “atores menores”, como opinião pública, mídias, entre vários outros. Desse modo, ele não leva em conta razões de política interna que teriam podido guiar as escolhas.

O modelo poli-heurístico de política externa, formulado por Alex Mintz (2003), conforme Battistella (2014) ajuda a amenizar o problema mencionado acima, sobre a visão dos atores. Este modelo divide o processo de tomada de decisão em duas partes. A primeira é que o “homem político” considera diferentes alternativas, mas não todas, considerando apenas que dispõem de dada informação. Para o autor, isso significa postular o princípio da racionalidade limitada. A segunda parte é que, efetuada a triagem inicial, o decisor toma a decisão, levando em consideração as dimensões envolvidas, quais sejam externa, interna, pessoal etc.

A essência do modelo citado acima é que o tomador de decisões é preocupado com sua sobrevivência política e age com vistas a evitar qualquer fracasso do que pela obsessão de ter êxito a todo custo. Em outras palavras, caso uma alternativa que lhe é apontada é inaceitável segundo a um critério, tal alternativa já é eliminada. Conclui-se então que o modelo poli-heurístico combina o estudo do “‘porque’ e do ‘como’ das decisões de política externa; chegando até mesmo a estabelecer um laço entre modelos racionais e cognitivos de estudo da política externa, avançando a tese de uma racionalidade por omissão do tomador de decisão no interior de uma matriz de decisões simplificada” (BATTISTELLA, 2014, p. 331-32).

Outro autor que considera que devemos analisar a política externa sob a inclusão de novos atores é Robert Putnam (1988). Putnam, em seu texto “Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis” sugere uma estrutura conceitual para se entender como se dá a interação entre a política doméstica e a diplomacia. Putnam observa que no campo das relações internacionais há uma lacuna de estudos que relacionem as decisões do nível doméstico com a interação política internacional. Diante disso, ele apresenta a sua análise conhecida como “os jogos de dois níveis”. O primeiro nível é o internacional, no qual os governos buscam satisfazer os anseios domésticos e minimizar os efeitos negativos das

evoluções externas. O segundo nível corresponde ao nacional, no qual os grupos domésticos buscam ter seus interesses representados pelo governo. Nesse sentido, ambos os tabuleiros, doméstico e internacional, são de grande importância para os tomadores de decisão enquanto os países forem independentes e soberanos.

Monica Herz (1994) sustenta que, no processo de formulação da política externa, ou seja, da tomada de decisão, muitas vezes há uma marginalização cultural. Isso significa que, “[o]s atributos culturais que precedem o momento em que se inicia o processo de deliberação são minimizados ou aparecem como um adendo ao eixo explicativo” (HERZ, 1994, p 80). Há três elementos, entre as estruturas de conhecimento, que formam a cultura internacional, quais sejam, doutrina internacional (ideias e princípios de quem detém o poder naquele momento); elementos tradicionais da cultura (a crença, por exemplo, que é um mecanismo de organização da realidade que permite a absorção da mesma) e as normas internacionais.

“Para compreender o porquê, é preciso analisar o como” (SNYDER, BRUCK e SAPIN, 1954). Esta frase, que inicia a seção sobre APE, do trabalho de Battistella (2014), deixa clara a necessidade de aprofundamento das questões anteriores à determinada política. O que falamos até o momento, portanto, da expansão do número de atores e fatores que contribuem e influenciam no processo de tomada de decisão, se sustenta, mas ainda é uma área que carece de mais aprofundamento no Brasil.

A análise de uma política externa, portanto, nos mostra o quão complexo é o processo anterior a sua implementação. Ela é resultado de um processo, muitas das vezes intenso e demorado, que pode chegar até a conflitos, devido ao grande número de interesses envolvidos em determinada questão.

Como já apresentado acima, há diferentes enfoques e perspectivas a respeito do processo decisório. O processo de tomada de decisão pode, portanto, ser resultado apenas de uma ação entre as alternativas possíveis e pode, igualmente, ser um processo gradual que envolva discussão entre os diversos grupos de interesse. Consideramos, neste trabalho, que o processo de tomada de decisão leva em consideração tanto os fatores internos relacionados aos diversos grupos de interesse, entre esses a burocracia do Estado e, também, pressões externas, ou seja, os condicionantes internacionais principalmente de onde tal política será implementada.

A literatura tradicional nos informa que tanto durante o governo Castelo Branco quanto durante Costa e Silva, em maior ou menor intensidade, os atores principais são MRE e o Presidente da República, sendo que, a este último, ficaria a decisão final. Será que durante esses governos tais atores tiveram participação efetiva no processo de formulação? Em outras palavras, realmente participaram e tiveram voz? Neste capítulo buscaremos responder tais questionamentos.

Nas próximas seções tentaremos analisar o processo de tomada de decisão durante os governos Castelo Branco e Costa e Silva. No capítulo 1, fizemos uma apresentação das conjunturas interna e externa no momento anterior e posterior ao golpe, que são essenciais para compreensão do processo anterior à implementação da decisão.

4.3 Processo decisório durante os governos Castelo Branco e Costa e Silva

O governo Castelo Branco foi marcado por uma virada na política externa se comparada com a anterior, de João Goulart. Como já discutido no capítulo 1 desta dissertação, o presidente e o chanceler, que tinham ideais diferentes dos seus antecessores, promoveram alterações consideráveis na política que vinha sendo implementada. As mudanças em si, já foram apresentadas, assim, o que nos interessa neste momento é compreender o que estava por trás dessa mudança de política externa, ou seja, quais foram os condicionantes/motivadores da tomada de decisão naquele período.

Na seção acima, apresentamos diversas abordagens que visam a análise de política externa. Além disso, mostramos também como as causas das mudanças na condução da política exterior, que podem ser explicadas em diversos níveis. Visamos, aqui, analisar esses fatores durante o governo Castelo Branco e o governo Costa e Silva, sendo que, conjuntamente, tentaremos explicar o processo por trás das decisões que foram alteradas/mudadas com relação à anterior, de João Goulart.

Ressaltamos que, ao nos propormos a analisar o processo de tomada de decisão do Itamaraty durante os governos Castelo Branco e Costa e Silva, temos em conta que esta não é uma tarefa fácil. Para uma análise ampla da questão seria necessário um esforço de pesquisa intenso, que só seria possível realizando uma sistematização completa de todos os atores envolvidos e, a partir daí, realizar um exame de documentos envolvendo esses atores e efetuando entrevistas com agentes chaves do período.

Neste trabalho, faremos um esforço de pesquisa considerando a literatura existente sobre o período, focando especificamente em fatores que tenham tido alguma influência na tomada de decisão do Ministério no período. Em nossas pesquisas, nos deparamos com algumas lacunas, como a falta de pesquisas que tratem especificamente o processo decisório durante o regime militar. O trabalho de Letícia Pinheiro “Unidades de Decisão e Processo de Formulação da Política Externa durante o Regime Militar” (2000), é um bom caminho para iniciarmos as análises que serão apresentadas aqui. Neste trabalho, a autora fez uma categorização das unidades de decisão em política externa durante o regime militar e, essa categorização nos será útil nesta dissertação.

Tentaremos, portanto, apresentar e refletir sobre as interações entre essas unidades de modo a compreender melhor como se deu esse processo de formulação da decisão. Iniciaremos apresentando aqueles agentes que consideramos os atores principais do processo de formulação da política externa do Brasil naquele momento. Conforme a bibliografia especializada, podemos identificar que os principais sujeitos do processo de formulação da política exterior naquele período, tanto durante a gestão Castelo Branco quanto Costa e Silva, eram os militares; no primeiro governo precisamente os envolvidos com a ESG, chamados sorbonistas; no segundo, os chamados da linha-dura; o presidente da República do momento e o/s chanceler/es do período, quais sejam: Vasco Leitão, Juracy Magalhães e Magalhães Pinto.

Consideramos que os militares são peças chave para compreensão da política externa dos primeiros anos do regime militar, não apenas por terem tomado o poder, mas também por terem tido uma ativa participação nesses processos. No primeiro governo, destacamos os militares ligados à ESG, os chamados sorbonistas. Os sorbonistas, militares mais moderados, acreditavam que as razões do subdesenvolvimento do Brasil eram ligadas às características do povo brasileiro que, de acordo com eles, eram pessoas despreparadas e sem condições de manifestação próprias em defesa de seus interesses (OLIVEIRA, 2010). Esse grupo, do qual Castelo Branco fazia parte, acreditava que o Brasil somente alcançaria o desenvolvimento garantindo a segurança nacional.

Não foi por acaso que a equipe governamental de Castelo Branco teve pessoas ligadas à ESG, inclusive seus chanceleres, Vasco Leitão e Juracy Magalhães. Além disso, Golbery do Couto e Silva, importante personagem da ESG e da Doutrina de Segurança Nacional, também é um importante ator desse período. As ideias desenvolvidas no âmbito da ESG, notadamente ligadas ao binômio segurança e desenvolvimento, fizeram com que a política exterior brasileira levasse em conta considerações geopolíticas, como vimos com os

círculos concêntricos, ou seja, as áreas de interesse brasileiro. A grande importância dedicada aos países ocidentais, por exemplo, também estavam ligadas aos ideais da ESG.

Posto isso, podemos observar que a formulação do processo decisório naquele momento, apesar de contar com a palavra oficial final do Presidente da República e conduzida pelo Itamaraty, a participação dos militares, conforme a documentação analisada, era bastante perceptível. Consideramos que, durante o primeiro governo militar, houve mais colaboração do que enfrentamento no que concerne à formulação das decisões em política externa. Certamente se analisarmos mais atentamente todos os outros atores do período, como o papel do próprio Costa e Silva, que compunha o grupo militar chamado linha-dura, encontraremos alguns enfrentamentos, todavia, considerando os atores e variáveis mencionados, a colaboração (entre eles) foi mais evidente. Outros condicionantes, como a própria conjuntura nacional da época, nos mostra que outros fatores, como o interesse no relacionamento com os EUA, a situação econômica e política do Brasil, influenciaram diretamente nas políticas formuladas e implementadas à época.

Pinheiro (2000) em suas categorizações de atores do processo de formulação da política exterior durante o regime militar, considera que Castelo Branco teve um papel ativo nesse processo. Considera-o, portanto, como líder predominante, o que significa que ele detinha o poder de escolher uma linha de conduta e impô-la aos seus opositores. Em outras palavras, ele foi o tomador último de decisão, mesmo sendo mais ou menos vulnerável a influências externas.

No que se refere ao processo de tomada de decisão no Itamaraty durante o primeiro governo militar, Pinheiro (2000) sustenta que o MRE perdeu prestígio como formulador relativamente autônomo de políticas devido à presença ativa da Presidência da República nos negócios de política externa e também devido a diferença de ênfase entre o Itamaraty e o próprio presidente quanto ao grau de aproximação aos EUA.

Durante o governo do general Costa e Silva, por sua vez, consideramos que este foi marcado por um paradoxo: no que se refere à situação interna, tivemos um enrijecimento da repressão e, por outro lado, com relação à política externa, tivemos uma retomada de alguns princípios da PEI, indicando principalmente uma maior aproximação com países e ideais do chamado “Terceiro Mundo”.

Os principais atores do processo de formulação das decisões em política externa foram, além do presidente e o chanceler, Magalhães Pinto, os militares da linha-dura. Para

compreendermos, pelo menos em parte, os aspectos subjetivos dos formuladores de decisão, para melhor apreensão do comportamento estatal no cenário internacional, é importante identificarmos e compreendermos as características pessoais desses atores, principalmente do presidente e do chanceler.

Os militares linha-dura eram assim conhecidos por serem mais extremistas no que concerne às suas ações. Exemplo desse extremismo foi o decreto do AI5. Os linha-dura eram extremamente nacionalistas e acreditavam que os “inimigos” da nação deveriam ser exterminados, portanto, eram mais radicais em suas ações. Acreditavam ainda que Castelo Branco era um liberal em excesso. Esse grupo, ademais, tinha ideais mais desenvolvimentistas. Acreditavam que o Brasil deveria alcançar o desenvolvimento em primeiro lugar e que esse seria um processo endógeno.

A equipe governamental de Costa e Silva também contava com pessoas da linha-dura, como o general Emílio Garrastazu Médici, chefe do SNI, o marechal-do-ar Márcio de Sousa e Melo, ministro da Aeronáutica, o coronel José Costa Cavalcanti, ministro das Minas e Energia e o general Jaime Portela, chefe do Gabinete Militar. Consideramos, assim, que o grupo do qual fazia parte o presidente e parte de sua equipe governamental influenciaram ativamente a formulação da política externa do período. O ministro das relações externas, Magalhães Pinto, apesar de não ser diretamente um linha-dura, era próximo de Costa e Silva e participou ativamente do movimento que tirou Goulart do poder.

Durante o governo Costa e Silva, os militares da linha-dura tiveram força e voz através do Presidente. De modo geral, acreditamos que entre esses atores também houve mais colaboração do que enfrentamento. Novamente, se consideramos outros atores e fatores, possivelmente o enfrentamento poderia ser notado. Entretanto, se considerarmos o próprio AI5, o enfrentamento de outros grupos seria menos provável.

Devido aos ideais dos atores formuladores da decisão naquele período, de acordo com a literatura existente, ao contrário da PEB durante Castelo Branco, a política exterior foi marcada por retomadas de pontos da PEI, particularmente o abandono da interdependência com os EUA e a abertura para relações com outros países e regiões. Entretanto, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, já no governo Castelo Branco podemos notar alguns ajustes na política exterior, principalmente com intuito de ampliar o comércio com países de outras regiões do globo.

No que concerne ao papel do presidente naquele período, Pinheiro (2000)

considera que, durante a administração Costa e Silva, o presidente teve um papel menos ativo, se comparado ao seu antecessor, Castelo Branco. Conforme a literatura, ao ressaltar essa participação mais discreta, abriu espaço para uma maior atuação do MRE, no que se refere à formulação da política exterior.

4.4 Composição das comissões brasileiras nos “eventos” de política externa: formuladores de decisão

A literatura utilizada acima nos informa que os principais atores no processo de formulação da política externa durante as administrações de Castelo Branco e Costa e Silva foram os presidentes, o MRE (chanceleres) e os militares. Nesta seção, utilizamos uma segunda base de dados, esta de eventos de política exterior realizados entre os anos de 1930 e 1985. A base foi criada em conjunto com o Prof. Dr. Rogério de Souza Farias e se fundamentou na literatura secundária e nos Relatórios do MRE. Além da compilação de tais eventos, buscamos ainda os nomes das comissões designadas para cada evento. É importante ressaltar que, por eventos de política exterior consideramos aqui as reuniões, encontros, conferências, visitas presidenciais e ministeriais entre outros, relativos à política exterior, além de eventos multilaterais, como FAO, UNESCO, FMI, ONU etc.

Ao analisarmos a composição das comissões designadas para os “eventos” de política externa, constatamos a participação de diversos atores, nem todos eram diplomatas; diversos eram militares. Nosso objetivo nesta seção, dessa maneira, é demonstrar que vários atores participaram da formulação da política exterior do Brasil durante os anos iniciais do regime militar e que, apesar da centralidade da decisão oficialmente ser a carga do presidente, outros atores tiveram papel relevante nesses processos. De antemão, sustentamos que políticas diferentes exigem composições também diferentes e isso influencia diretamente na condução da mesma. Farias (2006, p. 142) nos lembra que, como salientado por “Krasner, o papel relativo das lideranças políticas na definição do processo decisório depende da atenção que estas são ao tema em questão”.

Na análise da política exterior do período em questão, devemos considerar a orientação do regime como uma variável importante? Camargo (1988) sustenta que cada forma de organização política tem processos distintos de tomada de decisão, que dependem também dos “estilos” de atuação governamental. Em outras palavras, isso lhes garante

características próprias de forma e conteúdo.

Ao apresentarmos a composição das comissões enviadas aos eventos de política exterior, procuramos identificar se realmente tal variável faz diferença na análise se comparada ao período anterior, democrático. Sonia de Camargo (1988) sustenta que

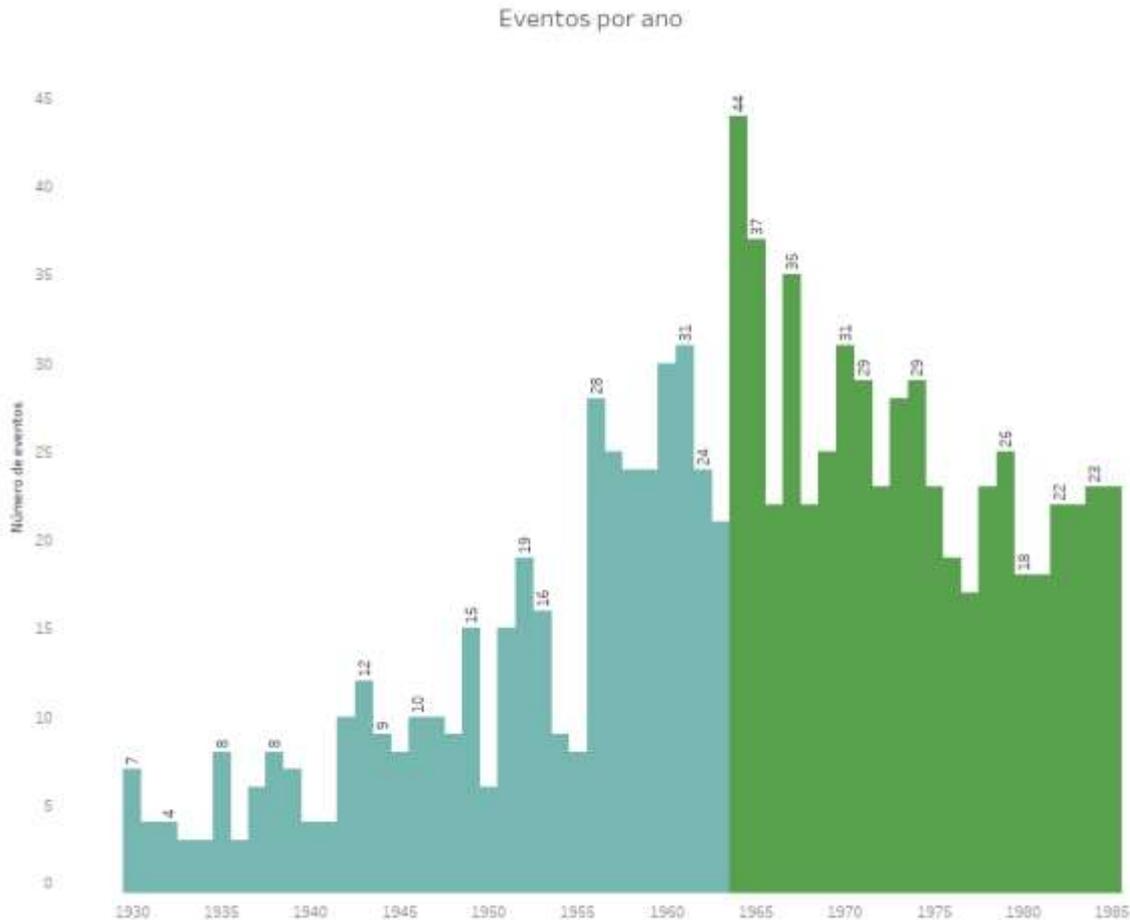
Quanto à área da política externa nos anos imediatamente anteriores ao governo Geisel, o próprio modelo econômico e de organização burocrático-militar, paralelamente a certa indefinição do Itamaraty no tocante à suas próprias atribuições, produziu um certo esvaziamento das funções diplomáticas em favor da participação de outros órgãos burocráticos, essencialmente técnicos ligados à segurança. (CAMARGO, 1988, p. 36).

Na base de eventos de política exterior, além dos nomes e períodos dos eventos, identificamos também os nomes dos participantes. Neste trabalho, utilizamos a versão 5 (V5) da base. Entre 1930 e 1985 identificamos 982 eventos de PE, com 3127 participantes, entre diplomatas, militares e “outros”. Na categoria “outros” consideramos participantes diversos, como funcionários de outras agências governamentais, políticos e especialistas em temas específicos.

Sendo assim, ao analisarmos os participantes, percebemos uma comunidade muito diversa. Entre 1930 e 1984, 685 participantes eram diplomatas de carreira no período; enquanto no mesmo período 487 eram militares (Marinha, Aeronáutica e Exército). Mais interessante ainda: o número de “outros” superou o número de diplomatas nesses eventos, foram 1955 participantes. Os números acima nos levam a algumas considerações iniciais: o número de participantes do MRE, ou seja, de diplomatas, está muito próximo do número de militares e, o número de “outros” supera em demasiado o número de diplomatas e também de militares. O número absoluto de diplomatas e militares pode ser próximo, mas se considerarmos o número total (contando as múltiplas vezes que cada um participa) talvez não exista essa equivalência, dessa maneira, a atuação dessas categorias não era igual.

Em termos de proporção, a categoria “outros” corresponde a 62,519% dos membros das delegações brasileiras nos eventos de política externa, enquanto os diplomatas representam 21,9% e, portanto, os militares 15,581%. Esses dados preliminares nos levam a questionar o argumento de insulamento do Itamaraty naquele período, visto que esses atores influenciavam as decisões tomadas naquele período. Nos gráficos abaixo, observaremos mais atentamente a participação desses atores nos eventos de política externa e, conseqüentemente, de influência deles nas decisões em matéria de política externa brasileira.

Gráfico 11 - Eventos por ano



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados de eventos de Política Externa Brasileira, 1930-1985(V5), elaborada por Gessica F. Carmo e Rogério de Souza Farias.

Dos 982 eventos realizados entre os anos de 1930 a 1985, foram realizados durante o regime militar (1964 a 1985), 558 eventos, sendo que o ano com mais eventos que abordaram a política exterior foi 1964, com 44 eventos. Entre 1930 e 1963, foram realizados 424 eventos, sendo que 1961 foi o ano com mais eventos (31).

No que concerne aos locais de realização desses eventos, são os mais diversos possíveis. O mapa abaixo nos mostra os locais onde mais aconteceram os eventos ligados à política externa. Como podemos observar, tanto de 1930 a 1963, quanto de 1964 a 1985, os eventos, em sua maioria, aconteceram na América do Norte, notadamente os EUA, nos países europeus e alguns países da América Latina, esses últimos predominantemente no segundo período considerado. No segundo período, observamos também a ocorrência de eventos em países de outras regiões do globo, como Ásia e África. O tamanho das bolas no gráfico representam a maior ou menor ocorrência, ou seja, as maiores bolas indicam que naquele

local ocorreram mais eventos do que nos menores.

Gráfico 12 – Locais de realização de eventos de política externa



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados de eventos de Política Externa Brasileira, 1930-1985(V5), elaborada por Gessica F. Carmo e Rogério de Souza Farias.

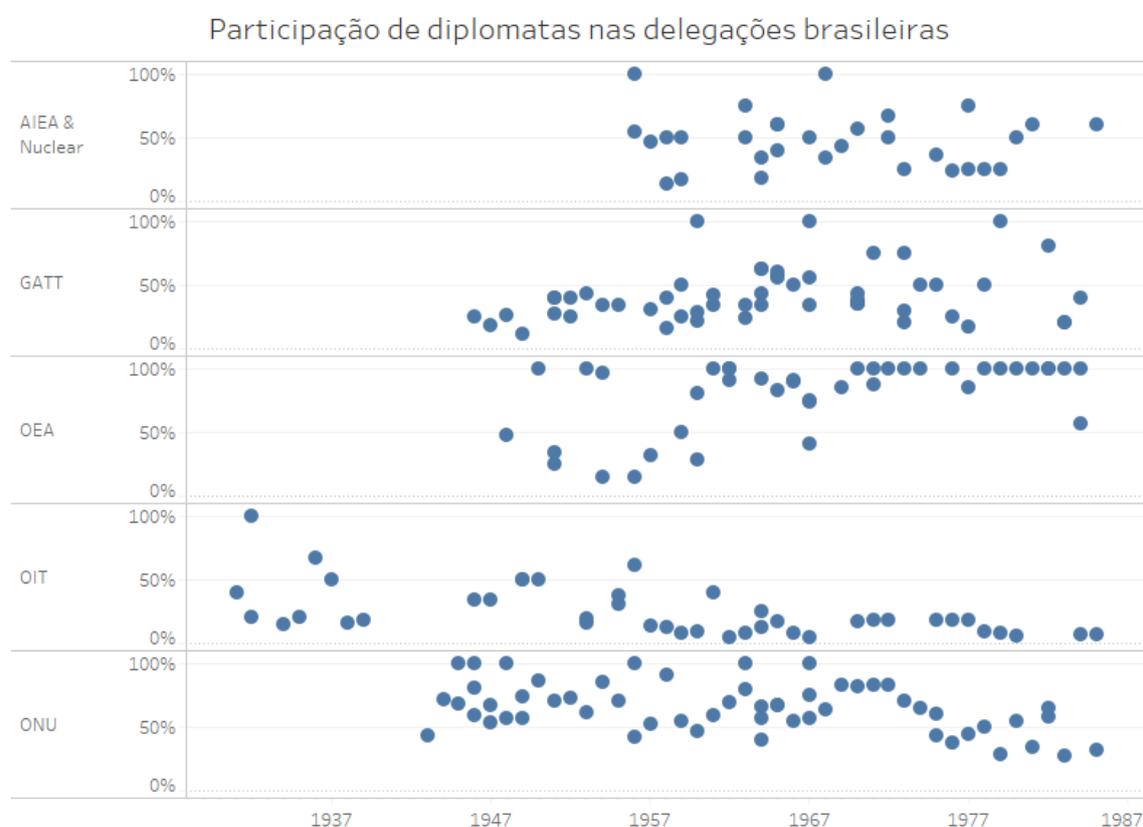
No que se refere aos participantes desses eventos, apesar de tradicionalmente os diplomatas serem os agentes principais de condução da política exterior brasileira, a presença dos militares nos eventos é uma constante. Nos gráficos seguintes demonstramos a participação de agentes diplomáticos e militares nos eventos por anos e períodos.

Selecionamos no gráfico abaixo (12), alguns eventos (AIEA, GATT, OEA, OIT e ONU) e projetamos a proporção de diplomatas que participaram dessas negociações entre os anos 1930 a 1987. Como podemos observar, na década de 1930 quase não houve participação de diplomatas, visto que apenas a OIT existia naquele período.

A partir da década de 1940, especificamente 1945, com a criação da ONU e do GATT, em 1947, a proporção aumentou, com uma média de 50% de participantes agentes

diplomáticos. Na década de 1950, houve um aumento considerável da participação dos diplomatas, no entanto, eles eram pouco menos que 50% dos participantes das comitivas brasileiras. A proporção dos diplomatas nas delegações brasileiras aumentou consideravelmente na década de 1960, quando superou, em grade parte desses eventos, os 50%. Os encontros da OEA foram os que mais contaram com diplomatas nas delegações brasileiras, notadamente a partir de 1967.

Gráfico 13 – Participação de diplomatas nas delegações Brasileiras



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados de eventos de Política Externa Brasileira, 1930-1985(V5), elaborada por Gessica F. Carmo e Rogério de Souza Farias.

Projetamos no gráfico “participação de diplomatas em eventos de política externa brasileira” (13), a proporção de diplomatas participantes nos eventos por ano. Como podemos observar, o ano com maior participação de diplomatas foi 1950, que contou com 64,44% de diplomatas nos eventos de PE, seguido de 1945, com 63,27% de diplomatas. Durante os anos do regime militar, especificamente os abordados nesse trabalho (1964 a 1969), a proporção de diplomatas nos eventos foi de aproximadamente 42%. Em 1964, foram 52,22%; 1965 contou

com 40,8%; 1966 com 48,51%; 1967 com 42,74%; 1968 com 40,89% e, por fim, 1969 com 49,37%. Os diplomatas, portanto, eram pouco menos da metade dos membros das delegações que, como vimos acima, também eram compostas por militares e “outros”.

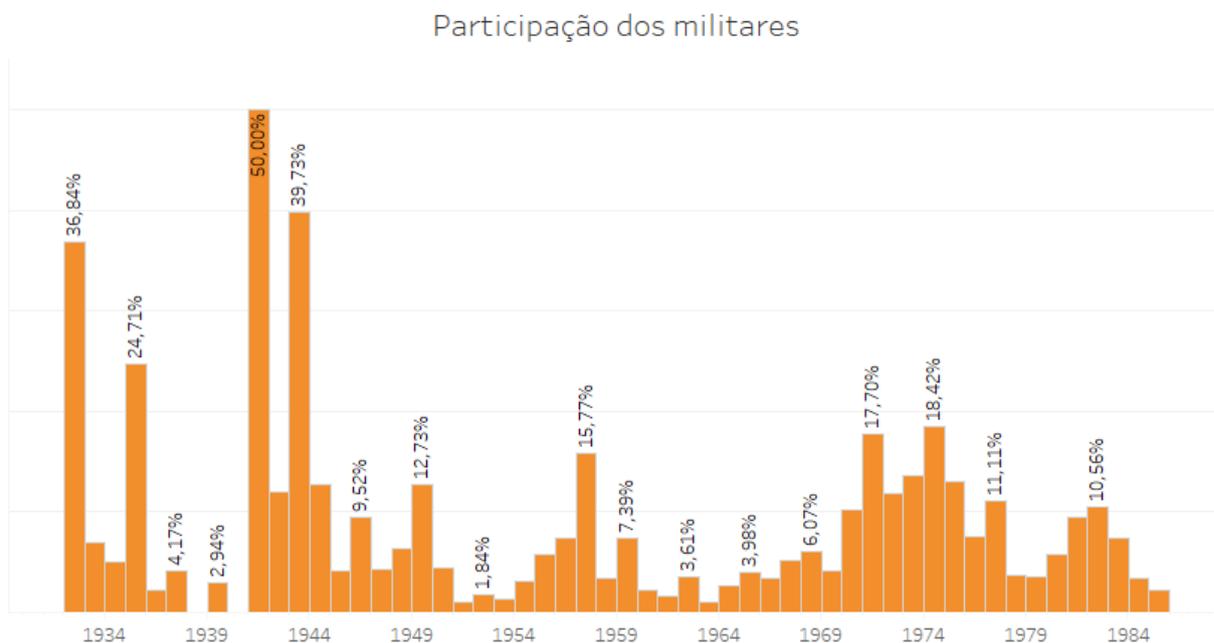
Gráfico 14 – Participação de diplomatas em eventos de política externa brasileira



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados de eventos de Política Externa Brasileira, 1930-1985(V5), elaborada por Gessica F. Carmo e Rogério de Souza Farias.

Como mencionamos anteriormente, identificamos que uma parcela dos membros das comissões brasileiras era composta por diversos militares. Durante o regime ditatorial, podemos considerar compreensível a presença desses agentes nas comitivas. Além do mais, fora terem tomado o poder nacional, tinham objetivo de assegurar a boa imagem do país no exterior e garantir segurança e o desenvolvimento. Portanto, possivelmente a presença dessas pessoas nos eventos de política exterior se deu principalmente por esses motivos.

Gráfico 15 – Proporção de militares participantes por ano



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados de eventos de Política Externa Brasileira, 1930-1985(V5), elaborada por Gessica F. Carmo e Rogério de Souza Farias.

O gráfico 14 nos mostra a proporção de militares presentes por ano nos eventos de política exterior. Como podemos observar, 1941 foi o ano com maior número de militares nesses eventos (50% dos participantes). Por outro lado, em alguns anos, como 1938 e 1940, não temos informação sobre nenhum militar. Em outros anos, como 1951, 1953 e 1963, a participação foi mínima, chegando a menos de 1%, como em 1951 (0,99%).

Entre 1964 e 1969, a proporção média de militares participantes foi 4,25%. Durante os anos iniciais do regime ditatorial no Brasil, portanto, a participação de militares em eventos de política externa, compondo as delegações brasileiras, não foi alto, entretanto, se analisarmos a natureza e os interesses dessa participação, esse número é extremamente considerável.

Gráfico 16 - Participação dos militares por período



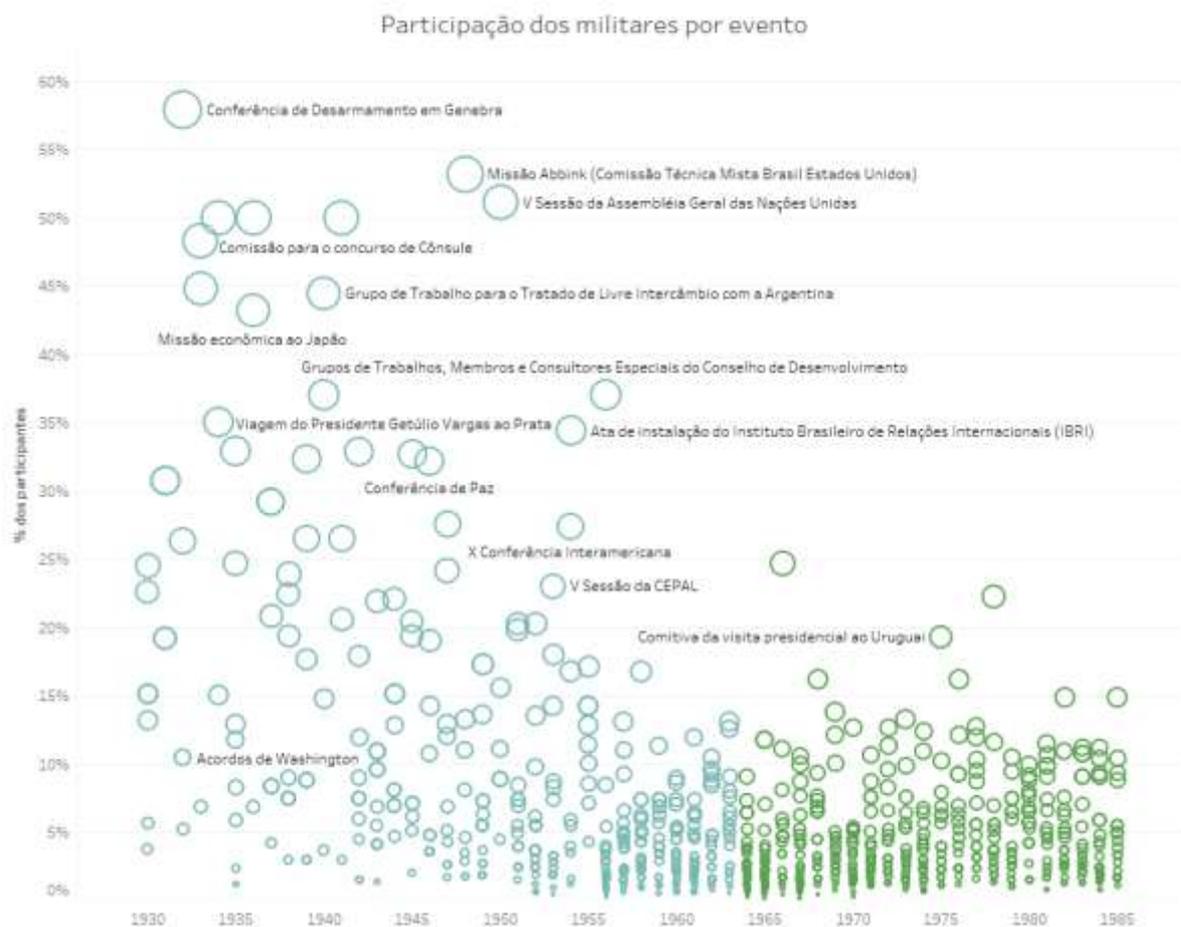
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados de eventos de Política Externa Brasileira, 1930-1985(V5), elaborada por Gessica F. Carmo e Rogério de Souza Farias.

Analisando por períodos, vemos que entre 1930 e 1963, a proporção de militares membros de delegações brasileiras nos eventos de política externa foi de 10,615%, ao passo que, de 1964 a 1985, período do regime militar, foi de 13,193%. Como falamos antes, a proporção não é tão alta, no entanto, considerando as motivações dessa participação, o número é bastante significativo. Além do mais, as delegações deveriam ser compostas, em sua maioria, por agentes diplomáticos, podendo ter situações, como em reuniões da OMS, que são necessárias pessoas mais qualificadas na temática para discuti-los.

Por fim, projetamos no gráfico abaixo (16), a proporção de militares por evento. Os períodos estão divididos por cor: os círculos azuis compreendem o período de 1930 a 1963 e os verdes representam os anos de 1964 a 1985. Cada círculo representa um evento, indicado por ano, e seu tamanho mostra a proporção da participação dos militares; ou seja, a “quantidade” de militares é indicada pelo tamanho do círculo. Observamos que, de modo geral, a porcentagem de militares por evento não é tão alta; por exemplo, os militares participaram de vários eventos entre 1942 e 1963, mas a proporção de componentes nas

delegações não foi tão alta, como vimos no gráfico 14. O mesmo pode ser observado com os eventos que aconteceram entre 1964 e 1985.

Gráfico 17 – Proporção de militares por evento



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados de eventos de Política Externa Brasileira, 1930-1985(V5), elaborada por Gessica F. Carmo e Rogério de Souza Farias.

Os eventos que mais contaram com a presença de militares brasileiros entre os anos de 1930 a 1963 foram a Conferência de Desarmamento de Genebra, em 1932; a Missão Abbink, em 1948 e a V Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em 1950. Cada uma contou com, respectivamente, 57,89%, 53,18% e 51,11%. De 1964 a 1985, os eventos com maior participação militar foram o Sexto Período de Sessões da Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu, em 1966, com 24,68% dos componentes representados por militares; a viagem que o senhor Presidente fez à Alemanha, em 1978, com 22,22% dos membros da comitiva composta por militares e a comitiva da visita presidencial

ao Uruguai, em 1975, com 19,32%.

Por fim, como pudemos observar pelos dados apresentados, apesar de serem o Itamaraty, precisamente o Ministro das Relações Exteriores, e o Presidente da República os principais responsáveis pela PEB, a presença e influência dos militares nos temas de política exterior não pode ser desconsiderada. Isso nos leva a refletir até que o ponto o Itamaraty era realmente insulado, mais do que isso, qual o grau de influência dos militares nas decisões de política externa do período.

4.5 Processo de legitimação internacional do novo regime

Após a instalação do regime militar no Brasil, o país enfrentou o não reconhecimento do novo governo por parte de alguns países, como o governo Venezuelano, que rompeu relações diplomáticas com o Brasil em 1964. Os EUA, que receberam positivamente o novo governo brasileiro num primeiro momento, se inquietaram com as medidas empregadas pelo governo, ao passo que a Europa demandou ação diplomática para ‘desfazer equívocos’ (BUENO, 2002). Para ser considerado um governo legítimo, ou seja, legal, o Brasil necessitava ter reconhecimento internacional. Em síntese, o governo deveria ser validado em âmbito internacional.

Nossas investigações demonstram que o governo brasileiro, especificamente através do Itamaraty, buscou se adaptar para melhorar a imagem do país no exterior, tendo agido mais efetivamente em algumas áreas para garantir o objetivo. Sustentamos neste trabalho que o processo para garantir a legitimação estava diretamente ligado a algumas áreas de atuação: político-econômica, segurança interna e cultural. Para que pudesse alcançar tal objetivo, o governo necessitava, inicialmente, de pessoas/servidores que desempenhassem o papel de bons propagadores da imagem brasileira no exterior. Acreditamos que o expurgo realizado no órgão, que vimos no capítulo 2 deste trabalho, veio a calhar também a esse propósito.

Feito isso, mas praticamente paralelamente, o Itamaraty tomou uma série de precauções com a entrada de cidadãos de países comunistas, novamente alegando ser para garantia da segurança nacional. Ao mesmo tempo, organizou seus setores comercial e cultural para atrair investimentos e promover a imagem de um país “organizado” externamente. Contudo, como veremos abaixo, a análise da documentação nos mostra uma incongruência

entre as ações no sentido de controlar a circulação de pessoas e publicações de países comunistas e as ações que visavam maiores investimentos na área econômica⁸⁴.

Em 1967, foram criadas quatro (4) forças-tarefa no MRE: organização, promoção comercial, consular e cultural. Grosso modo, tais forças-tarefa tinham por objetivo estudar e analisar a situação dos setores em questão e sugerir formas de aprimorá-los levando em consideração as mudanças no Brasil e no cenário internacional. Em outras palavras, o objetivo era basicamente o estudo da modernização da estrutura e do regulamento de pessoal do MRE, além da agilização de suas rotinas e métodos de trabalho.

A força-tarefa de Organização do Serviço Exterior foi presidida pelo Embaixador Antônio Corrêa do Lago; a de Promoção Comercial, pelo Embaixador Paulo Leão de Moura; a Consular, pelo Embaixador Arnaldo Vasconcelos, e a Cultural, pelo Embaixador João Guimarães Rosa. As ações sugeridas nas quatro deveriam ser compatibilizadas e a implementação delas deveria ser coordenada⁸⁵. Malgrado a importância e relevância de todas para a melhor compreensão da história e funcionamento do MRE, trataremos mais atentamente aqui as sugestões e ações da força-tarefa cultural e sua importância no processo de legitimação do novo regime no cenário internacional. A análise dos documentos nos mostra o ideal velado de legitimar o novo governo brasileiro através uma imagem “organizada” do Brasil.

No âmbito do Itamaraty, como já mencionamos nos capítulos anteriores, a instalação das comissões de investigação tiveram como objetivo principal afastar do Ministério aqueles diplomatas que, aos olhos do novo regime, não estavam aptos, seja por sua ideologia ou por questões relacionadas à vida pessoal, para representar o país no exterior. Para os líderes do regime militar, o Brasil precisava de servidores comprometidos não somente com o ideal do regime, mas também com as ideias dos novos governantes; deveria haver uma convergência de pensamentos e ações.

Dito isso, acreditamos que a ação de repressão e expurgo realizada no Itamaraty, para além de afastar servidores que não tinham vínculos mais firmes com as lideranças do órgão, ou seja, que não tinham um bom relacionamento com as lideranças, serviram ao novo governo como forma de demonstrar à comunidade internacional que estavam alinhados à causa

⁸⁴Memorando para o Secretário Executivo da COLESTE. 1 de junho de 1967. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

⁸⁵Relatório Final ao Ministro de Estado, Deputado José de Magalhães Pinto, apresentado pelo Secretário-Geral Embaixador Sergio Correa da Costa. Dezembro de 1967. Memorandum para o senhor Ministro de Estado. Em 24 de novembro de 1967. Forças-Tarefa. Conclusões e Providências imediatas. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

contrária ao comunismo, vista no conflito Leste vs Oeste. Assim, essa “operação limpeza” pode ser considerada também uma forma de legitimar o novo regime.

Além do expurgo realizado internamente, em diversas ocasiões o MRE tentou barrar a entrada de cidadãos de países comunistas no Brasil. Em 1966, por exemplo, já havia uma série de reclamações sobre a demora na concessão de vistos a cidadãos de países socialistas. Tal constatação confirma-se por memorando enviado por José Osvaldo de Meira Penna ao Secretário de Política Exterior, Manoel Pio Corrêa, em que questionou tal ação. De acordo com Meira Penna, naqueles países os vistos a cidadãos brasileiros eram concedidos rapidamente e que o mesmo deveria acontecer no Brasil para evitar outros problemas, visto que os atrasos não se tratavam de uma preocupação com segurança, mas sim, de ineficiência burocrática⁸⁶.

Em junho de 1967, Lauro Barbosa da Silva Moreira, também expressou sua preocupação com as demoras na concessão de vistos a cidadãos de países de regime comunistas e como isso poderia vir a prejudicar a relação econômica do Brasil com esses países. Lauro Barbosa ressaltou ainda que não se tratava de um caso específico, destacando as dezenas de casos idênticos⁸⁷.

Um caso em especial chamou atenção. Em 1969, foi enviada uma circular às missões diplomáticas e repartições consulares (com exceção das sediadas nos EUA), proibindo-as de conceder visto ao Padre James Murray, cidadão irlandês, alegando que este havia praticado, em Santarém (Pará), atos considerados lesivos aos interesses da segurança nacional⁸⁸.

A preocupação de Meira Penna ia ao encontro a de Lauro Barbosa da Silva Moreira, com relação aos interesses comerciais do Brasil, ou seja, as possíveis consequências ao Brasil da demora na concessão dos vistos. Desse modo, fica evidente a preocupação do Itamaraty com a entrada desses cidadãos, tentando tardá-las ao máximo possível ou mesmo impedi-las.

Outro problema enfrentado pela diplomacia brasileira dizia respeito às

⁸⁶Memorandum para o sr Secretário Geral de Política Exterior. Em 03 de março de 1966. CONFIDENCIAL AEA/15/511.141. Concessão de vistos a cidadãos de países de regime comunista.. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

⁸⁷Memorandum para o Sr. Secretário Executivo do COLESTE. Em 1 de junho de 1967. Confidencial. COLESTE/30 511.1 Problemas referentes à concessão de “laissez-passer” a cidadãos da área socialista. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

⁸⁸CONFIDENCIAL. Circular nº 7.983. DPP/DSI/511.1. 300.12. Recusa de Visto. Padre James Murray. Rio de Janeiro, em 5 de maio de 1969. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

publicações no exterior sobre o país, principalmente nos países de regimes comunistas. Quando jornais e revistas se referiam a algo que desagradava o governo, geralmente havia represália. Em uma determinada ocasião, em março de 1966, Meira Penna, comunicou ao Secretário Geral de Política Exterior que um determinado correspondente soviético havia feito referências insultuosas ao Brasil em um artigo publicado no *Izvestia*⁸⁹⁹⁰. Além disso, chamou atenção ainda para uma irradiação da rádio de Moscou para o Brasil, que havia feito referências à ditadura militar, chamando os generais de reacionários. Nessa transmissão, a rádio russa sustentou ainda que o Embaixador Abraham Lincoln Gordon (EUA) teria dado cinco milhões de dólares ao ministro da Guerra brasileiro para fazer a “revolução” e que parte da soma em questão ficou com Costa e Silva.

As alegações incomodaram Meira Penna, que sugeriu ao Secretário Geral de Política Exterior a expulsão de Vitaly I. Kobysh, representante do *Izvestia* e da rádio de Moscou. Ele acreditava que a expulsão de Kobysh teria vantagem de demonstrar aos russos que o Brasil estava atento ao fato de que a manutenção das relações amistosas entre os dois países dependeria de maior cuidado daquele país em impedir manifestações “caluniosas” daquele tipo em órgãos oficiais soviéticos.

Em dezembro de 1966, Meira Penna voltou a se inquietar com a imprensa. Nesse caso, a intranquilidade era com a imprensa e uma rádio da Tchecoslováquia. Ele relatou ao Secretário Geral de Política Exterior que a imprensa daquele país havia publicado “artigos violentos de crítica a nosso país”, ressaltando ainda que não se tratava da primeira “intromissão” em assuntos internos. A atitude de Meira Penna foi, novamente, solicitar a retirada dos representantes do país⁹¹. Novamente, é notória a inquietação do Itamaraty, principalmente por alguns grupos, que tentavam a todo modo manter uma imagem ordenada da nação.

Também devem ser considerados os esforços empreendidos no setor comercial. A situação econômica brasileira naquele período ainda se encontrava frágil e com inflação crescente, afetando não somente a população nacional, mas também comprometendo a credibilidade frente aos demais países. Nesse sentido, o governo brasileiro promoveu ações

⁸⁹Memorandum para o Sr Secretário Geral de Política Exterior. Em 11 de março de 1966. CONFIDENCIAL. AEA/18. Referencias insultuosas ao Brasil de parte de um correspondente soviético. 930.30 (42) (74). Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

⁹⁰Jornal Russo.

⁹¹Memorandum para o Sr. Secretário Geral de Política Exterior. Em 2 de dezembro de 1966. Confidencial. AEA/210. Campanha da imprensa e rádio da Tchecoslováquia contra o Brasil. Aliciamento de estudantes. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

com intuito de recuperar a economia, como mencionado no primeiro capítulo desta pesquisa, com os planos de ação econômica. Além disso, diretamente relacionado ao ponto anterior, de cassação de servidores no Itamaraty, como vimos, os primeiros alvos eram da área econômica brasileira. A análise dos documentos nos revela que as lideranças do MRE não consideravam relevantes, por exemplo, os trabalhos dos Ministros de Assuntos Econômicos.

Além dos planos de ação econômica que visavam a recuperação da economia nacional, é importante destacarmos o papel da força-tarefa de Promoção Comercial, coordenada pelo Embaixador Paulo Leão de Moura. O objetivo principal era a expansão e a diversificação das exportações brasileiras⁹². O relatório da força-tarefa demonstrou que a eficácia da atuação externa estava fortemente condicionada à compatibilidade com a política econômica, definida e executada no plano interno. Era necessário, portanto, uma modernização do serviço de promoção comercial.

Um das ações no sentido de promover o comércio brasileiro, portanto, foi a de distribuição da rede consular. Em documento enviado ao Presidente Costa e Silva, o Ministro Magalhães Pinto ressaltou que a ação conjunta entre a força-tarefa consular e a de promoção comercial verificaram a necessidade de uma reorganização da rede de consulados do Brasil no mundo. A ação seria basicamente no sentido de dar maior atenção nas regiões mais importantes para o comércio brasileiro. Assim, novos postos foram criados, outros extintos e outros levados a condição de Consulado Geral⁹³.

Outra ação no sentido de garantir uma maior participação do Brasil no comércio internacional foi a proposta de criação de um Conselho de Política Econômica Externa. O Ministro Magalhães Pinto ressaltou, em exposição de motivos ao Presidente, que as atividades de natureza econômica eram essenciais no entendimento com outras nações. A coordenação proposta do Conselho ficaria a cargo dos Ministros das Relações Exteriores, do Planejamento e Coordenação Geral, da Fazenda e da Indústria e Comércio, juntamente com o presidente do Banco Central, assegurariam a coordenação da política econômica externa e seu entrosamento com a programação geral do Governo, habilitando o MRE a fazer da política internacional brasileira poderoso instrumento de captação de recursos para o desenvolvimento econômico

⁹²Relatório das Forças-Tarefa de Organização, Promoção Comercial, Consular e Cultural. Projeto de decreto criando a Secretaria Geral Adjunta de Promoção Comercial e fixando as linhas de ação do Ministério das Relações Exteriores nesse campo (Exp. Mot. n2 304/67). Em 14 de dezembro de 1967. SG/APP/304/801.1(00). De José de Magalhães Pinto e Edmundo de Macedo Soares ao Presidente Artur da Costa e Silva. AHI-BSB.

⁹³Relatório das Forças-Tarefa de Organização, Promoção Comercial, Consular e Cultural. Projeto de decreto sobre a distribuição consular em função da ação de promoção comercial do Ministério das Relações Exteriores (Exp. Mot. Nº 290/67). Em 27 de novembro de 1967. SG/DCI/APP/290/923(42)(00). Redistribuição da rede consular. AHI-BSB.

do país⁹⁴.

Nesse mesmo sentido, a força-tarefa de promoção comercial propôs também a criação de uma Secretaria Geral Adjunta de Promoção Comercial. Magalhães Pinto ressaltou que, para alcançar os objetivos da “Diplomacia da Prosperidade”, era essencial visar a expansão e a diversificação das exportações brasileiras. Para tanto, seria de grande importância a criação de uma secretaria que fosse responsável por estudar a legislação e tudo que se tratasse da matéria em questão. O Ministro sustentou ainda que a criação da secretaria seria importante para esclarecer as responsabilidades do MRE e da CACEX, além de estabelecer um sistema de cooperação entre ambos⁹⁵. Como pudemos observar as ações do MRE no sentido de promover o setor comercial brasileiro foram intensas e contribuiriam diretamente para o aumento da credibilidade do país no exterior.

Com relação à imagem brasileira no exterior, em 1966, o Secretário Geral Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, José Osvaldo de Meira Penna, diplomata conservador, manifestou suas preocupações com a imagem e também a atuação brasileira no âmbito internacional. Meira Penna escreveu diversas vezes a lideranças no Ministério, alertando sobre questões como infiltração comunista no país (como veremos, inclusive pelo cinema) e divulgação de filmes brasileiros no exterior que, supostamente, eram negativos ao Brasil.

No dia 18 de março de 1966, Meira Penna escreveu ao Secretário Geral demonstrando sua insatisfação quanto à filtragem dos filmes brasileiros que estavam sendo exibidos internacionalmente. Ele destacou os esforços que estavam sendo empreendidos pelo Ministério no que concerne à difusão e comercialização do cinema brasileiro no exterior, mas sublinhou que grande parte desses estavam sendo dirigidos a países ditos socialistas e ao Japão. Pediu, assim, maior atenção na seleção dos filmes, principalmente aos patrocinados pelo MRE.

Nessa oportunidade, Meira Penna destacou a exibição dos filmes “Ganga Zumba” e “O Pagador de Promessas” no Japão. Ressaltou que o primeiro era de “péssima qualidade, de horrendo mau gosto e de lamentável conteúdo ideológico, sendo muito mais indicado para

⁹⁴Relatório das Forças-Tarefa de Organização, Promoção Comercial, Consular e Cultural. Projeto de decreto criando o Conselho de Política Económica Externa (Exp.Mot.n2 311/67). Documento de 29 de dezembro de 1967. SG/APP/900.1(42)/311. Do ministro Magalhães Pinto ao presidente Costa e Silva. AHI-BSB.

⁹⁵Relatório das Forças-Tarefa de Organização, Promoção Comercial, Consular e Cultural. Projeto de decreto criando a Secretaria Geral Adjunta de Promoção Comercial e fixando as linhas de ação do Ministério das Relações Exteriores nesse campo (Exp. Mot. n2 304/67). Em 14 de dezembro de 1967. SG/APP/304/801.1(00). AHI-BSB.

apresentação aos ‘simbas’ antropofágicos do Congo (Stanleyville) – ressaltando que eles certamente o apreciariam – do que ‘Sua Alteza Imperial a Princesa Chichibú’⁹⁶. Ainda sobre “Ganga Zumba”, Meira Penna sustentou que se negou a exibi-lo naquela cidade, após ouvir de críticos nativos o comentário que nem a censura nigeriana teria, provavelmente, permitido a sua apresentação comercial.

Quanto ao segundo filme “O Pagador de Promessas”, Meira Penna declarou ser de melhor qualidade. No entanto, tinha um notório caráter subversivo. Por fim, afirmou que achava estranhável o Itamaraty e as missões diplomáticas brasileiras difundirem peças cinematográficas que, de acordo com ele, eram “contra a arte, o bom gosto e o bom senso nacionais” (idem). Julgou ainda que os países que se encontravam na área sobre a qual era responsável a Secretaria Geral Adjunta, mereceriam tratamento especialmente cuidadoso em virtude de suas características raciais e políticas, tendo solicitado, dessa maneira, providências ao Secretário Geral no sentido de que se fizesse uma “censura” prévia, antes de qualquer remessa de filmes daquela natureza⁹⁷.

Em resposta ao questionamento acima, o chefe da Divisão Cultural esclareceu que o único órgão do governo legalmente encarregado de uma “censura prévia” aos filmes brasileiros em longa e curta-metragem, era a Censura Federal, subordinada diretamente ao Departamento Federal de Segurança Pública, do Ministério da Justiça. Sustentou ainda que, ao MRE, através da comissão de seleção de filmes brasileiros para festivais internacionais de cinema, caberia determinar a participação cinematográfica em certames mundiais do ponto de vista estético, técnico e diplomático. Logo, não do ângulo político e dos “bons costumes”. Colocou ainda que os filmes submetidos ao exame da referida comissão eram portadores dos certificados de ‘boa qualidade’ e de ‘livre para exportação’, outorgados previamente pela Censura Federal⁹⁸. Quanto à seleção dos filmes, o argumento não se sustenta, visto que o próprio MRE fazia seleção e ditava o conteúdo dos filmes.

Ressaltando o objetivo brasileiro de “zelar” pela boa imagem da nação, o chefe da Divisão Cultural ressaltou ainda que o Departamento Cultural e de Informações tinha preferência sempre por películas que não retratassem aspectos negativos da realidade

⁹⁶Memorandum para o Sr. Secretário Geral. Em 18 de março de 1966. CONFIDENCIAL. AEA/20. 540.612. Comercialização e difusão do cinema brasileiro. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

⁹⁷Memorandum para o Sr. Secretário Geral. Em 18 de março de 1966. CONFIDENCIAL. AEA/20. 540.612. Comercialização e difusão do cinema brasileiro. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

⁹⁸Memorandum do dia 31 de março de 1966, em resposta ao memorandum para o Sr. Secretário Geral. Em 18 de março de 1966. CONFIDENCIAL. AEA/20. 540.612. Comercialização e difusão do cinema brasileiro. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

brasileira (idem). Ponto este ressaltado pelo Secretário Geral, Manoel Pio Corrêa, em memorando do dia 04 de abril daquele mesmo ano, direcionado ao chefe do Departamento Cultural e de Informações, sugerindo que fosse mantida a vigilância quanto às películas que apresentassem aspectos desfavoráveis do Brasil⁹⁹.

Em seguida, o Secretário Geral discordou do chefe do DCInf quanto à falta de competência da comissão de seleção para apreciar ângulo político das películas oferecidas para seleção. Ao recomendar que aquele ângulo fosse cuidadosamente apreciado, destacou que deveriam rejeitar qualquer película que oferecesse teor ideológico manifestamente subversivo. O teor ideológico deveria ser suficientemente perceptível, no tema ou no tratamento do mesmo, para caracterizar a “mensagem ideológica” (idem).

Quanto às censuras, foi publicada já em 1965 uma carta aberta no jornal “Última Hora”, em que um grupo de produtores alegaram que “as autoridades diplomáticas dificultam a apresentação em festivais internacionais de filmes brasileiros que retratam aspectos de nossa realidade”. Apesar de o então chefe da Divisão de Difusão Cultural, Vasco Mariz, ter negado, em memorando ao chefe do DCInf as alegações¹⁰⁰, é totalmente paradoxal o que foi destacado no relatório da força-tarefa, de mostrar aspectos da realidade “atual” e, ao mesmo tempo, censurarem obras que retratam tal realidade. A atuação do MRE não deixa de ser compreensível, visto que buscava passar uma imagem “organizada” do Brasil, todavia, isso custava a real retratação do país.

Vasco Mariz, tal qual Meira Penna, que era um conservador na área político/cultural e que acreditava que a legitimidade do novo regime prendia-se a uma visão extremamente vinculada ao anticomunismo, também tinha uma visão restrita da imagem brasileira que poderia ser exibida no exterior. Em 1965, após assistir ao filme “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, alegou ter ficado com dúvidas sobre a utilidade de o Itamaraty exibi-lo no exterior. Mariz sustentou que o filme em questão era daninho à imagem do Brasil por apresentar o problema social no Nordeste brasileiro que, conforme o diplomata, era veículo para propaganda ideológica. Além disso, destacou as inúmeras mortes e o caráter anticlerical do filme, solicitando ao chefe do DCInf que recolhesse as cópias que se encontravam em

⁹⁹Memorandum do dia 04 de abril de 1966, resposta aos anteriores: do dia 31 de março de 1966 e 18 de março de 1966. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

¹⁰⁰Memorandum para o sr chefe do departamento cultural e de informações. Em 11 de agosto de 1965. Confidencial. DDC/213/540.612. Festivais Internacionais de Cinema. Participação do Brasil. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Roma, Tóquio e Los Angeles por serem prejudiciais à imagem do Brasil¹⁰¹.

Em 1967, o Terceiro-Secretário Volker Polsler sugeriu ao chefe substituto da Divisão de Difusão Cultural que apreciasse a possibilidade de comprar o filme “Goeldi” para apresentá-los nos centros de cultura brasileira e, posteriormente, enviá-los traduzidos para o inglês, francês e espanhol às missões diplomáticas e repartições consulares no Brasil. Conforme o diplomata, o filme apresentava sensibilidade, trilha sonora de Villa-Lobos além de comentários de críticos e poemas de Carlos Drummond de Andrade. Em resposta à sugestão, o então chefe do DCInf, Donatello Grieco, respondeu apenas que não poderiam fazer nada, devido aos gastos excessivos¹⁰². Esse fato ressaltou, mais do que a possível falta de orçamento do MRE, o aumento da censura no que se refere à difusão da imagem brasileira no exterior.

Em outra ocasião, Meira Penna escreveu ao Secretário Geral de Política Exterior para falar sobre suas impressões a respeito do Festival de Cinema Soviético, que fora realizado no Brasil, e da relação entre os dois países. Meira Penna destacou que, antes da exibição do filme “Hamlet”, foi projetado um vídeo sobre o Brasil e que, ao aparecer o Presidente da República, este foi vaiado pela plateia, acontecendo o mesmo com o Ministro das Relações Exteriores, que estava presente. Ao contrário do que aconteceu com os brasileiros, os membros da comitiva soviética foram amplamente aplaudidos. Meira Penna sustentou que o episódio confirmou a opinião dele de que as relações culturais Brasil-URSS tinham caráter unilateral insatisfatório. Alegando que o significativo não seria a apresentação do filme em si, mas sim, do ensejo de agitação e confusão ideológica que, de acordo com ele podia ser caracterizada pelo motejo ao Brasil, “ao passo que esse mesmo público, escolhido entre a flor da *intelligentsia* nacional, aplaudiu com fervor os representantes dos carcereiros da cultura russa”¹⁰³.

Na sequência, claramente desapontado não somente com o acontecido durante a exibição de Hamlet, mas obviamente com a presença russa no Brasil, Meira Penna, destacou que as relações culturais entre os dois países tinham sentido unilateral. De acordo com seu pensamento, para a URSS o Brasil continuava a enviar apenas filmes que serviam para revelar

¹⁰¹Memorandum para o sr chefe do departamento cultural e de informações. Em 8 de março de 1965. Confidencial. DDC/72/540.612. “Deus e o Diabo na Terra do Sol”. Recolhimento de cópias. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

¹⁰²Memorandum para o Sr. Chefe Substituto da Divisão de Difusão Cultural. Em 26 de dezembro de 1967. Confidencial. DDC/277/540.612. Compra do filme “Goeldi”. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

¹⁰³Memorandum para o Sr Secretario geral de política exterior. Em 29 de abril de 1966. Confidencial. AEAs/47/640.612 (74) (42). 542.6 (74). Festival de Cinema Soviético. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

a “inépcia, mau gosto e desarvoramente ideológico de certos representantes do cinema brasileiro”¹⁰⁴. Ressaltou ainda que considerava mal indicada a tolerância brasileira à, supostamente, penetração da cultura soviética no Brasil após dois anos do golpe. Por fim, declarou ser favorável ao incremento do comércio com a URSS, mas não de ideias (idem).

Quatro meses após as manifestações de Meira Penna sobre as relações, principalmente culturais entre o Brasil e a URSS, o mesmo enviou ao Secretário Geral de Política Exterior, no dia 29 de agosto de 1966, documento referente à liberação de filmes provenientes da URSS da alfândega brasileira. As autoridades soviéticas reclamaram pela demora na liberação, sustentando que alguns materiais estavam há seis meses aguardando permissão do Itamaraty para serem liberados. Meira Penna destacou que a embaixada soviética alegou serem os filmes destinados apenas a exibições internas na sede da missão, sendo somente para funcionários e suas famílias.

Meira Penna disse que não via razões para impedir a embaixada de receber os filmes, desde que se comprometesse a não cedê-los, a qualquer título ou por qualquer prazo a pessoas ou entidades locais e a não projetá-los, mesmo na sua sede, para audiências brasileiras¹⁰⁵. Apesar de nenhum documento comprovar abertamente que a retenção dos filmes soviéticos na alfândega brasileira fosse uma espécie de retaliação ao acontecido meses antes e, mais ainda, ao temor da influência comunista no país, é perceptível que o Itamaraty estava mais atento quanto a essa “infiltração” interna.

Nesse sentido, a última ação no sentido de garantir a legitimidade do Brasil no âmbito internacional foi a promoção da cultura nacional. Naquela época, assim como hoje, a Divisão Cultural do MRE era de extrema importância para promoção da cultura e, portanto, da imagem brasileira no exterior. Assim, era essencial modernizar esse setor para que se adequasse à nova realidade brasileira, de modo que propagasse uma boa imagem frente aos demais países. A força-tarefa cultural organizou sua linha de trabalho tendo como ponto inicial a reestruturação do Departamento Cultural e de Informações (DCInf).

Antes da criação da força-tarefa cultural, em 1967, aconteceu uma Reunião dos Embaixadores do Brasil na Europa Ocidental, realizada em Roma, entre os dias 10 a 30 de setembro de 1966. Ao tratarem sobre assuntos culturais e informações, houve a recomendação

¹⁰⁴Memorandum para o Sr Secretario geral de política exterior. Em 29 de abril de 1966. Confidencial. AEA/47/640.612 (74) (42). 542.6 (74). Festival de Cinema Soviético. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

¹⁰⁵Memorandum para o Sr. Secretário Geral de Política Exterior. Em 29 de agosto de 1966. Confidencial. AEA/149. Liberação de filmes destinados ao uso da Embaixada da URSS. 922.81 (00) (42) 640.612 (74). Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

de que o Departamento Cultural e de Informações concentrasse seus esforços na difusão artística nas diversas manifestações da cultura brasileira no exterior. Entre outros pontos, recomendaram ainda um maior planejamento das atividades de promoção comercial.

Pela portaria de 12 de maio de 1967, o Ministro Magalhães Pinto designou, além do Embaixador João Guimarães Rosa, como presidente da comissão, os Embaixadores Paschoal Carlos Magno, Everaldo Dayrell de Lima, José Osvaldo de Meira Penna, Wladimir do Amaral Murтинho, o Ministro Helio Antonio Scarabôto e o Primeiro Secretario Narto Lanza para estudarem a organização dos serviços culturais do MRE¹⁰⁶.

Em memorando ao Presidente Costa e Silva, o Ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, ressaltou a necessidade “urgente” de reorganização do Departamento Cultural. O motivo levantado para isso foi a inevitabilidade de se adaptar à conjuntura daquele momento, marcada tanto pela aceleração e diversificação das relações internacionais no campo da cultura, quanto das exigências nacionais de desenvolvimento. Era ainda importante pois somente coordenando todas as atividades de interesse cultural, o DCInf seria elemento essencial e dinâmico no plano da política exterior brasileira¹⁰⁷.

Na introdução do relatório da força-cultural, a importância dos serviços culturais foi novamente ressaltada, sendo um dos componentes permanentes e considerados essenciais da diplomacia brasileira, desdobrados em linhas de ação, quais sejam: ação política; econômica e cultural. O relatório foi dividido em pontos de ação, ou seja, de orientação da política cultural do MRE. Apesar de propagarem a importância de se apresentar a conjuntura “atual”, essa deveria passar pelo crivo da Censura Federal e do próprio MRE.

Foram propostos dois campos de atividade principais da política cultural: captação e irradiação. Para cada atividade, as áreas de atuação do globo eram diferentes, tendo como justificativa o estágio de desenvolvimento do Brasil naquele momento, ou seja, “como país intermediário”. Nesse sentido, somente em nível de demonstração, algumas das áreas eram as seguintes:

1) Áreas de captação: a) Estados Unidos da América; b) Europa Ocidental; c) Leste Europeu;

¹⁰⁶Relatório das Forças-Tarefa de Organização, Promoção Comercial, Consular e Cultural. Relatório da Força-Tarefa Cultural. Relatório da Comissão designada para estudar a organização dos serviços culturais 1967. AHI-BSB.

¹⁰⁷Relatório das Forças-Tarefa de Organização, Promoção Comercial, Consular e Cultural. Projeto de decreto criando a Divisão de Programação Cultural e fixando as linhas de ação cultural do Ministério das Relações Exteriores (Exp. Mot. Nº 289/67)5. Em 27 de novembro de 1967. SG/DCInf/APP/289/352/18. Reestruturação do Departamento Cultural e de Informações. AHI-BSB.

2) Áreas de irradiação: a) América Latina; b) Estados Unidos da América; c) África Ocidental; d) Europa Ocidental;

3) Outras áreas (de ação secundária ou eventual): a) Ásia, Oceania, África Oriental.

As áreas de captação (seria a absorção, assimilação de aspectos culturais externos) e irradiação (compreendida aqui como propagação, difusão da cultura brasileira) acima nos mostram as áreas de maior interesse brasileiro no que se refere a uma maior e melhor propagação de sua imagem favorecendo não somente a uma maior credibilidade no exterior, mas como forma de abrir as portas para mercados não somente culturais, mas também econômico, além da influência política. Permitindo, assim, uma ação sincronizada das três linhas de ação do Itamaraty, como no caso de uma ação mais efetiva na América Latina, que poderia diminuir, conforme o documento, as diferenças de língua, origem e formação histórica que separariam o Brasil dos vizinhos.

O planejamento de tais atividades foi expresso no item oitenta e oito (88) do relatório, o qual destacou que uma das formas de atuação seria através do despacho de livros, filmes, discos e obras de arte em geral; efetuando remessa de exposições do Brasil para o exterior e vice-versa, entre outros. No que concerne à literatura, a comissão recomendou avaliar o que realmente interessava ao estrangeiro conhecer do Brasil e o que convinha mostrar, de modo que esse exame inicial estabelecesse as pautas de orientação no planejamento da divulgação externa.

As publicações também seriam fontes essenciais para uma melhor promoção da imagem brasileira no exterior. A comissão sugeriu, entre os materiais de propaganda do país, a criação de um folheto sobre o Brasil, com informações de aspectos da realidade que pudessem ser atualizados anualmente e que seriam traduzidos pelas missões diplomáticas. Outra sugestão foi a criação de uma revista do Brasil, que começaria a ser editada em espanhol e, verificada a aceitação, também em inglês e francês. “A revista, com uso amplo de material fotográfico, seria delicada a divulgação, no exterior, de informações próprias para interessar o leitor estrangeiro, podendo versar aspectos culturais em geral e das realizações nacionais” (FORÇA-TAREFA CULTURAL..., 1967, p. 85).

Para que o pessoal do Itamaraty se mantivesse mais informado sobre matéria de interesse administrativo, além de completar os demais boletins, foi proposto um Boletim Itamaraty. O Boletim seria mensal e teria as seguintes seções: política externa; política nacional; economia e atividades culturais; atos, discursos e conferências e assuntos gerais.

Quanto à música a comissão recomendou que se distinguíssem os países entre aqueles de menor grau e maior grau de cultura musical. Nos primeiros, conforme o relatório, valeria a pena enviar intérpretes; já no segundo, destacou ser conveniente não exibir intérpretes (naquele momento), mas concentrar na divulgação da “melhor” música nacional. Entre esses locais, a comissão destacou os países europeus em geral, as grandes cidades dos EUA e, das capitais latino-americanas, “talvez somente” Buenos Aires e, em certa medida, Santiago do Chile¹⁰⁸.

Um dos pontos mais interessantes de análise da divulgação da imagem do Brasil no exterior, contudo, é o cinema. O ponto 171 do relatório destacou que o cinema era considerado um instrumento poderoso na difusão cultural sendo, ao mesmo tempo, mais “penetrante” e “democrático”, dessa forma, foi criado o Instituto Nacional do Cinema. O objetivo do Instituto era “formular e executar a política governamental relativa à produção, importação, distribuição e exibição de filmes, ao desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira, ao fomento cultural e a sua promoção no exterior” (FORÇA-TAREFA... 1967, p. 79).

O mais interessante a ser destacado é a forma de distribuição e comercialização de filmes/documentários sobre a realidade cultural brasileira no exterior. O relatório enfatizou que a distribuição das produções seria diretamente ligada ao tipo de produção, ou seja, seriam distribuídos aqueles que mais interessassem à difusão cultural brasileira, sublinhando, inclusive, os trabalhos de Herbert Richers e Jean Kanson. Além disso, recomendou que “o aperfeiçoamento desse tipo de produção e seu melhor ajustamento às intenções políticas de nossa ação cultural, com vistas a dar no exterior uma imagem consistente e amadurecida da vida nacional” (idem, p. 81). Nesse sentido, o relatório ainda deu destaque para a adaptação de produções, com o Itamaraty dando os roteiros e fiscalizando a produção ou montagem. Em outras palavras, para ser distribuída e/ou comercializada, a produção deveria estar em consonância com a política governamental.

Ao exibir as produções no exterior, a intenção do Itamaraty não era somente

¹⁰⁸Quanto à escolha dos músicos que poderiam ir na segunda categoria de países, a comissão destacou que “só deveria estipendiar-se a visita de alguns intérpretes brasileiros de alto gabarito — sobretudo, pianistas, atualmente nosso principal “artigo de exportação”; no domínio musical — capazes de interessar público acostumado a ouvir o que ha de melhor. Não seria difícil selecionar pequeno numero de pianistas entre os de renome internacional, para excursionarem através de cercos países de cultura musical evoluída, sob patrocínio do Itamaraty, reservando-se para artistas roais jovens e de ainda menor expressão — (diversos instrumentalistas, cantores, conjuntos de câmara, corais, etc.) áreas geográficas menos adiantadas em matéria musical. Tal escolha caberia a um grupo de professores e críticos, ficando, assim, o Itamaraty menos exposto a críticas eventuais” (FORÇA-TAREFA ..., 1967, p. 88).

mostrar a cultura brasileira e sua organização, mas também seu processo de desenvolvimento e, portanto, amadurecimento na nova fase a qual passava o país. Ao sugerir a possibilidade de apresentação de uma “Semana do Cinema Brasileiro”, que seria planejada anualmente, por exemplo, a comissão recomendou que fossem exibidos filmes precedidos de documentários coloridos “bem feitos”, com intuito de apresentar as “mais caras realizações culturais” do Brasil.

Como vimos, as ações para promoção da imagem do Brasil no exterior aconteceram em diversas frentes, como as que mencionamos anteriormente. Tendo esse objetivo em mente, o Consulado Geral do Brasil em Nova York sugeriu à SERE a contratação dos serviços de relações públicas da firma Curtiss Hoxter, a fim de que a imprensa de Nova York desse maior relevo às notícias relacionadas ao Brasil e, mais que isso, que projetasse uma imagem favorável no país nos EUA¹⁰⁹.

As ações no sentido de legitimar o novo governo no cenário internacional, seja garantindo a segurança interna dificultando e/ou impedindo a entrada de cidadãos de países de regime comunista; propondo ações para promover e aumentar as exportações brasileiras; respondendo e/ou repreendendo a imprensa de países comunistas que faziam comentários que desagradavam o governo brasileiro e, além disso, promovendo políticas culturais de modo a propagar uma imagem “organizada” da nação, são extremamente interessantes e abrem uma série de questões. Apesar de todas terem o mesmo objetivo, de garantir o reconhecimento internacional, podemos observar, como destacado no início desta seção, certa contradição entre elas.

Ao mesmo tempo em que o governo buscava expandir sua rede comercial com países diversos, mesmo aqueles de regimes comunistas, dificultava a entrada de cidadãos daqueles mesmos países no Brasil e, além disso, questionava a liberdade de imprensa estrangeira (novamente, dos mesmos países). Claramente o Brasil, mais do que propor medidas, deveria atuar mais intensamente no sentido de conciliá-las, de modo a não criar pontos de atritos desnecessários que viessem a prejudicar exatamente frentes que buscavam aprimorar.

¹⁰⁹Memorandum para o Sr Chefe da DIPROC. Em 10 de maio de 1966. DIPROC/64/591.7 (22). Divulgação da imagem do Brasil. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Inda pago pra ver
O jardim florescer
Qual você não queria
Você vai se amargar
Vendo o dia raiar
Sem lhe pedir licença
E eu vou morrer de rir
Que esse dia há de vir
Antes do que você pensa [...]

Apesar de você
Chico Buarque (1970)

Ao longo deste trabalho, buscamos identificar e demonstrar como o MRE se comportou frente ao golpe de Estado de 1964, especificamente durante as gestões Castelo Branco e Costa e Silva. Em outras palavras, pretendíamos analisar o papel do Itamaraty enquanto burocracia responsável pela defesa dos interesses e da imagem brasileira no exterior durante os anos de institucionalização da ditadura militar no Brasil.

O argumento sustentado ao longo do texto foi que o MRE, tal como qualquer outra instituição governamental, atendeu a interesses políticos e ideológicos dos governantes do período - no caso, dos militares no poder. O comportamento do Itamaraty foi moldado, dessa maneira, pela conjuntura/situação derivada da ascensão dos militares ao poder. Ao longo do trabalho, buscamos analisar três aspectos da atuação do Ministério com o objetivo de substanciar/fundamentar nosso argumento: a caça às bruxas, ou seja, o expurgo realizado no órgão nos anos de 1964 e 1969; o processo de tomada de decisão e o processo de legitimação internacional do novo regime.

Dado que lidamos com comparações do comportamento do MRE e da política externa brasileira ao longo trabalho, apresentamos inicialmente alguns aspectos das conjunturas nacional e internacional pré-golpe de Estado para que pudéssemos compreender melhor os fatores que levaram à deflagração do mesmo. Além disso, apresentamos também as conjunturas nacional e internacional pós-golpe, por terem influenciado o comportamento do

Ministério do Exterior e a condução da política externa do Brasil. Em um contexto de mudanças drásticas na sociedade nacional, é compreensível que os órgãos de Estado e governo busquem se adequar à nova realidade. No caso do Itamaraty, como sustentamos no decorrer do trabalho, também houve mudanças no sentido de atender interesses dos militares no poder.

Com a apresentação dessas conjunturas, visamos unicamente contextualizar elementos influenciadores do golpe, os quais moldaram a conduta de órgãos governamentais como o Itamaraty. Por exemplo, a ordem mundial caracterizada pela Guerra Fria, que dividiu o mundo em dois grandes blocos rivais, certamente foi um dos maiores influenciadores do comportamento do governo brasileiro. Ao se colocar ao lado dos EUA, era evidente que o Brasil se posicionaria contra a expansão do “perigo comunista” e, conseqüentemente, se afastaria de todos aqueles que não concordassem com esse ideal. Internamente, a oposição foi reprimida pelo novo regime, inclusive com uso da força estatal¹¹⁰.

Tendo em vista os elementos em torno do golpe, prosseguimos para analisar os três aspectos mencionados acima para fundamentar nosso argumento. Com a mudança de regime e, conseqüentemente, alterações de lideranças/governantes, era evidente que transformações poderiam ser realizadas no órgão diplomático. As diferenças de personalidades, características, vivências e ideologias contribuíram para tais mudanças. O próprio expurgo realizado no órgão e a alteração da política externa que estava sendo implementada são exemplos da influência dessas variáveis. Com relação à política exterior, como sabemos, houve uma mudança mais substancial de João Goulart para Castelo Branco e outra, que pode ser considerada uma retomada dos princípios da PEI, de Castelo Branco para Costa e Silva. Verificamos ainda que durante o governo Castelo Branco já havia indícios de ajustes na política exterior, como ilustra o interesse de Meira Penna em criar uma comissão de negociações bilaterais e multilaterais com intuito de se aproximar de países do chamado Terceiro Mundo.

A primeira dimensão analisada foi o processo de caça às bruxas no MRE. As comissões de investigação sumária instauradas no Itamaraty tiveram por objetivo deixar apenas as pessoas que não eram contrárias ao novo regime e não tinham desavenças com as chefias. Assim, podemos considerar que as diferentes percepções e visões de mundo influenciaram as ações dos grupos no poder e isso instigou também a atuação mais

110Apesar disso, deve-se ressaltar fatores como a atuação do MDB no sistema político brasileiro dentro das estreitas margens de atuação à sombra repressora do regime autoritário.

diretamente na organização do Itamaraty. Enquanto a comissão de 1964 se ateuve a afastar do Ministério os servidores considerados comunistas/esquerdistas ou que tivessem de alguma maneira, na visão dos perseguidores, atentando contra o País, a comissão de 1969 teve como alvo aqueles servidores que poderiam, de acordo com as lideranças do período, ir contra o bom nome da Casa - em outras palavras, procuraram afastar servidores conforme suas condutas pessoais. Vários homossexuais, por exemplo, foram cassados, embora o fato de nem todos terem sido perseguidos indicar que esta pode também ter sido uma mera desculpa para remover desafetos. De forma similar, servidores que tinham um estilo de vida diferente do considerado tradicional também foram desligados do órgão.

Vasco Leitão da Cunha foi um importante ator no processo de cassação no MRE no ano de 1964. Conforme apresentamos nesse trabalho, o ex-ministro alegou, à época, ter agido com intuito de proteger o Ministério das inquirições e alegou ter feito uma proteção em torno do Itamaraty, de modo que as cassações não se alastrassem. Entretanto, à luz dos documentos consultados nesse trabalho, é possível afirmar que Leitão da Cunha tinha também interesses particulares em controlar o processo, tendo, assim, papel relevante não apenas na criação, mas também na condução daquelas investigações.

Ainda que o número de investigados no MRE tenha sido relativamente menor do que o de outros órgãos, o fato de ter havido investigações e cassações indica que o ministro de Castelo Branco se aproveitou do momento para afastar do órgão aqueles que não estivessem, de algum modo, alinhados aos ideais dos governantes e chefias à época. Portanto, para um melhor entendimento do papel do ex-Ministro nesse processo, é necessário compreendermos o que ele considerava como “proteção”. Se a concepção era puramente quantitativa, então, de fato, o Itamaraty foi “protegido”, ou seja, foi preservado, pois não sofreu altos cortes comparado a outros órgãos. Logo, proteção aqui significa ter sido, de certo modo, poupado. Por outro lado, sua própria participação nos expurgos mostra que ele tinha convicções e interesses em afastar certas categorias de servidores, o que tenciona o argumento de que queria proteger o órgão e os servidores.

A segunda variável analisada foi a formulação da PEB. Ao analisarmos o processo de decisão em política externa durante o regime militar, observamos que as comissões brasileiras nos eventos de política exterior eram compostas, em sua maioria, por “outros”. Dentro dessa categoria estavam, por exemplo, políticos, jornalistas e servidores governamentais diversos. Os demais membros das comissões eram diplomatas e militares. Ao contrário do que muito se discute, não podemos considerar que as decisões eram tomadas

unicamente pelo Itamaraty. Como destacamos no capítulo 3, embora as instâncias principais fossem o próprio Itamaraty e o Presidente da República, houve influências diretas de outros setores e atores.

No que se refere ao questionamento referente à participação ativa dos militares em instâncias normalmente ocupadas por diplomatas, nossas investigações conduziram também a uma melhor compreensão sobre a participação desse grupo em assuntos de política exterior. A participação e influência dos militares em várias instâncias governamentais podem ser observadas em vários momentos. Buscamos verificar neste trabalho se, também em matéria de política externa, eles atuaram em setores de responsabilidade dos diplomatas.

Ao longo do trabalho, pudemos verificar que, mesmo tendo a participação considerável em eventos e, conseqüentemente, assuntos de política exterior – inclusive chegando a compor equipes governamentais - os militares não tomaram totalmente a frente dos diplomatas. Em outras palavras, eles tiveram uma participação cautelosa, uma vez que o alcance da influência dos militares, no que se refere à política exterior, não foi descomunal. Portanto, consideramos que o Itamaraty, mesmo durante governos militares, ainda manteve grande margem de manobra à frente de questões referentes às ações externas brasileiras.

A última frente analisada neste trabalho foram as ações da nova chancelaria brasileira no sentido de garantir a legitimidade do novo governo brasileiro no cenário internacional, ou seja, tornar o regime militar internacionalmente reconhecido como legítimo. Foram várias as ações nesse sentido. Entre elas, destacamos o esforço do MRE para impedir a entrada de cidadãos de países comunistas que pudessem causar algum impacto na sociedade brasileira, alegando preocupações com a “segurança interna”. Houve, também, cassação das credenciais de jornalistas provenientes daqueles países que pudessem escrever/escreviam fatos que poderiam manchar a imagem do país.

Podemos considerar que as ações mencionadas neste trabalho, como a Operação Limpeza (nesse caso, a caça às bruxas no MRE), e os ajustes e mudanças na formulação e implementação da política externa se relacionaram ao processo de legitimação internacional do novo regime pós-instalação do regime militar. Para isso, o Itamaraty tratou de organizar a Casa visando uma atuação mais assertiva para garantir esse reconhecimento. Nesse sentido, diversas foram as ações voltadas para a recuperação e a ampliação da participação brasileira no cenário internacional em conformidade com o objetivo traçado. Podemos considerar também como ação voltada para o reconhecimento internacional do regime a política exterior durante a gestão Costa e Silva, que tinha uma visão mais desenvolvimentista. A política

externa do período deixou de focar apenas nos países considerados desenvolvidos do bloco ocidental, expandindo a rede de relacionamentos brasileira.

Destacamos também o papel do setor cultural do Itamaraty no processo de reconhecimento do novo governo. O setor teve papel importante nesse processo atuando em diversas frentes, como a promoção do cinema nacional, música e arte em geral, barrando, inclusive, obras que não consideravam adequadas à exposição no âmbito internacional.

Ainda quanto às ações no sentido de legitimar o novo governo internacionalmente, havia uma tensão devido ao dissenso entre as ações que visavam a promoção do setor comercial e cultural, de um lado, e as de segurança interna, do outro. Ao mesmo tempo em que o MRE buscava novos mercados e a aceitação do novo governo brasileiro no exterior, incluindo em países socialistas, este mesmo órgão dificultava a entrada de cidadãos de países de regimes comunistas, fato que poderia dificultar e/ou estremecer o relacionamento do Brasil com aqueles possíveis parceiros comerciais.

Concluimos, a partir do exposto ao longo do trabalho, que a forma como o MRE se comportou ao longo dos anos de institucionalização do regime ditatorial no Brasil, tanto por meio da devassa realizada no órgão e da mudança na política externa, quanto do processo de legitimação internacional desse novo regime, esteve em estreita consonância com os preceitos governamentais, precisamente no que se refere à ideologia anticomunista internamente reforçada pela construção do aparato repressivo.

REFERÊNCIAS

- A DITADURA. Folha de S. Paulo. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/a-ditadura.html>> Acesso em: 06 jun. 2016.
- ALLISON, G. T; and HALPERIN, M. H. (1972) Bureaucratic Politics: A Paradigm and Some Policy Implications. *World Politics* 24:40–79.
- ALMEIDA, J. D. L. de. História do Brasil (Manual do candidato). Brasília: FUNAG, 2013. 595, p.
- ALMEIDA, P. R. de. (2009) As relações internacionais e a inserção do Brasil no pós-Guerra Fria. Disponível em: <https://www.academia.edu/5930253/2018_As_rela%C3%A7%C3%B5es_internacionais_e_a_inser%C3%A7%C3%A3o_do_Brasil_no_p%C3%B3s-Guerra_Fria_2009_> Acesso em: 06 ago. 2016.
- ANGELL, Norman. A Grande Ilusão. Trad. Port. Brasília & São Paulo: IPRI; UNB; Imprensa Oficial, 2002.
- ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm> Acesso em: 07 abr. 2016.
- BALBINO, V. R. A presença da mulher na diplomacia brasileira no início do século XXI. In: Mathias, Suzeley Kalil. **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas forças armadas**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 243-63.
- _____. **Diplomata**: substantivo comum de dois gêneros. Um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira. Brasília: FUNAG, 2011.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. 7. ed. Rio de Janeiro-Brasília: RevanUnB, 2001.
- BARROS, A. de. S.C. (1986). A formulação e a implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os novos atores. In. Heraldo Muñoz e Joseph S. Tulchin (orgs). *A América Latina e a Política Mundial*, São Paulo, Editora Convívio.
- BARROSO, G. 1968. História do Palácio Itamaraty. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1968.
- BASTOS, P. P. Z. **O plano trienal e o ministério do planejamento**. Contraponto. Rio de Janeiro, 2011.
- BATTISTELLA, D. **Teorias das Relações Internacionais**. São Paulo: SENAC, 2014.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014, 976 p., v. 1, p. 196-7. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf> Acesso em 19 abr. 2016.

BUENO, C. Da agroexportação ao desenvolvimentismo (1889-1964). In. CERVO, A. BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil*, Brasília: Editora UnB, 2002.

BUENO, C. A República e sua política exterior (1889 a 1902). São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: FUNAG, 1995.

CAMARGO, S. de. O processo decisório em política externa. In. CAMARGO, S. de. e OCAMPO, J. M. V. **Autoritarismo e Democracia na Argentina e Brasil (uma década de política exterior – 1973-1984)**. São Paulo, Editora Convívio, 1988.

Castro, Flávio Mendes de Oliveira (2009). 1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty. Vol. 1 (1808-1979). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Disponível em:

<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Historia_da_org_do_itamaraty_vol_1.pdf> Acesso em: 20 jul. 2016.

CARLSNAES, W. Ideology and Foreign Policy - Problems of Comparative Conceptualization, Nova Iorque, Basil Blackwell, 1986.

CARR, E. H. (2002). Vinte anos de crise: 1919-1939. Brasília: UnB

CASON, Jeffrey; POWER, Timothy. “Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making from Cardoso to Lula.” *International Political Science Review*, 2009; 30 (2): 117-140.

CERVO, A. Do projeto desenvolvimentista à globalização, in CERVO, A. BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil*, Brasília: Editora UnB, 2002.

CERVO, A.; BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2002.

CHEIBUB, Z. B. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 28, n. 1, 1985.

_____. Diplomacia, diplomatas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty (Mestrado). Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1984.

_____. A carreira diplomática no Brasil: o processo de burocratização do Itamaraty. *Revista de Administração Pública*, n. 2, p. 97-128. 1989.

CUNHA, V. L. Diplomacia em alto mar: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 2003.

Currículo Vitae. Alexandre Addor Neto. Disponível em: <http://www.visokaturistica.edu.rs/vesti/info/zima_130314113718/cvbra.pdf> Acesso em 02 jan. 2017.

DANESE, S. (1999). Diplomacia Presidencial. Rio de Janeiro: Topbooks.

DE FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 311-355, June 2012.

Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292012000100009&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Jan. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292012000100009>.

DELAMONICA, L. B. S. Mulheres diplomatas brasileiras (Mestrado). Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 28, p. 123-144, 2010.

DISCURSO DE POSSE COMO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Discurso proferido no Palácio do Planalto, em Brasília, a 15 de março de 1967, depois de receber a faixa presidencial das mãos do marechal Humberto de Alencar Castello Branco. Biblioteca da Presidência da República - Coordenação Geral de Documentação e Informação.

FAGUNDES, A. L. C. Do golpe à ditadura: a Doutrina de Segurança Nacional e a construção do regime militar. OPSIS, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 60-78 - jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/Opsis/article/viewFile/28656/17885>> Acesso em 10 jan. 2018.

FARIAS, R. de S. Processo Decisório e Política Externa Brasileira: o caso da busca do assento permanente na Organização Internacional do Comércio. Cena Internacional, vol. 8, nº 2.

FARIAS, W. C. Razões que levaram o governo a pensar na organização da Escola Superior de Guerra. 1949. Disponível em: <http://www.esg.br/images/Revista_e_Cadernos/Revistas/revista_20.pdf> Acesso em: 10 jan. 2018.

FICO, C. O Grande Irmão: Da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, C. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIRA, A. C. R. Processo Decisório em Política Externa no Brasil. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009.

FIGUEIRA, A. R. 2010. “Rupturas e Continuidades no Padrão Organizacional e Decisório do Ministério das Relações Exteriores”. Revista Brasileira de Política Internacional, 53 (2): 5–22.

FONSECA JR. Prefácio: CUNHA, V. L. Diplomacia em alto mar: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 2003.

FRIAÇA, G. Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios (Tese do Curso de Altos Estudos (CAE)). Brasília: Instituto Rio Branco, 2012.

GIAMBIAGI, F; VILLELA, A; CASTRO, L; HERMANN, J. **Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]**. 2ªed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2011.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M.A. S. de; TONETO, Jr. Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 7ªed. São Paulo: Atlas, 2009.

HERMANN, Charles. “Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy”. *International Studies Quarterly*, Vol. 34, No. 1 (March, 1990), pp. 3-21.

HERZ, M. Rio de Janeiro, **Brics Policy Center**, 2016. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/Researcher/PesquisadoresInterna/1>> Acesso em: 30 out. 2016.

HERZ, Mônica. Análise cognitiva e política externa. *Contexto Internacional*, v. 16, n.21, jan./jun. 1994. p. 75-89.

HILL, Christopher. (2003). *The changing politics of foreign policy*. Londres: Palgrave Macmillan. 376 p. ISBN 978-03-3375-423-8

HOLSTI, K. J.. *The problem of change in international relations theory*. Vancouver, B.C., Institute of International Relations, **University of British Columbia**, 1998.

HUDSON, V. M. (2005) *Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations*. *Foreign Policy Analysis* 1, 1–30

HUDSON, V. M., and VORE, C. A. (1995) *Foreign Policy Analysis Yesterday, Today, and Tomorrow*. *Mershon International Studies Review* 39:209–238.

INSTITUTO RIO BRANCO. Breve história do Instituto Rio Branco. Disponível em: <http://www.institutoriobranco.mre.gov.br/pt-br/o_instituto.xml. Acesso em 14 jun. 2017.

JAGUARIBE, Hélio. “Introdução”. In: J.A.G. Albuquerque (org.), *Crescimento, modernização e política externa, Sessenta Anos de Política Externa Brasileira*, volume 1, São Paulo, Cultura/USP, 1996.

JOSÉ de Magalhães Pinto. 1968 – Ato Institucional Nº5 – Os personagens. Folha de S. Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/magalhaesPinto.html>> Acesso em: 23 dez. 2017.

JUSBRASIL. Gabinete do Ministro. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/61135525/dou-secao-2-31-10-2013-pg-59>> Acesso em 02 jan. 2017.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964**. 7ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LAFER, Celso. *Novas Dimensões da Política Externa Brasileira*. Publicações ANPOCS, [s.l.], 1987. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_05.htm> Acesso em: 09 jun. 2015.

LIGIÉRO, Luiz Fernando. *Políticas Semelhantes em Momentos Diferentes: exame e comparação entre a Política Externa Independente (1961-1964) e o Pragmatismo Responsável (1974-1979)*, 2000, 430p.

LIMA, M. R. S. Instituições Democráticas e Política Exterior. **Contexto Internacional**, vol. 22, no. 2, 2000, pp. 265 – 303.

LIMA, M. R. S. de. Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña. *América Latina/Internacional*, v. 1, n.2, outono/inverno 1994, p. 27-46.

LIMA, M. R. DUARTE, R. S. Diplomacia Presidencial e Politização da Política Externa: uma Comparação dos Governos FHC e Lula. *Observador On-Line OPSA*, 2013. v. 8, n. 9.

Disponível em:

<http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/observador/observador_v_8_n_09_2013_1.pdf>
Acesso em: 21 dez. 2017.

MAGALHÃES Pinto. CPDOC FGV. A trajetória política de João Goulart. 2017. Disponível em: < http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/magalhaes_pinto> Acesso em: 23 dez. 2017.

MAGALHÃES, J. Minha experiência diplomática. José Olympio, Rio de Janeiro, 1ª edição; 1971.

MAIA, M. E.; ALVARENGA, T. G. Marias do Brazil: as mulheres e a diplomacia pelo olhar das embaixadoras do Brasil na ONU. **Juca**, v.4, n. 1, p. 30-9. 2010.

MARTINS FILHO, J. R. O Palácio e a Caserna: a dinâmica das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Paulo: Ed. da Universidade Federal de São Carlos, 1995.

MILANI, Carlos R. S. e PINHEIRO, Leticia. **Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública**. *Contexto int.*[online]. 2013, vol.35, n.1, pp.11-41. ISSN 0102-8529. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292013000100001>.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **O Ministério. 201?**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/o-ministerio>> Acesso em 14 jun. 2017.

MIYAMOTO, S.; GONÇALVES, W. da S. “A Política Externa Brasileira e o Regime Militar: 1964 –1984”. In: Primeira Versão. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1993.

MORAVCSIK, A. Taking Preferences Seriously: A Liberal Theory of International Politics. *International Organization* 51, 4, Autumn 1997, pp. 513–53.

MORGENTHAU, H. J. A política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

NOGUEIRA, João; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005. p. 2.

OLIVEIRA, H. A. (2005). *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Editora Saraiva.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. Os primórdios da doutrina de segurança nacional: a escola superior de guerra. *História, Franca*, v. 29, n. 2, p. 135-157, Dec. 2010. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742010000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Jan. 2018.

PENNA FILHO, P. O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.52, n.2, p.43-62, 2009.

PERANTE O CONGRESSO NACIONAL, AO TOMAR POSSE NO CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Discurso do Presidente Castelo Branco proferido em Brasília, no dia 15 de abril de 1964. Biblioteca da Presidência da República - Coordenação Geral de Documentação e Informação.

PINHEIRO, L. **Política Externa Brasileira, 1889-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PINHEIRO, L. Unidades de decisão e processo de formulação de política externa durante o regime militar, in Jose Augusto Guilhon Albuquerque (org.)– *Prioridades, atores e políticas – Sessenta anos de política externa brasileira 1930-1990*, São Paulo: NUPRI/USP, 2000, vol. 4 – p. 449-474.

PINHEIRO, Leticia e MILANI, Carlos R. S.. “Conclusão”. In: Leticia Pinheiro e Carlos R. S. Milani (orgs.). *Política Externa Brasileira: As práticas da política e a política das práticas*. Rio de Janeiro, FGV, 2012.

PRESIDÊNCIA da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4341.htm> Acesso em 04 jan. 2018.

PRESIDÊNCIA da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Ato Complementar Nº39, de 20 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-39-68.htm> Acesso em 30 dez. 2017.

PUNTIGLIANO, A. R. Going Global: an organizational study of brazilian foreign policy. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 51, no. 1, p. 28-52, 2008.

PUTNAM, R. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. *International Organization*, vol. 42, nº 3, 1988, pp. 427-60.

QUINTELLA, 2003. Apresentação da 2ª edição. In: CUNHA, V. L. **Diplomacia em alto mar**: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 2003.

RIBEIRO, C. O. R. Em novos tempos, as mesmas práticas: a formulação e execução da política externa brasileira. *Tempo da Ciência* (13) 25 : 71-85, 1º semestre 2006

RICUPERO, Rubens. “O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular”. In: J.A.G. Albuquerque (org.), *Crescimento, modernização e política externa, Sessenta Anos de Política Externa Brasileira*, volume 1, São Paulo, Cultura/USP, 1996.

SALOMON, M.; PINHEIRO, L. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Rev. bras. polít. int. [online]**. 2013, vol.56, n.1, pp. 40-59. ISSN 0034-7329.

SARDENBERG, I. Princípios fundamentais da Escola Superior de Guerra. 1949. In: *Revista da Escola Superior de Guerra*. V. 1, N. 1 (dez. 1983). Rio de Janeiro: ESG, Divisão de Documentação, 1983. Disponível em: <

http://www.esg.br/images/Revista_e_Cadernos/Revistas/revista_08.pdf > Acesso em 10 jan. 2018.

SATO, E. 40 anos de política externa brasileira, 1958-1998: três inflexões. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 41, numero especial “40 anos”, p. 8-28, 1998.

SILVA, A. L. R. Os condicionamentos internos e externos na formulação da política externa do Governo Castelo Branco. In *A diplomacia brasileira entre a segurança e o desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 29-48.

SIMÕES, G. da F. Turbulência política interna e política externa durante o governo Castello Branco (1964-1967). Dissertação de mestrado em Relações Internacionais, Brasília, UnB, 2010.

SNYDER, R., BRUCK, H. W. e SAPIN, B. *Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics*. Princeton: **Princeton University Press**, 1954.

SNYDER, R.; BRUCK, H. W; SAPIN, B. *Foreign Policy Decision Making: An Approach to the Study of International Politics*, Nova Iorque, Free Press of Glencoe, 1962.

SOUSA-LEÃO FILHO, J. Resenha História. Palácio do Itamaraty – Guia Histórico e Guia Descritivo. Rio de Janeiro, RJ, 1936.

SOUZA, R. A. Da política externa independente à política interdependente: o governo Castello Branco. In Sergio França Danese (org.). *Ensaio de História Diplomática do Brasil (1930-1986)*. Brasília: FUNAG, 1989, p. 89-100

SPOSITO, Italo B. Mudança de Política Externa: Proposta de um modelo. In III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa "San Tiago Dantas" (UNESP, UNICAMP e PUC/SP) 8 a 11 de Novembro de 2011.

SPROUT, Harold; SPROUT, Margaret. Environmental Factors in the Study of International Politics. *Journal of Conflict Resolution*, Nova Iorque, v. 1, n.4, p. 309-328, 1957.

VIEIRA, M. A. Idéias e Instituições: uma reflexão sobre a Política Externa Brasileira do início da década de 90. **Contexto Internacional**, vol. 23, n.2, 2001, pp. 245-293.

VIZENTINI, P. G. F. A política externa do Regime militar brasileiro. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

WALTZ, K. (1979). *Theory of International Politics*. Reading, Mass: Addison-Wesley

WHITE HOUSE AUDIO TAPE, President Lyndon B. Johnson discussing the impending coup in Brazil with Undersecretary of State George Ball, March 31, 1964. National Security Archive, 2014. Disponível em: <<http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB118/LBJ-Brazil.mp3>> Acesso em: 06 jun. 2016.

Arquivos Secretos e Confidenciais

Camillo de Oliveira. MRE/CI/107/2. Memorandos secretos. 1961/64. Caixa 1.

Camillo de Oliveira. MRE/CI/107/2. Memorandos secretos. 1961/64. Caixa 1.

CONFIDENCIAL. Circular nº 7.983. DPP/DSI/511.1. 300.12. Recusa de Visto. Padre James Murray. Rio de Janeiro, em 5 de maio de 1969. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

De Camillo de Oliveira para Cecil Borer. Confidencial. 19 de maio de 1964; De Cecil Borer para Camillo de Oliveira. Secreto. 11 de junho de 1964. Memorandos secretos. 1961/64. Caixa 1. AHI-BSB.

De Camillo de Oliveira para Ernesto Geisel. CI/38. Secreto. 11 de junho de 1964. Memorandos secretos. 1961/64. Caixa 1. AHI-BSB.

De Camillo de Oliveira para Leitão da Cunha. Secreto. 3 de julho de 1964. Memorandos secretos. 1961/64. Caixa 1

De Camillo de Oliveira para Leitão da Cunha. Secreto. CI/79. 14 de julho de 1964. Memorandos secretos. 1961/64. Caixa 1

De Camillo de Oliveira para o Marechal Estevão Taurino de Rezende Neto. CI/33. 9 de junho de 1964. Memorandos Secretos. 1961/64. Caixa 1. AHI-BSB.

De Cunha Friedrich para Camillo de Oliveira. Secreto. 27 de maio de 1964. Memorandos Secretos. 1961/64. Caixa 1

De Camillo de Oliveira para Ernesto Geisel. Secreto. 29 de maio de 1964. Memorandos secretos. 1961/64. Caixa 1.

De Leitão da Cunha para Camillo de Oliveira. Funcionários do MRE a serem ouvidos pela CI. Secreto. 22 de junho de 1964. Memorandos Secretos. 1961/64. Caixa 1. AHI-BSB.

De Leitão da Cunha para Camillo de Oliveira. Funcionários do MRE a serem ouvidos pela CI. Secreto. 22 de junho de 1964. Memorandos Secretos. 1961/64. Caixa 1. AHI-BSB

De Renato Ribeiro para Azeredo da Silveira. Pedido de documentação. Confidencial. CI/1. 13 de maio de 1964. Memorandos secretos 1961-1964. Caixa1. AHI-BSB.

De Renato Ribeiro para Azeredo da Silveira. Pedido de documentação. Confidencial. CI/1. 13 de maio de 1964. Memorandos secretos 1961-1964. Caixa1. AHI-BSB.

De Renato Ribeiro para Azeredo da Silveira. Pedido de documentação. Confidencial. CI/1. 13 de maio de 1964. Memorandos secretos 1961-1964. Caixa1. AHI-BSB.

De Renato Ribeiro para Azeredo da Silveira. Pedido de documentação. CI/55. Confidencial. 26 de junho de 1964. Memorandos Secretos. 1961/64. Caixa 1. AHI-BSB.

De Renato Ribeiro para Haddock Lobo. Pedido de documentação. Confidencial. CI/3. 15 de maio de 1964. Memorandos Secretos. 1961/64. Caixa 1. AHI-BSB

De Vasco Leitão da Cunha para Camillo de Oliveira. Funcionários da SERE a serem ouvidos pela CI. Secreto. 22 de junho de 1964. Memorandos secretos. 1961/64. Caixa 1.

DOCUMENTO AC_ACE_RES_14185_69. SNI – Agencia Central – Protocolo (RJ)

Dossiê de Participação no Projeto de Reforma Administrativa. Pasta II. AAS 1952.05.22 daI.

F. Azeredo da Silveira. Serviço civil exterior. Rio de Janeiro, 5 de julho de 1963. AAS 1958.11.07 daII. Pasta IV/V.

Memorando para o Secretário Executivo da COLESTE. 1 de junho de 1967. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Memorando para o SR Chefe do Departamento de Administração. Em 16 de dezembro de 1965. Confidencial. DP/1159/312.4. Jayme Azevedo Rodrigues. Consulta aos maços pessoais. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Memorandum do dia 04 de abril de 1966, resposta aos anteriores: do dia 31 de março de 1966 e 18 de março de 1966. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Memorandum do dia 31 de março de 1966, em resposta ao memorandum para o Sr. Secretário Geral. Em 18 de março de 1966. CONFIDENCIAL. AEAs/20. 540.612. Comercialização e difusão do cinema brasileiro. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Memorandum para o Sr Chefe da DIPROC. Em 10 de maio de 1966. DIPROC/64/591.7 (22). Divulgação da imagem do Brasil. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Memorandum para o sr chefe do departamento cultural e de informações. Em 11 de agosto de 1965. Confidencial. DDC/213/540.612. Festivais Internacionais de Cinema. Participação do Brasil. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Memorandum para o sr chefe do departamento cultural e de informações. Em 8 de março de 1965. Confidencial. DDC/72/540.612. “Deus e o Diabo na Terra do Sol”. Recolhimento de cópias. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Memorandum para o Sr Secretário Geral. Em 26 de abril de 1966. Confidencial. AOI/28/800.(04). Criação de um sistema de consultas e negociações bilaterais e multilaterais em Nova York.

Memorandum para o sr Secretário Geral de Política Exterior. Em 03 de março de 1966. CONFIDENCIAL AEAs/15/511.141. Concessão de vistos a cidadãos de países de regime comunista. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Memorandum para o Sr Secretário Geral de Política Exterior. Em 11 de março de 1966. CONFIDENCIAL. AEAs/18. Referencias insultuosas ao Brasil de parte de um correspondente soviético. 930.30 (42) (74). Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Memorandum para o Sr Secretario geral de política exterior. Em 29 de abril de 1966. Confidencial. AEAs/47/ 640.612 (74) (42). 542.6 (74). Festival de Cinema Soviético. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Memorandum para o Sr Secretario geral de política exterior. Em 29 de abril de 1966. Confidencial. AEAs/47/ 640.612 (74) (42). 542.6 (74). Festival de Cinema Soviético. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Memorandum para o Sr. Chefe do Departamento de Administração 26 de setembro de 1969. SECRETO SAMS/DP. Exame de saúde. Ministro Eberaldo Abilio Teles Machado. Memorandos Secretos. AHI-BSB.

Memorandum para o Sr. Chefe Substituto da Divisão de Difusão Cultural. Em 26 de dezembro de 1967. Confidencial. DDC/277/540.612. Compra do filme "Goeldi". Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Memorandum para o Sr. Embaixador Manuel Emilio Guilhon. BR NA, BSB 24 AGR.PES. 193, p. 1/49. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Memorandum para o Sr. Ministro de Estado. 18 de abril de 1969. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Memorandum para o Sr. Ministro de Estado. 28 de abril de 1969. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Memorandum para o Sr. Ministro de Estado. 28 de abril de 1969. SECRETO, DA/28/312.4. Memorandos Secretos. AHI-BSB

Memorandum para o Sr. Presidente da Comissão de Investigação Sumária. 28 de abril de 1969. SECRETO, DA/28/312.4. Memorandos Secretos. AHI-BSB.

Memorandum para o Sr. Secretário Executivo do COLESTE. Em 1 de junho de 1967. Confidencial. COLESTE/30 511.1 Problemas referentes à concessão de "laisser-passer" a cidadãos da área socialista. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Memorandum para o Sr. Secretário Geral de Política Exterior. Em 2 de dezembro de 1966. Confidencial. AEAs/210. Campanha da imprensa e rádio da Tchecoslováquia contra o Brasil. Aliciamento de estudantes. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Memorandum para o Sr. Secretário Geral de Política Exterior. Em 29 de agosto de 1966. Confidencial. AEAs/149. Liberação de filmes destinados ao uso da Embaixada da URSS. 922.81 (00) (42) 640.612 (74). Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Memorandum para o Sr. Secretário Geral. Em 18 de março de 1966. CONFIDENCIAL. AEAs/20. 540.612. Comercialização e difusão do cinema brasileiro. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Memorandum para o Sr. Secretário Geral. Em 18 de março de 1966. CONFIDENCIAL. AEAs/20. 540.612. Comercialização e difusão do cinema brasileiro. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Memorandum para o Sr. Secretário Geral. Em 4 de abril de 1988. Confidencial. IRBr/84. Mandado de Segurança. Cumprimento. Matrícula no CPCD. Senhor Alexandre Addor Neto. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB

PARECER. Confidencial. CJ/1.844. Mandado de Segurança. Alexandre Addor Neto. 311.521. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB

Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Agência Central. De Chefe da SC-1. Ao Sr Chefe da SC-2. Em 15/07/69. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Relatório da Comissão de Investigação Sumária. 07 de março de 1969. (RJ)

Relatório das Forças-Tarefa de Organização, Promoção Comercial, Consular e Cultural.

Projeto de decreto criando a Secretaria Geral Adjunta de Promoção Comercial e fixando as linhas de ação do Ministério das Relações Exteriores nesse campo (Exp. Mot. n2 304/67). Em 14 de dezembro de 1967. SG/APP/304/801.1(00). De José de Magalhães Pinto e Edmundo de Macedo Soares ao Presidente Artur da Costa e Silva. AHI-BSB.

Relatório das Forças-Tarefa de Organização, Promoção Comercial, Consular e Cultural. Projeto de decreto sobre a distribuição consular em função da ação de promoção comercial do Ministério das Relações Exteriores (Exp. Mot. Nº 290/67). Em 27 de novembro de 1967. SG/DCI/APP/290/923(42)(00). Redistribuição da rede consular. AHI-BSB.

Relatório das Forças-Tarefa de Organização, Promoção Comercial, Consular e Cultural. Projeto de decreto criando o Conselho de Política Económica Externa (Exp.Mot.n2 311/67). Documento de 29 de dezembro de 1967. SG/APP/900.1(42)/311. Do ministro Magalhães Pinto ao presidente Costa e Silva. AHI-BSB.

Relatório das Forças-Tarefa de Organização, Promoção Comercial, Consular e Cultural. Projeto de decreto criando a Secretaria Geral Adjunta de Promoção Comercial e fixando as linhas de ação do Ministério das Relações Exteriores nesse campo (Exp. Mot. n2 304/67). Em 14 de dezembro de 1967. SG/APP/304/801.1(00). AHI-BSB.

Relatório das Forças-Tarefa de Organização, Promoção Comercial, Consular e Cultural. Relatório da Força-Tarefa Cultural. Relatório da Comissão designada para estudar a organização dos serviços culturais 1967. AHI-BSB.

Relatório das Forças-Tarefa de Organização, Promoção Comercial, Consular e Cultural. Projeto de decreto criando a Divisão de Programação Cultural e fixando as linhas de ação cultural do Ministério das Relações Exteriores (Exp. Mot. Nº 289/67)5. Em 27 de novembro de 1967. SG/DCInf/APP/289/352/18. Reestruturação do Departamento Cultural e de Informações. AHI-BSB.

Relatório do período de reuniões sob a presidência do Embaixador Aguinaldo Boulitreau Fragoso. 28 de maio de 1969. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Relatório Final ao Ministro de Estado, Deputado José de Magalhães Pinto, apresentado pelo Secretário-Geral Embaixador Sergio Correa da Costa. Dezembro de 1967. Memorandum para o senhor Ministro de Estado. Em 24 de novembro de 1967. Forças-Tarefa. Conclusões e Providências imediatas. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Sobre o uso de adidos culturais, ver Ata da 22a Reunião da Comissão de Estudo e Elaboração Final do Projeto de Reforma do Ministério das Relações Exteriores. 8 de janeiro de 1953. AAS 1952.05.22 daI. Pasta II.

Solicitação para composição de junta médica. 23 de janeiro de 1969. Memorandos Confidenciais. AHI-BSB.

Telegrama de Sérgio Corrêa da Costa para Mário Gibson Barbosa. Londres, em 25 de maio de 1972. CTs-Telegramas. Recebidas e Diversas. AHI-BSB.

Telegrama pessoal de Leitão da Cunha para Barbosa da Silva. Confidencial. 27 de maio de 1964. Delegação na CNUCD. CTs-Telegramas. Recebidas e Diversas. AHI-BSB.

Bases de Dados

Base de dados da Diplomacia Brasileira 2017.10.3 (V114). Elaborada por Gessica Fernanda do Carmo e Rogério de Souza Farias.

Base de dados da Diplomacia Brasileira 2017.12.22 (V115). Elaborada por Gessica Fernanda do Carmo e Rogério de Souza Farias.

Base de dados de eventos de Política Externa Brasileira, 1930-1985 (V5). Elaborada por Gessica Fernanda do Carmo e Rogério de Souza Farias.

Músicas

Acender as Velas - Zé Keti (1965)

Apesar de você - Chico Buarque (1970)

Carcará - Chico Buarque (1965)

É Proibido Proibir - Caetano Veloso (1968)

Pra não dizer que não falei das flores - Geraldo Vandré (1968)

Reportagens Jornais

Itamarati concede 23 salvo-condutos. Correio da Manhã. 11 de junho de 1964.

Itamarati compõe comitê de expurgo. Correio da Manhã. 7 de maio de 1964

Boletim Diário do Itamaraty. 25 de maio de 1964.

Itamarati compõe comitê de expurgo. Correio da Manhã. 7 de maio de 1964

Itamarati: pronta lista de expurgo. Correio da Manhã. 13 de maio de 1964

Itamarati inicia expurgo oficial. Correio da Manhã. 14 de maio de 1964

Itamarati não mudará política / Processo. Correio da Manhã. 25 de abril de 1964

Itamarati: expurgo já tem executores. Correio da Manhã. 12 de maio de 1964

Itamarati: pronta lista de expurgo. Correio da Manhã. 13 de maio de 1964

Exportador quer os SEPROs em ação. Correio da Manhã. 7 de março de 1965

Relutância. Correio da Manhã. 1 de maio de 1964.

SEPRO. Correio da Manhã. 25 de abril de 1964.

APÊNDICE - ANOS DE PROGRESSÃO NA CARREIRA DOS SERVIDORES INVESTIGADOS¹¹¹

Anos de progressão funcional dos investigados pelo Regime Militar

	Segundo Secretário	Primeiro Secretário	Conselheiro	Ministro de Segunda Cla..	Ministro de Primeira Cla..
Aguinaldo Boulitreau Fr..	1.936	1.943	1.949	1.949	1.955
Aluysio Guedes Regis Bit..	1.945	1.951	1.955	1.959	1.963
Álvaro Gurgel de Alencar..	1.966	1.973	1.975	1.978	1.986
Amaury Banhos Porto de..	1.952	1.956	1.963	1.979	1.986
Angelo João Regattieri F..	1.953	1.963			
Antônio Houaiss	1.951	1.958		1.963	
Arnaldo Vieira de Mello	1.949	1.956	1.963	1.968	
Ary Machado Pavão	1.948	1.953		1.961	
Carlos Alfredo Bernardes	1.945	1.951	1.956	1.956	1.961
Carlos Átila Álvares da S..	1.966	1.972	1.977	1.981	1.985
Carlos Calero Rodriguez	1.951	1.955	1.961	1.961	1.970
Carlos José Prazeres Cai..	1.966	1.973	1.975	1.979	1.994
Celeste Dezon Costa Has..	1.961	1.975	1.981		
Celso de Almeida Miguel ..	1.967				
Celso Diniz	1.957	1.961	1.966	1.973	1.977
Celso Ortega Terra	1.967				
Celso Raul Garcia	1.943	1.950	1.954	1.954	
Dário Moreira de Castro ..	1.954	1.961	1.967	1.968	1.975
Eberaldo Abílio Telles M..	1.953	1.961	1.967	1.967	
Evaldo José Cabral de M..	1.966	1.973	1.975	1.979	1.994
Fernando Silva Alves	1.966	1.972	1.977	1.981	1.996
Flávio Moreira Sapha	1.966	1.973	1.978	1.982	1.997
Francisco d'Alamo Lousa..	1.935	1.943	1.947	1.948	1.954
Francisco de Lima e Silva	1.966	1.973	1.979	1.986	1.995
Gil Guilherme Mendes d..	1.947	1.954	1.962	1.964	
Gilberto Francisco Renat..	1.950	1.953			
Guy Marie de Castro Bra..	1.961	1.967	1.973	1.975	1.979
Heitor Soares de Moura ..	1.961	1.975			
Helcio Tavares Pires	1.961	1.967	1.973	1.979	
Hélio da Fonseca e Silva ..	1.953	1.961	1.973		
Hélio de Burgos Cabal	1.945	1.950	1.953	1.954	1.960
Henrique Augusto de Ar..	1.961	1.963	1.968	1.972	
Henrique Rodrigues Valle	1.945	1.950		1.955	1.961
Hugo Gouthier de Oliveir..	1.936	1.944	1.949	1.950	1.956
Humberto Gomes	1.953	1.961	1.969		
Hygas Chagas Pereira	1.934	1.943	1.951	1.952	1.964
Ítalo Miguel Alexandre ..	3.926	3.942	3.950	3.960	3.964
Jatyr de Almeida Rodrig..	1.950	1.960			
Jayme Azevedo Rodrigu..	1.942	1.945	1.951	1.954	
Jayme de Barros Gomes	1.942	1.945	1.951	1.952	1.958
Jayme de Souza Gomes	1.943	1.950	1.954	1.955	1.964
Jayro Coelho	1.966	1.973	1.978	1.987	1.996
Jenny de Rezende Rubim	1.943	1.952		1.962	
João Baptista Telles Soa..	1.942	1.951	1.961		
João Cabral de Melo Neto	1.951	1.960	1.963	1.966	1.976
João Gracie Lampreia	1.945	1.953	1.961	1.963	1.972
Jorio Dauster Magalhãe..	3.932	3.948	3.956	3.964	3.974
José Augusto Ribeiro	1.937	1.946		1.959	
José Bonifácio Lourenço ..	1.956	1.960	1.973		
José Constancio Austreq..	1.961	1.969	1.973		

¹¹¹ Alguns nomes apresentam anos acima de 3000, isso se deu porque o mesmo nome apareceu no mínimo duas vezes, portanto, o ano foi considerado duas vezes.

José Guilherme Alves M...	1.967	1.973	1.979	1.982	1.986
José Leal Ferreira Júnior	1.957				
José Sette Câmara Filho	1.951	1.953		1.956	1.960
Lael Simões Barbosa Soa...	1.961	1.967	1.977	1.981	1.988
Lauro Escorel Rodrigues ...	1.950	1.954		1.961	1.968
Lucillo Haddock Lobo	1.945	1.954		1.958	1.969
Luiz Cesar Vinhaes da Co...	1.967	1.975	1.980	1.984	
Luiz Horácio de Oliveira ...	1.961	1.966	1.973		
Manoel Pio Corrêa Junior	1.942	1.948	1.951	1.952	1.959
Marcello José Moretzso...	1.967	1.975	1.983		
Márcio de Alencar Ramal...	1.967				
Marcio Rego Monteiro	1.963	1.967			
Marcos Magalhães de So...	1.950				
Marina do Rego Freitas ...	1.961	1.966	1.973	1.986	
Mario Augusto Santos	1.962	1.968	1.973	1.979	1.993
Martim Francisco Lafaye...	1.943	1.945	1.950	1.953	1.959
Mellilo Moreira de Mello	1.948	1.956	1.961	1.964	1.984
Miguel Álvaro Ozório de...	1.945	1.953		1.960	1.969
Mozart Janot Júnior	3.922	1.968			
Murillo de Miranda Basto	1.949	1.956	1.967	1.967	
Nelson Alves da Fonseca	1.952	1.961	1.964		
Nestor Luiz Fernandes B...	1.954	1.961		1.966	
Nísio Medeiros Baptista ...	1.950	1.963			
Octávio Augusto Dias Ca...	1.945	1.953		1.956	1.961
Ovidio de Andrade Melo	1.951	1.956	1.967	1.967	1.990
Paulo Augusto Cotrim R...	1.953	1.961	1.967	1.970	1.976
Paulo Henrique Paranag...	1.950	1.956	1.962	1.964	1.979
Paulo Nogueira Batista	1.956	1.961	1.967	1.968	1.978
Paulo Rio Branco Nabuc...	1.945	1.953	1.963	1.966	
Pedro Emílio Penner da ...	1.961	1.966	1.973	1.977	1.988
Raul Bopp	1.935	1.945	1.949	1.951	1.958
Raul José de Sá Barbosa	1.955	1.965			
Regis Novaes de Oliveira	1.966	1.972	1.979	1.984	
Rene Haguenaue	1.961	1.971	1.973	1.981	
Ricardo Joppert	1.968	1.983	1.986		
Rodolpho Kaiser Machado	1.950	1.959	1.963	1.970	
Rubem Amaral Júnior	1.966	1.973	1.978	1.990	1.998
Rubens Ricupero	1.964	1.970	1.973	1.978	1.982
Samuel Pinheiro Guimar...	1.967	1.975	1.978	1.986	1.994
Sergio Augusto Ferreira ...	1.962	1.972	1.978		
Sérgio Luiz Portella de A...	1.958	1.961	1.968	1.969	
Sergio Maurício Correa d...	1.953	1.961	1.967		
Sérgio Paulo Rouanet	1.961	1.966	1.973	1.976	1.984
Vasco Mariz	1.952	1.961	1.962	1.967	1.975
Vicente Paulo Gatti	1.945	1.953		1.959	
Vinicius de Moraes	1.950	1.959			
Wilson Sidney Lobato	1.957	1.967			

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Base de dados da Diplomacia Brasileira 2017.12.22 (V115). Elaborada por Gessica Fernanda do Carmo e Rogério de Souza Farias.

ANEXO A – DIPLOMATAS CUJA PRESENÇA NO ITAMARATY ERA
CONSIDERADA INCOMPATÍVEL

AC ACE
RES 14185 / 69
1 / 1

SNI
AGENCIA CENTRAL
002006-7000
BRZ006

Diplomatas cuja presença no Itamaraty é incompatível, por razões políticas, morais e de segurança, com a Revelação de 1964. Graças a pressões políticas e à pressão com que trabalhou a Comissão de Sindicância, esses elementos foram inexplicavelmente poupados da última depuração feita nos quadros do Itamaraty.

- ✓ Antonio Mendes Vianna, Embaixador em Jacarta, recentemente teve sua retirada de Chile solicitada oficialmente pelo Governo daquele país, por razão de sua conduta irregular; etilista, debochado, totalmente desmoralizado entre seus colegas e subordinados, aparece frequentemente em públicas, mesmo em selenidades oficiais, em estado de embriaguês.
- ✓ Roberto Assumpção de Araújo, Embaixador em Damasco, especulador, recentemente punido, quando Embaixador em Praga, com a pena de destituição de função por desvio de dinheiros públicos.
- ✓ Vicente Paolo Gatti, Ministro de 2ª classe, atualmente sem função; cidadão italiano, que mal fala o português, recentemente punido, quando Embaixador na Nicarágua, com destituição de função por peculato cometido quando exerceu a chefia da Embaixada na Finlândia; desequilibrado mental; dado seus antecedentes e sua desnacionalização de fato é incompatível com o exercício de funções diplomáticas ou consulares no exterior.
- ✓ Heraldo Pacheco de Oliveira, Consul-Geral em Liverpool, deente mental em avançado estágio, sujeito a constantes crises nas quais chega a esquecer a própria identidade; caso clínico incompatível com o serviço público.
- ✓ Aldo de Freitas, Ministro-Conselheiro em Beirute, ébrio habitual; ecioso, incapaz, devido ao estado constante de intoxicação no qual se encontra, de qualquer esforço produtivo contínuo.
- ✓ Carlos Calero Rodriguez, Consul-Geral em Montreal, pederasta passivo, afastado de Paris, onde era Ministro Conselheiro, por ter-se envolvido em grave escândalo homossexual.

Fonte: DOCUMENTO AC_ACE_RES_14185_69. SNI – Agencia Central. Protocolo (RJ)

2
not in file
 Paulo Rio-Branco Nabuco de Gouvêa, Ministro de 2ª classe, funcionário há vários anos sem função real; incapaz, por doença incurável, de ser útil ao serviço público.

Eberaldo Abílio Telles Machado, Ministro de 2ª classe, sem função; pederasta passivo desde a mocidade, recentemente envolveu-se em escândalo, ao adotar, como filho, seu amante, jovem transviado, em cuja companhia viaja.

José Maria Belle Filho, Primeiro Secretário, ébrio habitual, protagonizou graves escândalos em todos os postos em que serviu; verdadeiro recordista de punições administrativas, recentemente preso em Miami pela Polícia da Flórida, por prevaricar desordens quando embriado; pronunciadas tendências de valentão, agravadas quando se encontra embriado; acabava de ser remevidado para o Consulado Geral em Buenos Aires.

Pedro Machado Pelzin, Primeiro Secretário em Lagos, estilista crônico irre recuperável, incapaz de realizar qualquer trabalho sério.

Nelson Alves da Fonseca, Conselheiro no Vaticano, vulgo "Pamela", velho e incorrigível pederasta passivo, conhecido por todo o Itamaraty por suas tendências homossexuais irreprimíveis, escandaloso até na aparência.

Humberto Gomes, Primeiro Secretário, sem função, há vários anos, incapaz, por doença incurável, de permanecer no serviço público.

Roberto Chalu Pacheco, Primeiro Secretário; há anos, quando Cônsul em Trinidad, associou-se a delinquentes para promover a entrada de contrabando no Pará, negociista perigoso e de ilimitada audácia.

João Desideratti Monetti, Primeiro Secretário em Beirute, débil mental, incapaz de exercer funções diplomáticas ou consulares.

Alvides da Costa Guimarães Filho, Primeiro Secretário em Buenos Aires, vulgo "Columbina", pederasta passivo, célebre por sua associação homossexual com outro diplomata, René Haugenauser, alcunhado o "Pierrot"

3
 Marina do Rêgo Freitas Toledo, Cônsul em Frankfurt, demente em adiantado grau, conduta errática e agressiva, que provoca estupefação entre os alemães. *lébica*

Sérgio Paulo Rouanet, Primeiro Secretário em Genebra, comunista militante, um dos principais assessores do Embaixador (cassado) Jayme de Azevedo Rodrigues quando ôste participava da direção da política exterior do Governo Goulart; muito ativo em suas relações com comunistas afro-asiáticos; famoso pelo curso, anti-revolucionário e anti-brasileiro, que logo após a Revolução, em outubro de 1965, ^{PRONUNCIOU} realizou na Academia Diplomática de Viena, fato ôste, em tempo, denunciado às autoridades de segurança.

Luís Horácio de Oliveira Lacerda, Primeiro Secretário, sem função, velho e desmoralizado pederasta passivo, bastante conhecido na "boca de lixo" da Copacabana.

Hélcio Tavares Pires, Primeiro Secretário em Londres, célebre pelos lucros que auferiu ilícitamente, quando Secretário no Cairo (1956-1959), trocando, com âgio, dólares para os oficiais e praças do Batalhão Snes, perigo ao aventureiro, capaz de tudo fazer por dinheiro.

Hersyl Castello Branco de Pereira Franco, Primeiro Secretário, escroc conhecido, contrabandista; recentemente afastado do Consulado Geral em Nova York pela emissão de cheques sem fundo, conhecido marginal. *(ex-cadete de Realouça em 1958/59. Vai servir em JACARTA, com o Embaixador Mandos Viana)*

Jório Dauster Magalhães e Silva, Segundo Secretário em Praga, comunista militante, inconcebivelmente colocado em posto no mundo comunista.

Sérgio Ferreira Vivacqua, Segundo Secretário, pederasta passivo ostensivo.

Mozart Janot Júnior, pederasta passivo ostensivo, de chovante aparência, inútil para o trabalho, recentemente nomeado, para escândalo geral, Consul em Nápoles; passa seu tempo em Capri, em companhia de pervertidos.

Wamberto Hudson Ferreira, Terceiro Secretário, comunista militante e confesso.

4

✓ Carlos Alfredo Bernardes, Embaixador, sem função desde a Revolução de 64, empregado do grupo Moreira Salles; antigo Chefe da Missão Permanente na ONU; Ex-Secretário Geral do Itamaraty; principal executor e inspirador da "política externa independente e não alinhada pro-soviética" do Governo Goulart.

✓ Eurico Nogueira Ribeiro, recentemente removido para a Secretaria de Estado, ex-Consul em Miami e Chicago, personalidade psicopática de alto grau de agressividade, conduta bizarra e errática, incompatível com a dignidade do serviço público; célebre pelos incidentes nos quais se envolve sistematicamente, eterno revoltado contra a autoridade, sofre de mania de perseguição, sujeito a crises periódicas de memória.

✓ Sergio Caldas Mercador Abi-Sad, Segundo Secretário, pederasta passivo incorrigível, escandaloso até na aparência.

no tom baixo
 ✓ Alvaro Bastos do Valle, Consul em Rosário, ex-deputado estadual; conhecido pederasta passivo, vive em companhia de outro, menor, por ele adotado, prática esta que se está tornando habitual no Itamaraty.

~~Alvaro Bastos do Valle, Consul em Rosário, ex-deputado estadual; conhecido pederasta passivo, vive em companhia de outro, menor, por ele adotado, prática esta que se está tornando habitual no Itamaraty.~~

✓ Gil Guilherme Mesndes de Moraes, Consul Geral em Hamburgo, doente mental, sujeito a frequentes alucinações, incapaz de desempenhar função de responsabilidade.

5

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

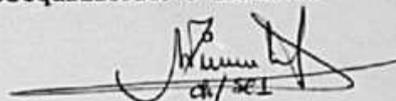
De Chefe da SC-1

Ao Sr Chefe da SC-2

Em 15/7/69

Comunico a V. S. que, dependendo de confirmação solicitada à ARJ, esta Seção possui os registros seguintes:

- 1) ROBERTO ASSUNÇÃO DE ARAUJO:- dois informes - um como peculatório e outro como esquerdista, inerte no sucesso da Rev. 64, além de vaidoso e sem convicções.
- 2) VICENTE PAULO GATTI:- dois informes - conceito profissional fraco, não simpatizante da Rev. 64 - peculatório.
- 3) CARLOS CALERO RODRIGUEZ:- etimo conceito profissional.
- 4) EBERALDO ABÍLIO TELES MACHADO:- dois informes - homossexual - a feminado, gesticula e fala como mulher.
- 5) NELSON ALVES DA FONSECA:- homossexual.
- 6) MARINA DO RÊGO FREITAS TOLEDO:- lésbica.
- 7) SÉRGIO PAULO ROUANET:- dois informes - comunista - esquerdista.
- 8) LUIZ HORÁCIO DE OLIVEIRA LACERDA:- homossexual.
- 9) GILL GUILHERME MENDES DE MORAES:- desequilibrado e imaturo.


ch/SC1

ANEXO B - APOSENTADORIAS - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES 1969 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO)

1969 quarta-feira 20 DIÁRIO OFICIAL (Seção I - Parte D) Abril de 1969

Arma de Artilharia - QGMA - Ray do Paula Costa. Brasília, 29 de abril de 1969; 149 da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA Aurélio de Lyra Tavares

O Presidente da República resolve TRANSFERIR:

De acordo com os artigos 12, letra a e 13, letra "a", da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965. Para a Reserva de 1ª Classe o General-de-Brigada (G-3.348) - José Brites Capetillo com os proventos do posto de General-de-Brigada, na conformidade dos artigos 33 e 39 da citada Lei nº 4.902, visto estar mais de 35 anos de efetivo serviço e estar beneficiado pelo artigo 1º da Lei nº 1.156, de 12 de junho de 1960, observados os artigos 135, letras "a" e "b", 137, 138, 140, letras "a" e "b", e 156 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, alterada pela Lei nº 5.532, de 4 de dezembro de 1968 e Decreto-lei nº 434, de 23 de janeiro de 1969.

Brasília, 29 de abril de 1969; 149 da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA Aurélio de Lyra Tavares

O Presidente da República resolve TRANSFERIR:

De acordo com os artigos 12, letra "a" e 13, letra "a", da Lei número 4.902, de 16 de dezembro de 1965. Para a reserva de 1ª classe o Coronel da Arma de Artilharia (G-15.383) - Fausto de Carvalho Monteiro com os proventos do posto de General-de-Divisão, na conformidade dos artigos 33 e 39 da referida Lei nº 4.902, visto contar mais de 35 anos de efetivo serviço e estar beneficiado pelo artigo 1º da Lei nº 288, de 8 de junho de 1948, observados os artigos 135, letras "a" e "b", 137, 138, 140, letras "a" e "b", 141, letra "a", e 156 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, alterada pela Lei número 5.532, de 4 de dezembro de 1968 e Decreto-lei nº 434, de 23 de janeiro de 1969.

Brasília, 29 de abril de 1969; 149 da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA Aurélio de Lyra Tavares

O Presidente da República, tendo em vista o Parecer nº 536-Z, de 18 de maio de 1969, do Consultor-Geral da República, resolve ASSOCIAR:

De acordo com o artigo 92 da Lei número 2.763, de 4 de maio de 1960, alterada pelo Decreto-lei nº 191, de 24 de fevereiro de 1967.

Aos herdeiros do Tenente-Coronel da Arma de Artilharia (G-250.181) - José Maria Viégas, falecido em 8 de março de 1969, na ativa, a pensão correspondente ao posto de General-de-Brigada, a partir da data do seu falecimento, visto que o "de cujus" tinha o amparo do artigo 1º da Lei nº 1.156, de 12 de junho de 1960, combinado com o artigo 99 da Lei número 4.902, de 16 de dezembro de 1965, estava incapacitado definitivamente para o serviço do Exército, não podendo prover os meios de subsistência, ficando em consequência beneficiado pelos artigos 25, letra "c", 27, letra "d", 29 e 31, da citada Lei nº 4.902, de 1965.

Brasília, 29 de abril de 1969; 149 da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA Aurélio de Lyra Tavares

O Presidente da República resolve ALZARAR:

O decreto de 18 de maio de 1967, publicado no Diário Oficial de 24, do

mesmo mês e ano, e tendo em vista o Parecer nº 428-B, de 7 de novembro de 1968, do Consultor-Geral da República, e na conformidade do artigo 83 e sua redação dada pela Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965, promovido ao posto de Coronel, na conformidade com o artigo 1º da Lei nº 1.156, de 12 de junho de 1960, e a Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, alterada pela Lei nº 5.532, de 4 de dezembro de 1968 e Decreto-lei nº 434, de 23 de janeiro de 1969, para declarar que o referido oficial tendo em vista o Parecer nº 428-B, de 7 de novembro de 1968, do Consultor-Geral da República deve ser considerado, a partir de 28 de julho de 1969, promovido ao posto de Coronel de acordo com o artigo 33, da Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, e no posto de General-de-Brigada, nos termos do artigo 1º da Lei nº 1.156, de 12 de junho de 1960, e reformando no último ponto a que é promovido, na forma dos artigos 25, letra "b", 27, letra "c", 30, letra "b" e 31, da citada Lei nº 2.370 com direito aos proventos do posto de General-de-Divisão, observados os artigos 137, 138, 140, letras "a" e "b", 141, letra "b", 146, letra "b" e 156 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, e não como se fora com o aludido decreto.

Brasília, 29 de abril de 1969; 149 da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA Aurélio de Lyra Tavares

O Presidente da República resolve EXERCER, A TÍTULO:

Do Quadro de Pessoal - Parte Especial do Ministério do Exército. De acordo com o artigo 75, item I, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

1) Maria Amélia de Almeida, Matrícula nº 2.750.663, no cargo de Embaixador, Código A-302-2, amparada pela Lei 4.902, de 16 de dezembro de 1965, a partir de 19 de fevereiro de 1969 (Processo nº: 3.202 e 4.905 de 1969); e

2) Laura Demaseno Alves, matrícula nº 1.535.390, do cargo de Embaixador, Código A-302-2, amparada pela Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965, a partir de 21 de fevereiro de 1969 (Processo nº 4.927-69).

Brasília, 29 de abril de 1969; 149 da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA Aurélio de Lyra Tavares

DECRETO DE 21 DE MARÇO DE 1969

(Publicado no Diário Oficial de 25 de março de 1969).

Retificação

Na página 2.558, 4ª coluna no Decreto de Roberto Leoadino de Moraes e outros.

Onde se lê:

o) Para o Estado de São Paulo

2) José Ernesto Ferreira, do cargo de sergente, Código GI-19.3 ...

Leia-se:

o) Para o Estado de São Paulo

2) José Benedito Ferreira, da cargo de sergente, Código GI-104.6.

DECRETO DE 9 DE ABRIL DE 1969

(Publicado no Diário Oficial de 10 de abril de 1969).

Retificação

Na página 3.038 4ª coluna no Decreto de José Coronato e outros.

Onde se lê:

Na Série de classes de Pedreiro Código A-101

No terceiro trimestre de 1968

A partir de 30 de setembro de 1968

Por antiguidade

10) José da Silva, do nível 8-A, para o 9-C, em vaga decorrente da...

13) Dionísio Bispo dos Santos, do nível 8-A para o 8-B, em vaga decorrente da promoção de Ernesto Guimarães da França.

Leia-se:

Na série de classes de Pedreiro, Código A-101

No terceiro trimestre de 1968

A partir de 30 de setembro de 1968

Por antiguidade

10) José da Silva, do nível 8-A para o 8-B, em vaga decorrente da promoção de Dionísio Bispo dos Santos, do nível 8-A para o 8-B, em vaga decorrente da promoção de Felinto Guimarães da França;

DECRETO DE 19 DE ABRIL DE 1969

(Publicado no Diário Oficial de 10 de abril de 1969).

Aplicação

Na página 3.997 3ª coluna no Decreto do General-de-Brigada Augusto Cid de Camargo Castro

Onde se lê:

Para o cargo de Comandante da Artilharia Divisória da 4ª Divisão de Infantaria...

Leia-se:

Para o cargo de Comandante da Artilharia Divisória da 4ª Divisão de Infantaria...

Na mesma página e coluna, no Decreto do General-de-Brigada Antonio Carlos de Andrade Serpa, onde se lê: Para o cargo de Comandante da Artilharia Divisória da 3ª Divisão de Infantaria...

Leia-se:

Para o cargo de Comandante da Artilharia Divisória da 2ª Divisão de Infantaria...

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DECRETOS DE 29 DE ABRIL DE 1969

O Presidente da República resolve DESIGNAR:

A seguinte Comissão Especial para representar o Governo Brasileiro nos funerais do Presidente René Barrientez Ourno, da Bolívia:

Tenente-Brigadeiro João Francisco de Assis Milanes Filho, com categoria de Embaixador, Chefe da Delegação;

Embaixador Alberto Raposo Lopes, com categoria de Embaixador;

Ministro Alcirio da Silveira Júnior, com categoria de Embaixador;

Secretário Luis Orlando Carone Gello;

Coronel Jeffé Sempelo;

Tenente-Coronel-Aviador Luis Otávio Tude de Souza;

Secretário Victor Augusto Nunes Vasquez;

Capitão-Aviador Osvaldo Ney Belchior de Oliveira.

Brasília, 29 de abril de 1969; 149 da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo MRE nº 312.4-69, resolve APOSENTAR:

De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

Arnaldo Vieira de Mello no cargo de Primeiro Secretário da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 149 da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo MRE nº 312.4-69, resolve APOSENTAR:

De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

José Augusto Ribeiro no cargo de Primeiro Secretário da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 149 da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo MRE nº 312.4-69, resolve APOSENTAR:

De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

Jenny de Rezende Rêboul no cargo de Primeiro Secretário da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 149 da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo MRE nº 312.4-69, resolve APOSENTAR:

De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

Angelo João Regattieri Ferrari no cargo de Primeiro Secretário da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 149 da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo MRE nº 312.4-69, resolve APOSENTAR:

De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

Marcos Magalhães de Souza Dantas Romero no cargo de Primeiro Secretário da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 149 da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo MRE nº 312.4-69, resolve APOSENTAR:

De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

Paul José de Sá Barbosa no cargo de Primeiro Secretário da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 149 da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo MRE nº 312.4-69, resolve APOSENTAR:

De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

Paul José de Sá Barbosa no cargo de Primeiro Secretário da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 149 da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo... MRE 312.4/69, resolve

APOSENTAR: De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

João Silva no cargo de Eletricista-Instalador, nível A-302-8A, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo... MRE 312.4/69, resolve

APOSENTAR: De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

Cesar Alves Nogueira no cargo de Motorista, nível CT-401-8A, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo... MRE 312.4/69, resolve

APOSENTAR: De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

Ne.º Baptista Caetano no cargo de Motorista, nível CT-401-8A, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo... MRE 312.4/69, resolve

APOSENTAR: De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

Titoedso Benedito Porciúncio no cargo de Mensageiro, nível GL-303-1, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo... MRE 312.4/69, resolve

APOSENTAR: De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

Elio Gomes Manso no cargo de Encadernador, nível 406-8A, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo... MRE 312.4/69, resolve

APOSENTAR: De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

Rafael Guimarães Estruc no cargo de Auxiliar de Portaria, nível GL-303-7 A, do Quadro de Pessoal, Parte Per-

manente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo... MRE 312.4/69, resolve

APOSENTAR: De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

José Maria de Araújo Odeiro no cargo de Auxiliar de Portaria, nível GL-303-7A, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo... MRE 312.4/69, resolve

APOSENTAR: De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

Manoel Felipe no cargo de Porteiro nível GL-303-9A, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo... MRE 312.4/69, resolve

APOSENTAR: De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

Sebastião Gomes da Silva no cargo de Porteiro nível GL-303-9A, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo... MRE 312.4/69, resolve

APOSENTAR: De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

Cedro Paulo Stumpf Filho no cargo de Porteiro nível GL-303-9A, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo... MRE 312.4/69, resolve

APOSENTAR: De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

Abelardo Custódio de Oliveira no cargo de Servente, nível GL-104-3, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo... MRE 312.4/69, resolve

APOSENTAR: De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

Paulo Roberto de Araújo França no cargo de Servente, nível GL-104-3, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo... MRE 312.4/69, resolve

APOSENTAR: De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

Dionísio Fernandes Borges no cargo de Servente, nível GL-104-5, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo... MRE 312.4/69, resolve

APOSENTAR: De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

Luiz Antônio Fiorimbel Pinto no cargo de servente, nível GL-104-5, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo... MRE 312.4/69, resolve

APOSENTAR: De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

Osana Domingos de Paula no cargo de Servente, nível GL-104-5, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo... MRE 312.4/69, resolve

APOSENTAR: De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

Luiz Carlos Gama no cargo de Servente, nível GL-104-5, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo... MRE 312.4/69, resolve

APOSENTAR: De acordo com o art. 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

Sebastião Laudino Ferreira no cargo de Servente, nível GL-104-5, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo... MRE 312.4/69, resolve

APOSENTAR: De acordo com o artigo 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

Jorge da Silveira no cargo de Servente, nível GL-104-5, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA José de Magalhães Pinto

MINISTÉRIO DA FAZENDA

DECRETOS DE 29 DE ABRIL DE 1969

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo MF-20.770-68, resolve

DECRETAR:

De acordo com o artigo 207, item X, combinado com o artigo 195, item IV, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952,

Newton Mendes Glória do cargo de Escrivão datilógrafo, nível 3, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério da Fazenda, por se haver valido do cargo para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA Antônio Deljim Netto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do Processo MF-20.600-68, resolve

DECRETAR, e SEM o serviço público:

De acordo com os artigos 207, item VIII e 209 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952,

Antonio Furtado Regis do cargo de Exator Federal, nível 15, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, por se haver apropriado indevidamente de dinheiros públicos, quando em exercício na Exatonia Federal de Martinópolis, Estado de São Paulo.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA Antônio Deljim Netto

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do Processo MF-222.760-67, resolve

DECRETAR, e SEM o serviço público:

De acordo com o artigo 207, item VIII, combinado com o artigo 208, observado o artigo 208, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952,

Jundir Sales do cargo de Exator Federal, nível 13, do Quadro de Pes-